

RELATÓRIO DE RESULTADOS DO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2019



Banese

SUMÁRIO

BANCO DO ESTADO DE SERGIPE S/A – BANESE.....	4
RELATÓRIO DE RESULTADOS DO SEGUNDO TRIMESTRE DE 2019.....	4
DESTAQUES DO 2T19	4
ANÁLISE DAS OPERAÇÕES	6
Ativos	6
Captações	6
Evolução dos Depósitos a Prazo (CDB/RDB)	7
Maiores Fontes de Captação (% do total).....	8
Crédito	8
Aplicações Financeiras	10
ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	11
Receitas	11
Custos e Despesas	11
Lucro Líquido	13
Patrimônio Líquido	14
Índices de Lucratividade	14
Capitalização e Basileia	15
Ratings	15
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	16
Banese na B3.....	16
Clientes e Canais de Atendimento	16
Serviços Financeiros – Banese 2.0	17
Investimentos em Capital Humano.....	17
CONGLOMERADO BANESE.....	17
Sergipe Administradora de Cartões e Serviços Ltda.	17
Banese Corretora de Seguros.....	18
Instituto Banese e Museu da Gente Sergipana	18
TABELAS E ANEXOS	19
 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	 32

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS MÚLTIPLOS E CONSOLIDADAS.....	33
1 CONTEXTO OPERACIONAL.....	33
2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SEMESTRAIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS.....	33
3 RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS.....	35
4 CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA.....	39
5 APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ.....	39
6 TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	40
7 RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS.....	43
8 OPERAÇÕES DE CRÉDITO E OUTROS CRÉDITOS COM CARACTERÍSTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO.....	44
9 OUTROS CRÉDITOS.....	49
10 OUTROS VALORES E BENS.....	50
11 INVESTIMENTOS.....	51
12 IMOBILIZADO DE USO.....	51
13 INTANGÍVEL.....	52
14 DEPÓSITOS, CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO, RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS, OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS.....	53
15 OUTRAS OBRIGAÇÕES.....	56
16 PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS.....	57
17 RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS.....	58
18 PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLADORES.....	58
19 PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	58
20 OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS.....	59
21 RESULTADO NÃO OPERACIONAL.....	61
22 EXIGIBILIDADES DE CAPITAL E LIMITES DE IMOBILIZAÇÃO.....	61
23 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	63
24 GESTÃO DE RISCOS, CONTROLES INTERNOS E AUDITORIA.....	65
25 REMUNERAÇÃO PAGA A EMPREGADOS E ADMINISTRADORES.....	70
26 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS.....	70
27 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS (BANCO).....	74
28 OUTRAS INFORMAÇÕES.....	76
29 AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SEMESTRAIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS.....	77
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS.....	78
PARECER DO CONSELHO FISCAL.....	84
RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO.....	86
DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	88
DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE.....	90



Banese



BANCO DO ESTADO DE SERGIPE S/A – BANESE RELATÓRIO DE RESULTADOS DO SEGUNDO TRIMESTRE DE 2019

Para Divulgação Imediata: Aracaju, 13 de agosto de 2019. O Banco do Estado de Sergipe S.A. – BANESE (“Banese” ou “Banco”), Sociedade Anônima de capital misto, com ações transacionadas na B3 sob os códigos BGIP3 (Ações Ordinárias Nominativas) e BGIP4 (Ações Preferenciais Nominativas) e listadas no índice ITAG (Índice de Ações com Tag Along Diferenciado), anuncia seus resultados para o segundo trimestre de 2019. Informações adicionais podem ser encontradas no site de relações com investidores do Banese, no endereço <https://ri.banese.com.br/>.

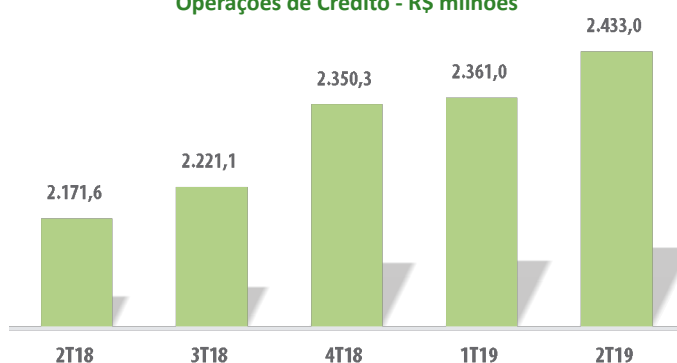
**BANESE REGISTRA LUCRO LÍQUIDO DE R\$ 41,3 MI.
ATIVOS DE CRÉDITO E VOLUME CAPTADO SEGUEM CRESCENTES.**

Destaques do 2T19

Todas as comparações nessa seção referem-se ao 2T18 (12M)

- » Operações de Crédito totalizaram R\$ 2,4 bilhões (+12,0%);
- » Ativos Totais registraram R\$ 5,5 bilhões (+5,4%);
- » Captações Totais atingiram R\$ 4,7 bilhões (+3,2%);
- » Patrimônio Líquido somou R\$ 364,6 milhões (-6,1%);
- » Inadimplência registrou 1,08% da carteira (-0,22 pp.);

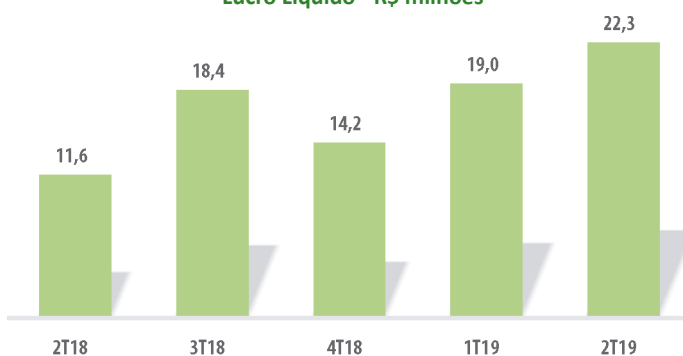
Operações de Crédito - R\$ milhões



Todas as comparações nessa seção referem-se ao 1T19 (3M)

- » Lucro Líquido somou R\$ 22,3 milhões (+17,4%).
- » Margem Líquida de 10,0% (+1,2pp.);
- » Receita de juros líquida (NII) totalizou 107,3 milhões (+1,4%);
- » Índice de Cobertura Folha registrou 78,0% (+3,1 pp.);
- » Índice de Basileia ficou em 11,21% (-2,84 pp.)

Lucro Líquido - R\$ milhões



Contato de Relações com Investidores

Helom Oliveira da Silva

Diretor Executivo

+55 (79) 3218-1201

ri@banese.com.br



Relatório de Resultados 2T19 Banco do Estado de Sergipe S.A. - BANESE

Itens Patrimoniais - R\$ milhões	2T19	1T19		V3M	1S19	1S18		V12M
Ativos Totais	5.494,6	5.482,2	▲	+0,2%	5.494,6	5.215,5	▲	+5,4%
Operações de Crédito	2.433,0	2.361,0	▲	+3,0%	2.433,0	2.171,6	▲	+12,0%
Aplicações Financeiras ⁽¹⁾	2.601,7	2.674,8	▼	-2,7%	2.601,7	2.635,5	▼	-1,3%
Captações Totais	4.736,9	4.815,7	▼	-1,6%	4.736,9	4.590,0	▲	+3,2%
Patrimônio Líquido	364,6	425,0	▼	-14,2%	364,6	388,3	▼	-6,1%

Itens de Resultado - R\$ milhões	2T19	1T19		V3M	1S19	1S18		V12M
Receitas Totais	223,1	215,0	▲	+3,8%	438,1	407,9	▲	+7,4%
Resultado Bruto Interm. Financeira	106,0	99,4	▲	+6,6%	205,4	179,9	▲	+14,2%
Resultado Operacional	34,9	33,7	▲	+3,6%	68,5	46,4	▲	+47,6%
Margem Financeira ⁽²⁾	117,2	109,0	▲	+7,5%	226,2	207,1	▲	+9,2%
EBITDA ⁽³⁾	35,0	34,1	▲	+2,6%	69,1	65,0	▲	+6,3%
Lucro Líquido	22,3	19,0	▲	+17,4%	41,3	29,9	▲	+38,1%
Receita Líquida de Juros (NII) ⁽⁴⁾	107,3	105,8	▲	+1,4%	213,1	190,9	▲	+11,6%
Receita de Serviços	32,8	31,8	▲	+3,1%	64,6	61,4	▲	+5,2%
Despesas com Provisões (PCLD)	20,5	20,1	▲	+2,0%	40,6	51,0	▼	-20,4%
Despesas Administrativas	82,3	82,5	▼	-0,2%	164,8	150,6	▲	+9,4%
Margem Líquida ⁽⁵⁾	10,0%	8,8%	▲	+1,2 pp.	9,4%	7,3%	▲	+2,1 pp.
Margem EBITDA ⁽⁶⁾	15,7%	15,9%	▼	-0,2 pp.	15,8%	15,9%	▼	-0,1 pp.

Índices e Medidas de Eficiência (%)	2T19	1T19		V3M	1S19	1S18		V12M
Inadimplência (% da carteira)	1,08%	0,98%	▲	+0,10 pp.	1,08%	1,30%	▼	-0,22 pp.
Índice de Basileia	11,21%	14,05%	▼	-2,84 pp.	11,21%	15,13%	▼	-3,92 pp.
Margem Líquida de Juros (NIM) ⁽⁷⁾	2,1%	2,1%	▶	ND	4,2%	3,9%	▲	+0,3 pp.
Rentabilidade s/ Ativos (ROAA) ⁽⁸⁾	1,5%	1,4%	▲	+0,1 pp.	1,5%	1,2%	▲	+0,3 pp.
Rentabilidade s/ Patrim. Líq. (ROE) ⁽⁹⁾	20,9%	19,4%	▲	+1,5 pp.	20,9%	16,4%	▲	+4,5 pp.
Índice de Eficiência ⁽¹⁰⁾	74,3%	76,2%	▼	-1,9 pp.	75,5%	69,0%	▲	+6,5 pp.
Índice de Provisionamento	3,3%	3,3%	▶	ND	3,3%	4,3%	▼	-1,0 pp.
Índice de Cobertura Adm. ⁽¹¹⁾	39,9%	38,6%	▲	+1,3 pp.	39,2%	40,7%	▼	-1,5 pp.
Índice de Cobertura Folha ⁽¹²⁾	78,0%	74,9%	▲	+3,1 pp.	76,5%	73,7%	▲	+2,8 pp.

(1) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, Títulos e Valores Mobiliários + Créditos Vinculados Remunerados

(2) Resultado Bruto da Intermediação Financeira + Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa.

(3) Resultado Operacional - Equivalência Patrimonial + Depreciação/Amortização.

(4) Receita de juros (operações de crédito + aplicações financeiras) – Despesa de juros (captação, TVM, empréstimos e participações).

(5) Lucro Líquido / Receita Total.

(6) EBITDA / Receita Total.

(7) Receita de juros líquida / Saldo médio dos ativos geradores de receitas (op. crédito + aplicações interfinanceiras + TVM + relações interfinanceiras).

(8) Lucro Líquido sobre Ativo Total Médio (taxa anualizada).

(9) Lucro Líquido sobre Patrimônio Líquido Médio (taxa anualizada).

(10) Receita Líquida de Juros + Receita de Serviços / Despesas Totais.

(11) Receita de Serviços / Despesas Administrativas.

(12) Receita de Serviços / Custos diretos e indiretos de Folha.

Este relatório pode conter informações sobre eventos futuros. Tais informações refletem expectativas da administração que podem não se tornar reais por motivos intrínsecos ou extrínsecos à Companhia. Palavras como “acredita”, “antecipa”, “deseja”, “prevê”, “espera” e similares, pretendem identificar informações que necessariamente envolvem riscos futuros, conhecidos ou não.

Riscos conhecidos incluem incertezas e não são limitados o impacto da competitividade de preços e serviços, aceitação de serviços no mercado, mercado competitivo, aspectos macroeconômicos internos ou sistêmicos, ambiente regulamentar e legal, flutuações de moedas, inflação e taxas de juros, riscos políticos e outros riscos, descritos em materiais publicados anteriormente pelo Banese.

Esse relatório está atualizado até a data de sua publicação e o Banese não pode ser responsabilizado por eventos posteriores, não previstos ou mencionados neste relatório.

ANÁLISE DAS OPERAÇÕES

Ativos

Total de Ativos por Tipo – R\$ milhões

	2T19	1T19		V3M	2T18		V12M
Ativos de Crédito	2.433,0	2.361,0	▲	+3,0%	2.171,6	▲	+12,0%
(-) Provisões	-80,2	-76,9	▲	+4,3%	-93,6	▼	-14,3%
Ativos Líquidos de Crédito	2.352,8	2.284,1	▲	+3,0%	2.078,0	▲	+13,2%
Aplicações Financeiras	2.283,5	2.351,4	▼	-2,9%	2.273,1	▲	+0,5%
Créditos Vinculados	330,2	353,1	▼	-6,5%	389,8	▼	-15,3%
Permanente	105,6	102,1	▲	+3,4%	69,7	▲	+51,5%
Outros	422,5	391,5	▲	+7,9%	404,9	▲	+4,4%
Total	5.494,6	5.482,2	▲	+0,2%	5.215,5	▲	+5,4%

Ao final do segundo trimestre de 2019 os ativos totais apresentaram saldo de R\$ 5.494,6 milhões, com expansão de 5,4% em 12 meses e aumento de 0,2% no último trimestre. No crescimento observado nos ativos totais em 12 meses destaca-se o aumento nos ativos líquidos de crédito em R\$ 274,8 milhões e R\$ 10,0 milhões em aplicações financeiras.

O Ativo Permanente variou em +51,5% nos últimos 12 meses, tendo como principal fato gerador o aporte de capital na ordem de R\$ 22,0 milhões feito na SEAC – Sergipe Administradora de Cartões Ltda., empresa pertencente ao conglomerado Banese, conforme fato relevante divulgado ao mercado em 03/09/18.

Na composição total, os ativos líquidos de crédito representam 42,8% do total; os títulos e valores mobiliários e aplicações interfinanceiras de liquidez, 41,6%; e os créditos vinculados, ativo permanente e outros ativos somam 15,6%. Comparando ao trimestre anterior, as aplicações financeiras decresceram sua participação relativa em 1,3 pp.; os ativos líquidos de crédito aumentaram em 1,1 pp. e a soma de créditos vinculados, ativo permanente e outros ativos variou em -0,2 pp. Em 12 meses os ativos líquidos de crédito aumentaram sua participação em 3,0 pp.; as aplicações financeiras reduziram em 2,0 pp.; e a soma de créditos vinculados, ativo permanente e outros ativos variou em -1,0 pp.

A variação nos ativos líquidos investidos em crédito foi de 13,2% na análise do 2T19 sobre o mesmo trimestre do ano anterior e 3,0% em relação ao 1T19, com uma carteira de R\$ 2,4 bilhões ao final do período. Em doze meses, o volume de provisionamento foi reduzido pela variação positiva da classificação de risco das operações em carteira e pela transferência para prejuízo de operações de crédito de liquidação duvidosa.

Redução no volume de créditos vinculados em 12 meses por força de mudança de regra nos compulsórios de depósitos à vista, estabelecida pelo Banco Central do Brasil, recursos esses migrados para aplicações financeiras. A alteração da regra provocou a desvinculação de aproximadamente R\$ 80,0 milhões das bases de recolhimento compulsório em 31 de dezembro de 2018.

Captações

A estrutura das captações do Banese é bastante diversificada, o que contribui para manutenção de níveis confortáveis de liquidez, bem como para dar suporte à retomada das concessões de crédito num cenário de recuperação da economia.

Captação por Linha de Produtos - R\$ milhões

	2T19	1T19		V3M	2T18		V12M
Depósitos à Vista	705,7	688,5	▲	+2,5%	645,0	▲	+9,4%
Poupança	1.376,0	1.381,3	▼	-0,4%	1.268,4	▲	+8,5%
Depósitos Judiciais	1.038,4	1.120,3	▼	-7,3%	974,6	▲	+6,5%
CDI/CDB/RDB	1.310,2	1.293,3	▲	+1,3%	1.345,2	▼	-2,6%
LFS/LF/LCI	190,9	244,2	▼	-21,8%	247,5	▼	-22,9%
Compromissadas	46,6	26,8	▲	+73,9%	36,5	▲	+27,7%
Obrigações de Repasses	68,9	61,3	▲	+12,4%	72,6	▼	-5,1%
Total	4.736,7	4.815,7	▼	-1,6%	4.589,8	▲	+3,2%



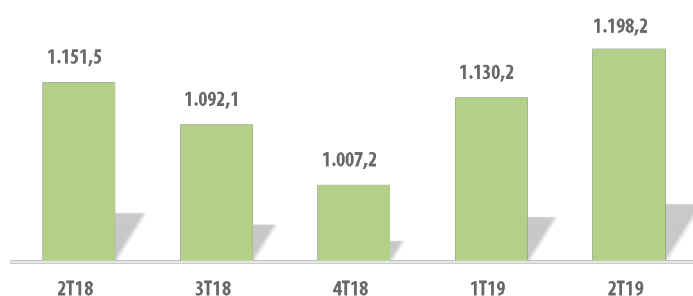
Ao final do 2T19 o total de recursos captados alcançou R\$ 4.736,7 milhões, um acréscimo de 3,2% (R\$ +146,9 milhões) em 12 meses. Destaque para o crescimento de 8,5% nos depósitos de poupança (R\$ +107,6 milhões), explicado pelo perfil mais conservador dos clientes do Banese e pela credibilidade do Banco percebida pelos mesmos.

A variação negativa da captação total no 2T19 em relação ao trimestre anterior foi decorrente, principalmente, de redução no saldo de depósitos judiciais (R\$ -81,9 milhões), por força de cumprimento de alvarás judiciais para pagamento de processos. Ainda assim, os referidos depósitos apresentam crescimento em 12 meses (R\$ +63,8 milhões). O Banese possui acordo firmado com o Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, onde o Banco possui a exclusividade para esse tipo de depósito no Estado.

Os depósitos a prazo variaram positivamente na análise trimestral e anual, por reflexo de novas captações efetuadas junto ao Governo do Estado de Sergipe e às pessoas físicas e jurídicas, realizadas em termos e condições de mercado. As captações em depósitos interfinanceiros apresentaram retração de 31,4% (R\$ -51,2 milhões) no 2T19 e de 42,2% (R\$ -81,7 milhões) em 12 meses, em função da queda das aplicações em interfinanceiros vinculados ao crédito rural, que possuem como reciprocidade a mencionada captação.

Evolução dos Depósitos a Prazo (CDB/RDB)

Depósito a Prazo - R\$ milhões

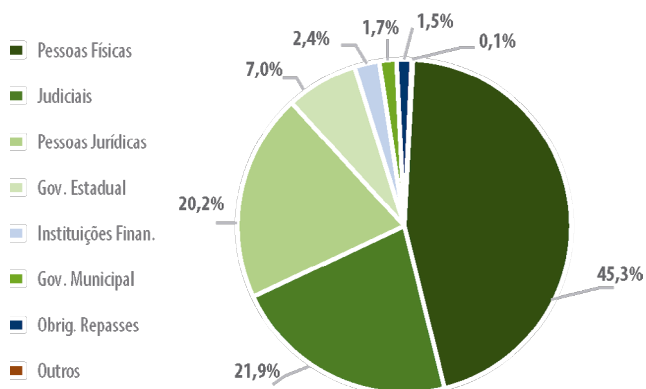


Os saldos finais de depósitos a prazo cresceram 6,0% na comparação do 1T19 (R\$ 68,1 milhões) e 4,1% (R\$ 46,8 milhões) em 12 meses. O resultado é reflexo das captações junto ao Governo de Sergipe e às pessoas físicas e jurídicas, mencionados anteriormente, uma vez que os retornos oferecidos em instrumentos de depósito a prazo, especialmente na categoria pós-fixado, provêm uma alternativa de rentabilidade atrativa e de baixo risco.

As captações em Letras Financeiras variaram negativamente em 8,8% no trimestre (R\$ -5,0 milhões) e 2,0% em 12 meses (R\$ -1,0 milhão), e as Letras Financeiras Subordinadas apresentaram decremento de 33,8% (R\$ -47,6 milhões) no trimestre e 38,5% (R\$ -58,5 milhões) no ano, ambas por força de liquidação de títulos no vencimento e por pagamento de juros das letras subordinadas. O volume das Letras de Crédito Imobiliário apresentou uma leve retração de 1,9% (R\$ -0,9 milhão) no 2T19. Em 12 meses houve um crescimento de 6,3%, (R\$ +2,8 milhões), decorrente de novas captações possibilitadas por operações de crédito geradoras de lastros para LCI e de operações para pessoas físicas, pelo fato de ser um investimento isento de imposto de renda que pode tornar a rentabilidade mais atrativa quando comparada aos demais produtos conservadores de renda fixa.



Maiores Fontes de Captação (% do total)

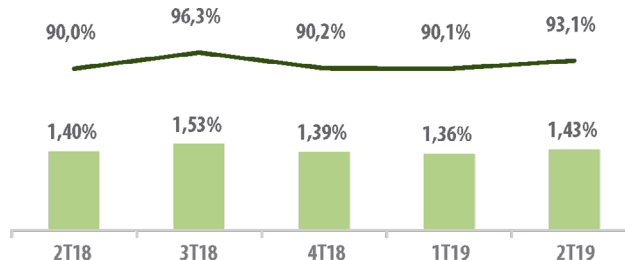


A maior fonte de captação do Banese é de pessoas físicas, com aproximadamente 45% do volume captado. As pessoas jurídicas respondem por 20% das captações. A dispersão da captação entre pessoas físicas e jurídicas, sem concentração em grandes clientes, mitiga riscos de liquidez, que obrigariam a liquidação de grandes operações, afetando potencialmente a lucratividade do Banco.

Os depósitos judiciais representam aproximadamente 22% do total do volume captado pelo Banese.

O custo da captação apresentou elevação em 12 meses e nos últimos três meses. Os crescimentos observados, tanto em valor absoluto quanto em termos de CDI, considerando a estabilidade da taxa básica de juros, foram decorrentes da remuneração das captações em Letra Financeira Subordinada, impactada pelo aumento da inflação, pressionada principalmente pela alta dos preços de alimentos, combustíveis e remédios.

Custos de Captação (Absoluto e em % do CDI)



Crédito

Carteira de Crédito por Tipo – R\$ milhões

	2T19	1T19		V3M	2T18		V12M
Carteira Comercial	1.690,0	1.652,6	▲	+2,3%	1.471,8	▲	+14,8%
Para Pessoas Físicas	1.394,9	1.357,8	▲	+2,7%	1.177,6	▲	+18,4%
Para Pessoas Jurídicas	295,1	294,8	▲	+0,1%	294,2	▲	+0,3%
Carteira de Desenvolvimento	540,0	517,1	▲	+4,4%	526,1	▲	+2,6%
Para Pessoas Físicas	436,9	420,5	▲	+3,9%	409,5	▲	+6,7%
Para Pessoas Jurídicas	103,1	96,6	▲	+6,7%	116,6	▼	-11,6%
Títulos e Créditos a Receber	203,0	191,3	▲	+6,1%	173,7	▲	+16,9%
Total	2.433,0	2.361,0	▲	+3,0%	2.171,6	▲	+12,0%

A carteira de crédito do Banese alcançou R\$ 2,4 bilhões de ativos, R\$ +72 milhões em relação 1T19 e R\$ +261,4 milhões em relação ao 2T18. O cenário descrito da carteira de crédito do Banese é reflexo de um ambiente de atividade econômica em recuperação, porém ainda de forma bem reduzida, com a população em fase de adequação do seu endividamento e empresas ativas com receio em realizar novos investimentos para ampliação/modernização dos seus negócios.

No segmento comercial, o Banese tem posição de destaque no seu mercado de atuação. Segundo dados do Banco Central do Brasil, o Banese detém 41,0% (abril/19) do mercado de crédito comercial em Sergipe. A exposição é pulverizada em um grande número de pequenos e médios clientes e transações, mitigando riscos individuais de crédito e evitando o impacto negativo que seria gerado pelo inadimplemento potencial de uma grande operação.

A carteira de crédito comercial cresceu 14,8% em 12 meses e 2,3% em relação ao trimestre anterior. O mercado de crédito continua em trajetória de expansão, com destaque para o avanço nas operações de empréstimos no segmento de recursos livres destinados, principalmente, ao crédito pessoal.

Os números positivos alcançados são fruto de ações planejadas das áreas de negócios junto a empresas conveniadas e órgãos públicos estaduais e municipais, bem como, do direcionamento estratégico das unidades de negócios do Banco para alcançar em larga escala os clientes elegíveis ao crédito, inclusive através de iniciativas de portabilidade de crédito.

A carteira de crédito comercial para pessoas físicas cresceu 18,4% em relação em 12 meses. No mesmo período, a carteira de crédito comercial para pessoas jurídicas apresentou certa estabilidade, ainda impactada pelas condições macroeconômicas verificadas no período e sujeita às políticas conservadoras de concessão de crédito do Banese.

A carteira de crédito de desenvolvimento, que engloba as carteiras imobiliária, industrial e do agronegócio, representa 22,2% da carteira de crédito total do Banese, melhorando sua participação relativa em 0,3pp. em relação ao trimestre anterior. Influenciada pela retomada dos investimentos em segmentos estratégicos da economia do Estado de Sergipe, como o agronegócio e financiamentos industriais, a carteira de desenvolvimento apresentou crescimento tanto em relação ao trimestre anterior (+4,4%) quanto nos últimos 12 meses (+2,6%). Ressalta-se que apenas a Carteira de Desenvolvimento para Pessoas Jurídicas apresentou redução no saldo aplicado no último ano (-11,6%), em virtude da retração registrada no setor imobiliário em Sergipe nos últimos anos, consequência de diminuição dos lançamentos empresariais voltados à construção de Unidades Residenciais e de liquidação das operações existentes em carteira.

É importante mencionar que a carteira imobiliária, responsável pela maioria dos créditos de desenvolvimento contratados, é extremamente sensível a um ambiente econômico de pouca atividade e falta de confiança, por se tratar de operações de alto valor individual e longo prazo de liquidação. Essa carteira apresentou retração de 7,1% em 12 meses e de 1,7% no trimestre.

Qualidade da Carteira de Crédito por Faixa de Risco

	R\$ milhões			Variação	% Carteira			Variação
	2T19	2T18			2T19	2T18		
AA	394,4	431,0	▼	-8,5%	16,2%	19,8%	▼	-3,6 pp.
A	1.039,3	894,1	▲	+16,2%	42,7%	41,2%	▲	+1,5 pp.
B	605,0	513,1	▲	+17,9%	24,9%	23,6%	▲	+1,3 pp.
C	262,2	182,5	▲	+43,7%	10,8%	8,4%	▲	+2,4 pp.
D - H	132,1	150,9	▼	-12,5%	5,4%	7,0%	▼	-1,6 pp.
Total	2.433,0	2.171,6	▲	+12,0%	100,0%	100,0%	▶	ND

Em termos relativos, os segmentos de crédito classificados entre as faixas de risco "AA" a "C" representam 94,6% do total da carteira do Banese (no 2T18 representavam 93,0%). Os créditos classificados nas faixas de risco "D" a "H", que concentram as operações de maior risco de crédito, representam 5,4% da carteira de crédito do Banese (-1,6 pp. quando comparado aos 7,0% verificados no 2T18).

Qualidade do Crédito por Carteira 2T19- R\$ milhões

	Total	Crédito Comercial	Industrial	Rural	Imobiliário	Outros
AA	394,4	394,4	0,0	0,0	0,0	0,0
A	1.039,3	437,5	3,4	56,9	343,0	198,5
B	605,0	537,0	27,7	13,2	23,6	3,5
C	262,2	239,0	13,7	5,8	3,2	0,5
D - H	132,1	82,1	27,9	18,4	3,2	0,5
Total	2.433,0	1.690,0	72,7	94,3	373,0	203,0

Em termos de relevância sobre o total de crédito por segmento, os produtos que apresentam os créditos com qualidade inferior são os das carteiras industrial (onde os créditos classificados como “D – H” representam 38,4% da carteira) e rural (19,5% da carteira com nível de risco de “D – H”). A classificação refere-se às características dos produtos e ao volume relativamente alto de cada operação individual.

Aplicações Financeiras

Aplicações Financeiras – R\$ milhões

	2T19	1T19		V3M	2T18		V12M
Interfinanceiras de Liquidez	1.136,8	1.220,8	▼	-6,9%	1.130,5	▲	+0,6%
Títulos e Valores Mobiliários (TVM)	1.098,9	1.100,1	▼	-0,1%	1.090,1	▲	+0,8%
Cotas de Fundos	104,0	102,5	▲	+1,5%	69,1	▲	+50,5%
Renda Fixa	994,9	997,6	▼	-0,3%	1.021,0	▼	-2,6%
Compromissadas + Prest. Garantia	47,5	27,7	▲	+71,5%	36,7	▲	+29,4%
Depósitos Compulsórios Remunerados	318,5	326,2	▼	-2,4%	378,2	▼	-15,8%
	2.601,7	2.674,8	▼	-2,7%	2.635,5	▼	-1,3%

Tendo em vista a queda dos juros básicos da economia e a finalidade de melhor rentabilizar os ativos da tesouraria, nos trimestres apresentados houve migração de recursos de renda fixa para cotas de fundos, bem como para ativos de cumprimento da exigibilidade junto ao Banco Central (DI Imobiliário).

Ocorreram decréscimos em ativos vinculados ao crédito rural (DI Rural) e LCI, decorrente das alterações regulamentares que restringem o cômputo de LCI para fins de atendimento da exigibilidade do depósito de poupança a partir de 01/01/2019 e do efeito das mudanças nas regras da exigibilidade do rural para o novo período agrícola 2018-2019.

O Banese encontra-se enquadrado às regras da Circular nº 3.068 do BACEN, que estabelece critérios para registro e avaliação contábil de títulos e valores mobiliários. Isso significa que as aplicações são feitas em instrumentos de liquidez, denominados em moeda nacional e são constantemente marcados a mercado, para mitigação de riscos relacionados a variação de valor e volatilidade de instrumentos financeiros.

Rentabilidade da Carteira

A estratégia da carteira de ativos da tesouraria é manter a alocação em ativos líquidos e de baixo risco, com o intuito de conservar níveis confortáveis de liquidez e capital, e sua meta de rentabilidade é acompanhar a taxa de juros do país.

A rentabilidade acumulada da carteira no 2T19 foi 101,51% do CDI, superior à 101,19% do CDI ao final do 1T19 (+0,32 pp.) e à 100,34% do CDI no 2T18 (+1,17 pp.). As rentabilidades apresentadas são impactadas pela *performance* dos fundos de investimento e marcação a mercado dos títulos públicos, em um cenário de maior volatilidade dos ativos brasileiros.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Receitas

Abertura das Receitas – R\$ milhões

	2T19	1T19	V3M	1S19	1S18	V12M
Receitas de Crédito	128,2	126,5	▲ +1,3%	254,7	237,2	▲ +7,4%
Receitas de Aplicações Financeiras	35,9	35,2	▲ +2,0%	71,0	60,3	▲ +17,7%
Receitas de Prestação de Serviços	32,8	31,8	▲ +3,1%	64,6	61,3	▲ +5,4%
Receitas de Participações	3,6	3,3	▲ +9,1%	6,9	0,4	▲ +1625,0%
Outras Receitas Operacionais	21,6	17,5	▲ +23,4%	39,1	47,2	▼ -17,2%
Receitas Não Operacionais	1,1	0,7	▲ +57,1%	1,8	1,5	▲ +20,0%
Total	223,2	215,0	▲ +3,8%	438,1	407,9	▲ +7,4%

As receitas do Banese totalizaram R\$ 223,2 milhões no segundo trimestre de 2019, um aumento de 3,8% em relação ao trimestre anterior. A maior variação observada foi nas outras receitas operacionais - recuperação de crédito baixados em prejuízo (R\$ +4,8 milhões).

As receitas totais acumuladas no primeiro semestre de 2019 registraram o montante de R\$ 438,1 milhões, 7,4% acima do 1S18, com destaque para o crescimento das receitas de crédito (R\$ +17,5 milhões), em linha com o crescimento da carteira no período; seguidas pelas rendas de aplicações financeiras (R\$ +10,7 milhões), consequente da melhor rentabilização da carteira; e rendas de participações (R\$ +6,5 milhões), decorrente da participação do Banco na SEAC – Sergipe Administradora de Cartões Ltda., empresa pertencente ao conglomerado Banese.

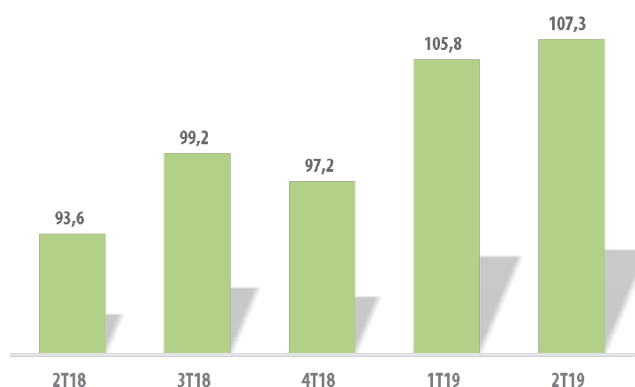
Custos e Despesas

Custos Diretos das Operações – R\$ milhões

	2T19	1T19	V3M	1S19	1S18	V12M
Despesas de Captação	54,6	52,6	▲ +3,8%	107,2	103,6	▲ +3,5%
Resultado de TVM	1,1	2,2	▼ -50,0%	3,4	0,4	▲ +750,0%
Desp. Obrigações p/Empréstimos	1,1	1,0	▲ +10,0%	2,1	2,6	▼ -19,2%
Total	56,8	55,8	▲ +1,8%	112,7	106,6	▲ +5,7%

As despesas de captação apresentaram elevação de 3,5% na comparação anual e 3,8% em relação ao trimestre anterior, diretamente relacionadas ao crescimento do volume captado, com efeito minimizado pelos resgates de Letras Financeiras Subordinadas no 2T19, as quais possuíam custo de captação mais elevado.

Receita Líquida de Juros (NII) – R\$ milhões



As Receitas Líquidas de Juros (Receitas de Empréstimos mais Receitas de Aplicações Financeiras menos os Custos Diretos de Captação) apresentaram crescimento de 14,6% na variação do 2T19 para o 2T18.

Na análise do 2T19 versus 1T19, a variação foi de +1,4%.

O resultado é uma combinação dos fatores já apresentados nos itens anteriormente mencionados neste relatório.

Despesas com Pessoal/Folha – R\$ milhões

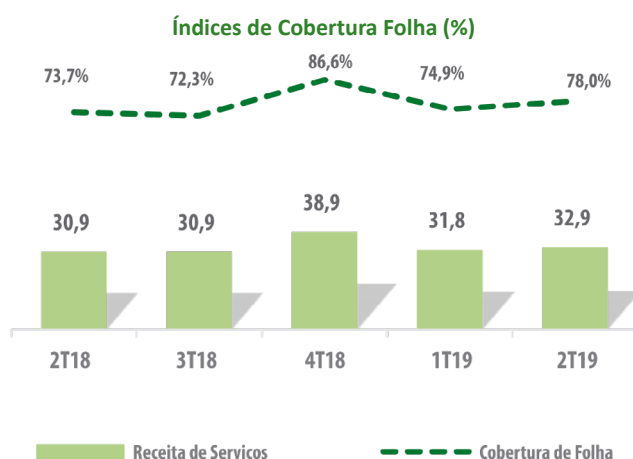
	2T19	1T19	V3M	1S19	1S18	V12M
Salários	25,2	25,3	▼ -0,4%	50,5	48,7	▲ +3,7%
Benefícios	5,5	5,5	▶ ND	11,0	10,4	▲ +5,8%
Encargos Sociais	11,1	11,4	▼ -2,6%	22,5	23,4	▼ -3,9%
Treinamentos e Outros	0,3	0,2	▲ +50,0%	0,5	0,7	▼ -28,6%
Total	42,1	42,4	▼ -0,7%	84,5	83,2	▲ +1,6%

As despesas com pessoal não apresentam variações relevantes: R\$ -300 mil quando relacionado o 2T19 com o 1T19, decorrente de ajuste na despesa de provisão para gratificação semestral; e R\$ +1,3 milhão se comparado o acumulado do 1S19 com o 1S18, sendo essa elevação em linha com a inflação do período e com o reajuste da categoria já considerado no semestre mais recente.

É intenção da administração do Banese financiar a maior parte possível de suas despesas de pessoal e administrativas com recursos provenientes das receitas de serviços.

O índice de cobertura de folha ficou em 78,0% no 2T19, variando positivamente em 4,3 pp. em 12 meses e 3,1 pp. em relação ao trimestre anterior.

A elevação observada no 4T18 foi provocada por receitas extraordinárias no referido trimestre, retornando à normalidade posteriormente.



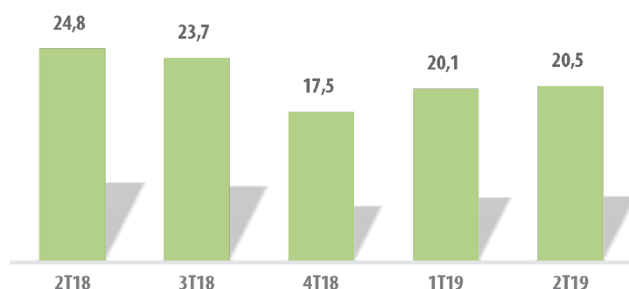
Outras Despesas Administrativas – R\$ milhões

	2T19	1T19	V3M	1S19	1S18	V12M
Serviços de Terceiros	18,9	18,0	▲ +5,0%	36,9	30,8	▲ +19,8%
Consumo, Manutenção e Materiais	5,9	5,7	▲ +3,5%	11,6	10,9	▲ +6,4%
Sistemas e Processamento de Dados	7,8	8,0	▼ -2,5%	15,8	12,9	▲ +22,5%
Seguros	0,8	1,1	▼ -27,3%	1,9	1,7	▲ +11,8%
Transportes de Numerário	2,0	2,1	▼ -4,8%	4,0	3,9	▲ +2,6%
Tributárias	0,9	0,6	▲ +50,0%	1,5	0,7	▲ +114,3%
Outras despesas	4,0	4,5	▼ -11,1%	8,5	6,5	▲ +30,8%
Total	40,3	40,0	▲ +0,7%	80,2	67,4	▲ +19,0%

As outras despesas administrativas apresentaram estabilidade em relação ao trimestre anterior: pequena elevação (R\$ +300 mil) diluída nos vários grupos de despesas. No acumulado do 1S19, a ampliação das outras despesas administrativas foi de 19,0% (R\$ +12,8 milhões) em relação ao 1S18. As despesas com Serviços de Terceiros apresentaram a maior variação nesse grupo e tem apresentado influência direta na elevação das despesas administrativas, com destaque para despesas relacionadas com o processo de expansão da rede de Correspondente no País e Pontos de Atendimento Eletrônico, despesas essas relacionadas com processos estratégicos de migração de serviços do Banese para pontos de atendimentos diversos das agências; e em seguida as despesas com Sistemas e Processamento de Dados, que também são diretamente ligadas a processos estratégicos de migração de serviços para canais digitais.



Despesa com Provisão - R\$ milhões



As despesas com Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) acumularam R\$ 20,5 milhões no 2T19, R\$ -4,3 milhões em relação ao 2T18 e R\$ +0,4 milhões acima do volume registrado no 1T19.

A redução da inadimplência, a variação positiva da classificação de risco das operações em carteira e a transferência para prejuízo de operações de crédito de liquidação duvidosa irrecuperáveis tem ocasionando menor constituição dessas despesas.

Outras Despesas Operacionais – R\$ milhões

	2T19	1T19	V3M	1S19	1S18	V12M
Depreciação e Manutenção	3,8	3,7	▲ +2,7%	7,4	8,4	▼ -11,9%
Desvalorização de Créditos	0,1	0,1	▶ ND	0,2	0,2	▶ ND
Provisões Passivas	6,6	1,8	▲ +266,7%	8,4	3,7	▲ +127,0%
Convênio com Tribunal de Justiça	4,6	4,6	▶ ND	9,3	8,3	▲ +12,0%
ISS/PIS/COFINS	9,3	9,1	▲ +2,2%	18,4	17,0	▲ +8,2%
Descontos Concedidos	0,0	0,0	▶ ND	0,0	0,3	▼ -100,0%
Juros sobre Capital Próprio	0,0	0,0	▶ ND	0,0	10,3	▼ -100,0%
Participação nos Lucros e Resultados	4,1	2,1	▲ +95,2%	6,2	4,4	▲ +40,9%
Outros	3,2	2,8	▲ +14,3%	6,0	3,5	▲ +71,4%
Total	31,7	24,2	▲ +31,0%	55,9	56,1	▼ -0,4%

As outras despesas operacionais apresentaram elevação de R\$+7,5 milhões no 2T19 em relação ao 1T19 e pequena retração no acumulado do 1S19 em relação ao 1S18.

No 2T19, foram constituídas, excepcionalmente, despesas complementares de Participação nos Lucros e Resultados, para refletir uma provisão alinhada ao resultado líquido do 1S19, e despesas de Provisões Passivas Judiciais, necessárias para atualização de saldos.

Lucro Líquido - R\$ milhões



Lucro Líquido

Reflexo do comportamento dos negócios apresentados, com uma carteira de crédito em expansão, captações mantendo crescimento e receitas líquidas de juros também crescentes, o lucro líquido do Banese no 2T19 foi de R\$ 22,3 milhões, 92,2% superior quando comparado ao resultado do mesmo período do ano anterior e 17,4% acima em relação ao 1T19.

Ao final do 1S19, o lucro líquido acumulado foi de R\$ 41,3 milhões.

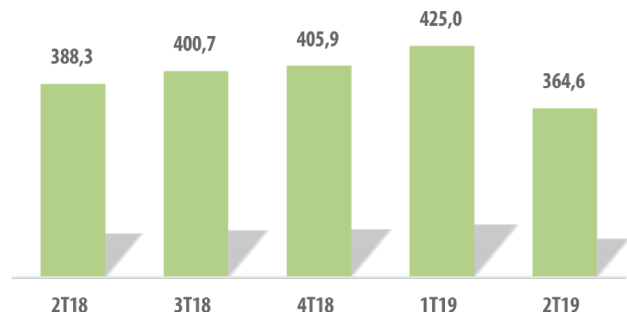


Relatório de Resultados 2T19 Banco do Estado de Sergipe S.A. - BANESE

Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido do Banese variou -6,1% no período de 12 meses. Quando comparado ao 1T19 apresentou uma variação negativa de -14,2%, decorrente da incorporação dos resultados do período, do pagamento de Juros Sobre Capital Próprio no valor de R\$ 11,4 milhões em junho/19 e, extraordinariamente, do ajuste de avaliação atuarial relativo ao plano de previdência complementar dos empregados do Banese junto ao Instituto Banese de Seguridade Social – SERGUS (plano salgado de benefício definido), conforme CPC 33-R1, aprovada pela Deliberação CVM 695, o qual gerou efeito negativo no PL na ordem de R\$ -75,2 milhões, por força de redução na taxa de mercado, utilizada para cálculo do valor presente atuarial. Ao final do 1T19, o impacto desse ajuste atuarial era de R\$ -3,9 milhões.

Patrimônio Líquido - R\$ milhões



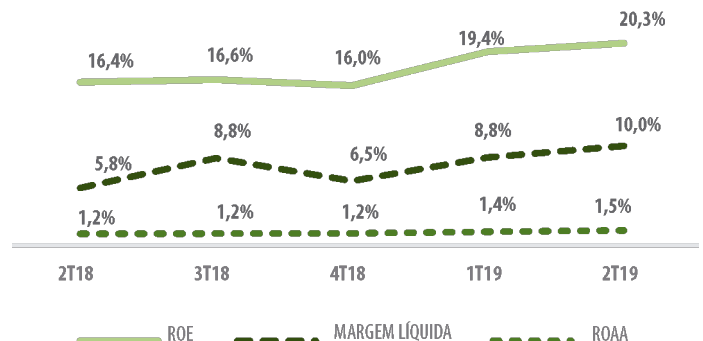
Índices de Lucratividade

Os índices de lucratividade nos auxiliam a perceber o retorno sobre os recursos investidos no período.

O Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE), a Margem Líquida e o Retorno sobre Ativos Médios (ROAA) obtidos pelo Banese no 2T19 foram, respectivamente, 20,3% a.a. (taxa anualizada), 10,0% e 1,5% a.a. (taxa anualizada).

Os índices mostram avanço quando comparados ao trimestre anterior e em relação ao 2T18.

Índices de Lucratividade

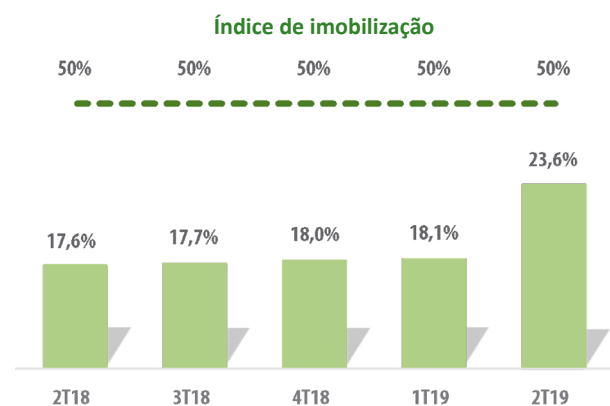




Capitalização e Basileia

Índices e Capitalização (R\$ milhões)	2T19	1T19	V3M	2T18	V12M
Patrimônio de Referência	368,0	469,4	▼ -21,6%	435,0	▼ -15,4%
PR Nível I	293,3	397,0	▼ -26,1%	350,8	▼ -16,4%
PR Nível II	74,7	72,3	▲ +3,3%	84,2	▼ -11,3%
Índice de Basileia	11,2%	14,0%	▼ -2,8 pp.	15,1%	▼ -3,9 pp.
Índice de Capital Principal	8,9%	11,8%	▼ -2,9 pp.	12,2%	▼ -3,3 pp.
Índice de Capital Nível I	8,9%	11,8%	▼ -2,9 pp.	12,2%	▼ -3,3 pp.
Índice Basileia Mínimo + ACP	10,5%	10,5%	▶ ND	10,5%	▶ ND
Margem sobre o PR considerando a capital para cobertura do Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária e o ACP.	4.279,40	90.464,82	▼ -95,3%	104.803,39	▼ -95,9%

O Índice de Basileia do Banese totalizou 11,21% ao final do 2T19, quando comparado ao índice apurado ao final do 1T19, ocasionada pela redução do Patrimônio de Referência em 21,59% (aprox. R\$ 101,3 milhões), devido principalmente ao aumento na conta de Perdas não Realizadas de Ajustes de Avaliação Patrimonial exceto *hedge* de fluxo de caixa em 1.851% (aprox. R\$ 71,35 milhões), em decorrência do ajuste de avaliação atuarial relativo ao plano de previdência complementar dos empregados do Banese junto ao Instituto Banese de Seguridade Social – SERGUS (plano salgado de benefício definido), conforme CPC 33-R1, aprovada pela Deliberação CVM 695, por força de redução na taxa de mercado, utilizada para cálculo do valor presente atuarial.



O índice de imobilização encerrou o 2T19 em 23,6%, aumento de 5,5 pp. quando comparado ao índice observado no 1T19, em virtude da redução do Patrimônio de Referência em 24,5% (aprox. R\$ 119,3 milhões).

O resultado foi substancialmente abaixo do requerimento máximo de imobilização estabelecido pelo Banco Central do Brasil, que é de 50,0%.

Vale ressaltar que esse índice é tão melhor quanto menor ele for.

Ratings

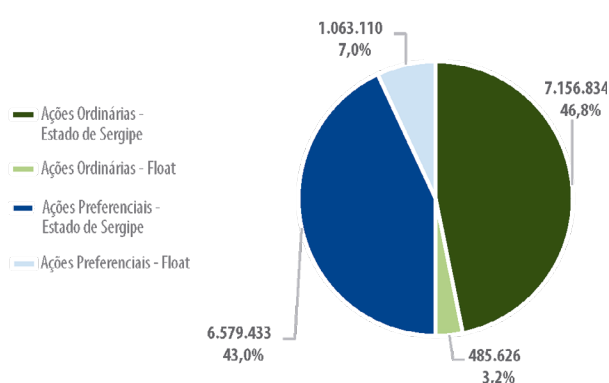
A *Fitch Ratings*, em 31 de julho de 2019, afirmou o *Rating* Nacional de Longo Prazo do Banese para “A-(bra)” - (A menos (bra)) e o *Rating* Nacional de Curto Prazo para “F1” (bra), com manutenção da perspectiva do *rating* de longo prazo como Estável. A elevação dos *ratings* nacionais do Banese refletiu a opinião da *Fitch* em relação ao fortalecimento do perfil financeiro do Banco. Destacou, ainda, os adequados indicadores de captação, liquidez e qualidade de crédito do banco a médio e longo prazos, a recuperação consistente da rentabilidade, mantendo níveis elevados desde 2016, com crescimento sustentado no crédito controlado e índices de inadimplência estáveis, mesmo sob um ambiente operacional desafiador, além de uma boa estrutura de governança corporativa.

A *Moody's Investors Service*, reafirmou, em 01 de julho de 2019, o perfil de risco de crédito individual “ba2” ao Banese e *ratings* de depósito “Aa3.br”, em longo prazo e BR-1, em curto prazo, na escala nacional brasileira, com a manutenção da Perspectiva Estável. A manutenção do *rating* considerou a participação de mercado do Banese no Estado de Sergipe (mais de um terço dos depósitos e empréstimos), e do seu foco em fornecer serviços financeiros aos funcionários públicos estaduais, bem como para pequenas e médias empresas, que estão intrinsecamente conectadas à economia de Sergipe.

Agência	Escala	Longo Prazo	Curto Prazo	Perspectiva
<i>Fitch Rating</i>	Nacional	A- (bra)	F1 (bra)	Estável
<i>Moody's</i>	Nacional – Depósitos	Aa3 br	BR-1	Estável
	Global em Moeda Nacional - Depósitos	Ba2	<i>Not Prime</i>	Estável
	Global em Moeda Estrangeira - Depósitos	Ba3	<i>Not Prime</i>	Estável

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Banese na B3



No final do 1S19 a estrutura acionária do Banese correspondia a 89,8% de ações do Governo do Estado de Sergipe e 10,2% de *Free Float*. As ações em circulação são compostas por 31,3% ON e 68,7% PN.

A composição societária equivale a 15,2 milhões de ações, as quais consistem em 7,6 milhões de ações ordinárias (BGIP3) e 7,6 milhões de ações preferenciais (BGIP4).

As ações do Banese fazem parte do Índice ITAG da B3, que concentra as ações com diretos diferenciados de *Tag Along*.

Clientes e Canais de Atendimento

A base de clientes do Banese avançou 2,3% em relação ao mesmo semestre do ano passado, um total de 869.836, abrangendo 837.289 clientes PF e 32.547 clientes PJ. No comparativo entre os dois trimestres de 2019, o número de clientes cresceu 0,6% em decorrência das ações estratégicas implantadas pelo Banco ao longo do 1S19.

Tais ações asseguram comodidade para os clientes e mais agilidade na aquisição de maior quantidade de produtos e serviços ofertados nos canais digitais. No final do 1S19 houve um incremento de 15,1% na quantidade de transações realizadas no *Internet* e *Mobile Banking*, quando comparado ao acumulado no 1S18. Já em relação ao 1T19, houve um crescimento de 2,5% no número de transações realizadas no 2T19.

Dados de Canais

	2T19	1T19	V3M	1S19	1S18	V12M
Agências	63	63	0	63	63	0
Postos de Serviços	09	10	-1	09	14	-5
Terminais ATM	493	498	-5	493	509	-16
Correspondentes no País	210	233	-23	210	236	-26
Transações em Agências, ATM e Correspondentes	10,0 Mi	10,5 Mi	-0,5 Mi	20,5 Mi	19,7 Mi	0,8 Mi
Volume Transacionado	R\$ 10,1 Bi	R\$ 10,5 Bi	-R\$ 0,2 Bi	R\$ 20,7 Bi	R\$ 19,3 Bi	R\$ 1,4 Bi
Transações <i>online</i>	22,1 Mi	21,5 Mi	0,6 Mi	43,6 Mi	37,9 Mi	5,7 Mi
Volume Transacionado	R\$ 2,2 Bi	R\$ 2,2 Bi	R\$ 0,0 Bi	R\$ 4,5 Bi	R\$ 3,6 Bi	R\$ 0,9 Bi

Serviços Financeiros – Banese 2.0

O serviço de RDC (Captura Remota de Cheques), simplifica o processo de depósito de cheques para Pessoas Jurídicas, como missão de fornecer soluções e serviços financeiros de forma eficiente e sustentável. No 1S19 o volume de transações alcançou um total de 20,6 mil e um valor transacionado de R\$ 36,1 milhões, um incremento de 42,1% em relação ao 1S18.

O Depósito Inteligente permite aos clientes Pessoas Jurídicas agilidade na conversão online do fluxo de caixa em capital de giro e mitigação de riscos de fraude. O valor transacionado total no período foi de R\$ 210,7 milhões, um crescimento de 104,8% no comparativo com mesmo semestre de 2018.

Em todo o Estado estão disponíveis 81 caixas eletrônicos recicladores de cédulas do Banese, além de 86 em parceria com a rede Saque e Pague.

Investimentos em Capital Humano

Os investimentos em programas de aprendizagem realizados pelo Banco seguem alinhados ao plano estratégico da organização, com o propósito de desenvolver competências, elevar o desempenho e engajamento das equipes, promover oportunidades de inovação e o crescimento de vantagens competitivas.

O Programa de Incentivo à Formação Profissional é uma das principais ações promovidas pelo Banese, oportunizando a formação dos seus empregados em cursos de graduação, especialização e língua estrangeira, por meio de oferta de bolsas de 50% do valor do curso. O Banco também possui programas que garantem a obtenção de certificações obrigatórias, assim como participações em eventos e treinamentos externos, *in company* e à distância. Como benefício para funcionários e dependentes, foram estabelecidas diversas parcerias entre o Banese e instituições de ensino superior, especialização e idiomas, proporcionando descontos em cursos por elas ofertados.

A Universidade Corporativa Banese, em sua plataforma virtual de aprendizagem, disponibiliza mais de 100 cursos auto instrucionais para seus colaboradores. No 1S19 foram concluídos 151 cursos, com destaque para: Política de Responsabilidade Socioambiental, Cobrança e Recuperação de Crédito, Segurança do Trabalho, Atualização de Cadastro Operacional, Avaliação de Perfil de Investidor, em sua maioria desenvolvidos por conteudistas da organização.

Estão sendo desenvolvidas trilhas de aprendizagem que representam a trajetória de desenvolvimento a ser percorrida pelos funcionários, além de ações de inovação e gestão do conhecimento com o objetivo de disseminar e compartilhar conhecimento entre os funcionários.

CONGLOMERADO BANESE

O conglomerado econômico do Banese é composto pela Sergipe Administradora de Cartões e Serviços Ltda. (SEAC), a Banese Corretora e Administradora de Seguros, o Instituto Banese de Seguridade Social (SERGUS), a Caixa de Assistência dos Empregados do Banese (CASSE) e o Instituto Banese, esse último é intendente da gestão da responsabilidade socioambiental e apoio às manifestações culturais.

Sergipe Administradora de Cartões e Serviços Ltda.

A Sergipe Administradora de Cartões e Serviços Ltda. (SEAC) desenvolve a atividade de prestação de serviços relacionados aos cartões de crédito e de débito e outros meios de pagamento. O Banese Card está presente nos estados de Sergipe, Alagoas, Paraíba, e expandindo nos estados do Ceará e Rio Grande do Norte.

A quantidade de clientes aptos a comprar apresentou crescimento de 2,9% em comparação ao 1S18, alcançando um total de 562,0 mil clientes no 1S19. O volume financeiro transacionado no âmbito do cartão de crédito Banese Card (principal produto da empresa) atingiu o valor de R\$ 834,4 milhões no 1S19, um incremento de 21,9% em relação ao mesmo semestre de 2018. Na comparação entre os dois últimos trimestres, o crescimento foi de 10,9%.

O 1S19 foi marcado pelo lançamento do Cartão Virtual Banese Card ELO, tanto no Portal quanto no aplicativo, abertura da nova Loja Maceió, a implantação da modalidade de parcelado emissor abrangendo outras bandeiras e implantação do canal Fale Conosco na ferramenta de CRM. Tais ações demonstram a evolução da *performance* dos produtos da SEAC, reforçam a competitividade e a busca por excelência no atendimento aos clientes.

Banese Corretora de Seguros

A Banese Administradora e Corretora de Seguros Ltda. há 40 anos atua no mercado sergipano em parceria com as principais seguradoras e oferece as melhores soluções nos diversos ramos de seguros, buscando sempre a excelência no atendimento aos seus clientes.

O 1S19 foi marcado pelo crescimento de 62,6% da quantidade de seguros contratados na Corretora, em relação ao mesmo semestre do ano de 2018, em razão do aumento das vendas do produto automóveis/renovações. No 2T19 o volume de seguros contratados foi de R\$ 27,4 milhões, correspondendo a um incremento de 20,8% quando comparado ao 2T18, motivado principalmente por um aporte significativo em previdência privada.

A receita operacional acumulou um total de R\$ 6,2 milhões no 2T19, representando um crescimento de 3,7% comparado ao 2T18.

Instituto Banese e Museu da Gente Sergipana

O Instituto Banese destaca-se por desenvolver ações de responsabilidade socioambiental em sintonia com políticas públicas, com foco na promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico de Sergipe. As ações e projetos de entidades apoiadas pelo Instituto Banese beneficiaram 19.731 pessoas no 1S19, o que totalizou R\$ 132,3 mil em investimentos.

O Museu da Gente Sergipana Governador Marcelo Déda é um centro cultural dinâmico, núcleo interpretativo da cultura de Sergipe e portal de aproximação com o meio artístico local, nacional e internacional, através do intercâmbio de exposições e da realização de eventos culturais. O Museu recebeu no 1S19 um total de 47.686 pessoas, que imergiram nas manifestações folclóricas, símbolos, natureza, artes, história, culinária, festas e costumes de Sergipe.

TABELAS E ANEXOS

Demonstrativo de Resultados – BANESE CONSOLIDADO – (R\$ mil)

	30.06.2019	30.06.2018
Receitas da Intermediação Financeira	336.948	310.266
Operações de Crédito	258.893	242.857
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	71.060	59.847
Resultado das Aplicações Compulsórias	6.995	7.562
Despesas da Intermediação Financeira	(140.894)	(146.713)
Operações de Captações no Mercado	(105.470)	(101.902)
Operações de Empréstimos e Repasses	(2.087)	(2.583)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(20.903)	(27.190)
Provisão para Empréstimo Rotativo Cartão de Crédito	(12.434)	(15.038)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	196.054	163.553
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(110.511)	(93.329)
Receitas de Prestação de Serviços	61.957	57.411
Receitas de Tarifas Bancárias	38.525	31.300
Despesas de Pessoal	(101.919)	(99.139)
Outras Despesas Administrativas	(106.707)	(92.592)
Despesas Tributárias	(29.587)	(25.896)
Resultado de Participações em Coligadas e Controlada	-	-
Outras Receitas Operacionais	53.400	55.206
Outras Despesas Operacionais	(26.180)	(19.619)
Resultado Operacional	85.543	70.224
Resultado Não Operacional	623	510
Resultado Antes da Tributação Sobre o Lucro	86.166	70.734
Imposto de Renda e Contribuição Social	(31.640)	(29.062)
Provisão para Imposto de Renda	(15.400)	(16.554)
Provisão para Contribuição Social	(9.718)	(13.951)
Ativo Fiscal Diferido	(6.522)	1.443
Participações de Empregados e Administradores no Lucro.	(6.201)	(4.457)
Lucro Líquido Antes da Participação de não Controladores	48.325	37.215
Participação de não Controladores	(6.965)	(7.318)
Lucro Líquido	41.360	29.897
Juros sobre o Capital Próprio	-	(10.294)

Demonstrativo de Resultados – BANESE MÚLTIPLO – (R\$ mil)

	30.06.2019	30.06.2018
Receitas da Intermediação Financeira	335.547	313.227
Operações de Crédito	260.888	245.818
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	67.664	59.847
Resultado das Aplicações Compulsórias	6.995	7.562
Despesas da Intermediação Financeira	(130.198)	(133.337)
Operações de Captações no Mercado	(107.208)	(103.564)
Operações de Empréstimos e Repasses	(2.087)	(2.583)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(20.903)	(27.190)
Provisão para Empréstimo Rotativo Cartão de Crédito	-	-
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	205.349	179.890
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(136.833)	(123.187)
Receitas de Prestação De Serviços	26.136	30.059
Receitas de Tarifas Bancárias	38.525	31.300
Despesas de Pessoal	(86.776)	(84.933)
Outras Despesas Administrativas	(83.942)	(73.359)
Despesas Tributárias	(19.916)	(17.690)
Resultado de Participações em Coligadas e Controlada	6.896	385
Outras Receitas Operacionais	5.943	6.943
Outras Despesas Operacionais	(23.699)	(15.892)
Resultado Operacional	68.516	56.703
Resultado Não Operacional	844	350
Resultado Antes da Tributação Sobre o Lucro	69.360	57.053
Imposto de Renda e Contribuição Social	(21.799)	(22.699)
Provisão para Imposto de Renda	(11.949)	(14.590)
Provisão para Contribuição Social	(7.555)	(12.333)
Ativo Fiscal Diferido	(2.295)	4.224
Participações de Empregados e Administradores no Lucro	(6.201)	(4.457)
Lucro Líquido Antes da Participação de não Controladores	41.360	29.897
Participação de não Controladores	-	-
Lucro Líquido	41.360	29.897
Juros sobre o Capital Próprio	-	(10.294)



Balanço Patrimonial Consolidado – ATIVOS (R\$ mil)

	30.06.2019	31.12.2018
CIRCULANTE	3.813.958	3.659.081
DISPONIBILIDADES	78.207	89.943
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	1.136.785	999.053
Aplicações no Mercado Aberto	764.996	584.993
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	371.789	414.060
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	1.175.809	1.123.186
Carteira Própria	1.128.075	1.058.817
Vinculados a Compromissos de Recompra	46.717	48.442
Vinculados à Prestação de Garantias	824	237
Vinculados ao Banco Central	193	15.690
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	322.785	331.604
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	11.655	2.300
Créditos Vinculados:	301.706	319.178
- Depósitos no Banco Central	301.491	319.109
- Convênios	215	69
Correspondentes	9.424	10.126
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	663.788	683.135
Operações de Crédito:	696.966	716.966
- Setor Privado	696.966	716.966
Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa	(33.178)	(33.831)
OUTROS CRÉDITOS	432.375	426.046
Rendas a Receber	10.687	10.405
Diversos	452.973	449.048
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.191)	(1.217)
Provisão para Valores a Receber Relativos a Transações de Pagamento	(29.903)	(32.013)
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa sem Característica de Concessão de Crédito	(191)	(177)
OUTROS VALORES E BENS	4.209	6.114
Outros Valores e Bens	1.688	1.403
Despesas Antecipadas	2.521	4.711
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	1.869.021	1.720.468
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	22.913	24.422
Carteira Própria	22.913	24.422
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	28.512	27.935
Créditos Vinculados:	28.512	27.935
- SFH - Sistema Financeiro da Habitação	28.512	27.935
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.487.130	1.383.126
Operações de Crédito:	1.532.951	1.428.935
- Setor Privado	1.532.951	1.428.935
Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa	(45.821)	(45.809)
OUTROS CRÉDITOS	295.761	250.815
Diversos	295.761	250.815
OUTROS VALORES E BENS	34.705	34.170
Outros Valores e Bens	35.322	35.323
Provisões para Desvalorizações	(2.757)	(2.758)
Despesas Antecipadas	2.140	1.605
PERMANENTE	103.280	97.060
INVESTIMENTOS	6	6
Participação em Coligadas e Controladas	-	-
Outros Investimentos	454	454
Provisões para Perdas	(448)	(448)
IMOBILIZADO DE USO	86.966	80.648
Imóveis de Uso	73.682	71.946
Outras Imobilizações de Uso	143.675	132.804
Depreciações Acumuladas	(130.391)	(124.102)
INTANGÍVEL	16.308	16.406
Ativos Intangíveis	67.576	65.045
Amortização Acum. de Ativos Intangíveis	(51.268)	(48.639)
TOTAL	5.786.259	5.476.609



Balanco Patrimonial Consolidado – PASSIVOS (R\$ mil)

	30.06.2019	31.12.2018
CIRCULANTE	3.982.704	3.948.211
DEPÓSITOS	3.405.885	3.379.800
Depósitos à Vista	704.615	712.955
Depósitos de Poupança	1.376.009	1.384.752
Depósitos Interfinanceiros	111.974	162.486
Depósitos a Prazo	1.213.287	1.119.607
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	31.155	1.241
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	31.155	1.241
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO	-	22.001
Carteira Própria	-	22.001
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS	38.439	52.991
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	38.439	52.991
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	2.154	754
Recursos em Trânsito de Terceiros	2.154	754
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS	19.330	22.248
BNDES	2.751	5.269
FINAME	1.592	2.507
Outras Instituições	14.987	14.472
OUTRAS OBRIGAÇÕES	485.741	469.176
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	20.767	2.054
Sociais e Estatutárias	11.789	609
Fiscais e Previdenciárias	81.730	80.993
Dívidas Subordinadas	-	70.299
Diversas	371.455	315.221
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	1.393.375	1.083.426
DEPÓSITOS	968.377	821.873
Depósitos a Prazo	968.377	821.873
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO	46.562	26.405
Carteira Própria	46.562	26.405
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS	59.020	45.830
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	59.020	45.830
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS	49.589	42.881
BNDES	306	342
FINAME	1.803	2.305
Outras Instituições	47.480	40.234
OUTRAS OBRIGAÇÕES	269.827	146.437
Dívidas Subordinadas	93.408	88.539
Diversas	176.419	57.898
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	11.264	11.632
Resultados de Exercícios Futuros	11.264	11.632
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	398.916	433.340
Capital	348.000	348.000
- De Domiciliados no País	348.000	348.000
Reservas de Lucros	63.864	61.796
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(75.205)	(3.856)
JCP Pagos Antecipadamente	(11.400)	-
Lucros ou Prejuízos Acumulados	39.292	-
Participação de Não Controladores	34.365	27.400
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5.786.259	5.476.609

Demonstrativo do Valor Adicionado Consolidado (R\$ mil)

	30.06.2019	30.06.2018
APURAÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Receita da intermediação financeira	336.948	310.266
Despesa da intermediação financeira	(140.894)	(146.713)
Outras receitas/despesas operacionais	27.220	35.587
Resultado não operacional	623	510
Receita da prestação de serviços	100.482	88.711
Matérias, energia, serviço de terceiros e outros	(94.210)	(79.717)
Valor Adicionado Bruto	230.169	208.644
Retenções	(8.856)	(9.561)
Amortização	(2.621)	(3.006)
Depreciação	(6.235)	(6.555)
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade	221.313	199.083
Valor Adicionado Recebido em Transferência	-	-
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-
Valor Adicionado a Distribuir	221.313	199.083
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Governo	61.227	54.958
Despesas Tributárias	36.109	24.453
Imposto de renda e contribuição social	25.118	30.505
Empregados	108.120	103.596
Salários e honorários	61.855	59.048
Encargos sociais	23.491	22.140
Previdência privada	2.173	4.140
Benefícios e treinamentos	14.400	13.811
Participação nos resultados	6.201	4.457
Aluguéis	2.211	2.162
Taxas e Contribuições	1.430	1.152
Acionistas	-	10.294
Juros sobre o capital próprio	-	10.294
Participação não Controladores	6.965	7.318
(Prejuízo)/Lucro Retido	41.360	19.603
Valor Adicionado Distribuído	221.313	199.083



Fluxo de Caixa Consolidado (R\$ mil)

	30.06.2019	30.06.2018
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro Líquido Ajustado	101.153	84.935
Lucro Líquido	41.360	29.897
Ajuste ao Lucro Líquido	59.793	55.038
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	20.903	27.190
Provisão/(Reversão) para Créditos Vinculados-FCVS	239	216
Depreciações e Amortizações	8.997	9.561
Crédito de Pis e Cofins sobre Depreciações na coligada	(141)	(118)
Ajuste de Provisão Passivas	8.734	4.394
Outras Provisões Operacionais	5.722	3.291
Despesa com prêmio de fidelização	680	261
Outras Provisões Não Operacionais	361	276
Provisão para Desvalorização de Outros Valores e Bens	-	235
TVM Ajuste ao Valor de Mercado	(22)	312
Ativo Fiscal Diferido	6.522	(1.443)
Perda de Capital	1.148	1.246
Reversão de Outras Provisões Operacionais	(3.368)	(4.471)
Reversão de Outras Provisões Não Operacionais	(2.416)	(950)
Resultado de Participação em Controladas	-	-
Provisão para Empréstimo Rotativo Cartão de Crédito	12.434	15.038
Juros Sobre o Capital Próprio Não Pagos	-	(10.294)
Variação de Ativos e Obrigações	(1.978)	242.828
(Aumento) Redução em Aplicações Financeiras de Liquidez	(113.124)	(126.730)
(Aumento) Redução em T.V.M. e Instrumentos Financeiros Derivativos	(51.092)	46.934
(Aumento) Redução em Rel. Interfinanceiras/Interdependência (Ativos/Passivos)	39.317	(20.933)
(Aumento) Redução em Operações de Crédito	(117.994)	55.054
(Aumento) Redução em Outros Valores e Bens	1.370	(4.904)
(Aumento) Redução em Outros Créditos	(53.161)	19.783
Aumento (Redução) em Depósitos	172.589	340.839
Aumento (Redução) em Captações no Mercado Aberto	(1.844)	(31.283)
Aumento (Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses	3.790	(5.821)
Ganhos/(Perdas) Atuariais	(71.349)	11.415
Aumento (Redução) em Resultados de Exercícios Futuros	(368)	(345)
Aumento (Redução) em Outras Obrigações	189.888	(41.181)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	99.175	317.469
FLUXO DE CAIXA ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Transferência de Imobilizado de Uso p/Comodato	1	292
Aquisição de Imobilizado de Uso	(16.230)	(5.275)
Baixa de Imobilizado de Uso	3.678	430
Aplicações no Intangível	(2.525)	(539)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(15.076)	(5.092)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Participação de Não Controladores	6.965	4.913
Dividendo Adicionais Propostos Pagos	-	-
Juros Sobre o Capital Próprio	(11.400)	(10.294)
Aumento (Redução) em Recursos de Letras Imobiliárias	(1.362)	(19.044)
Dívidas Subordinadas	(65.430)	5.488
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(71.227)	29.445
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	12.872	341.822
Caixa e equivalente de caixa no início do período	830.331	489.940
Caixa e equivalente de caixa no fim do período	843.203	831.762

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO PATRIMONIAL - Em Reais mil

ATIVO	BANESE	MÚLTIPLO	BANESE	CONSOLIDADO
	30.06.2019	30.06.2018	30.06.2019	30.06.2018
CIRCULANTE	3.576.996	3.596.643	3.813.958	3.717.597
DISPONIBILIDADES (NOTA 4)	78.206	96.766	78.207	96.767
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 5)	1.136.785	1.130.479	1.136.785	1.130.479
Aplicações no Mercado Aberto	764.996	734.995	764.996	734.995
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	371.789	395.484	371.789	395.484
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (NOTA 6) ...	1.123.774	1.116.672	1.175.809	1.116.672
Carteira Própria	1.076.040	1.064.211	1.128.075	1.064.211
Vinculados a Compromissos de Recompra	46.717	36.455	46.717	36.455
Vinculados à Prestação de Garantias	824	230	824	230
Vinculados ao Banco Cen tral	193	15.776	193	15.776
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 7)	318.025	377.682	322.785	377.682
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	6.895	6.619	11.655	6.619
Créditos Vinculados:	301.706	362.459	301.706	362.459
- Depósitos no Banco Central	301.491	362.459	301.491	362.459
- Convênios	215	-	215	-
Correspondentes	9.424	8.604	9.424	8.604
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 8)	663.788	631.281	663.788	631.281
Operações de Crédito:	696.966	675.537	696.966	675.537
- Setor Privado	696.966	675.537	696.966	675.537
Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa	(33.178)	(44.256)	(33.178)	(44.256)
OUTROS CRÉDITOS (NOTA 9)	252.784	240.762	432.375	361.097
Rendas a Receber	2.705	2.129	10.687	8.457
Diversos	251.270	239.731	452.973	388.132
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.191)	(1.098)	(1.191)	(1.098)
Provisão para Valores a receber relativos a transações de pagamento	-	-	(29.903)	(34.394)
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa sem Característica de Concessão de Crédito	-	-	(191)	-
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 10)	3.634	3.001	4.209	3.619
Outros Valores e Bens	1.351	1.301	1.688	1.621
Despesas Antecipadas	2.283	1.700	2.521	1.998
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	1.811.948	1.549.144	1.869.021	1.617.594
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (NOTA 6)	22.913	25.932	22.913	25.932
Carteira Própria	22.913	25.932	22.913	25.932
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 7)	28.512	27.375	28.512	27.375
Créditos Vinculados:	28.512	27.375	28.512	27.375
- SFH - Sistema Financeiro da Habitação	28.512	27.375	28.512	27.375
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 8)	1.487.130	1.274.103	1.487.130	1.274.103
Operações de Crédito:	1.532.951	1.322.358	1.532.951	1.322.358
- Setor Privado	1.532.951	1.322.358	1.532.951	1.322.358
Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa	(45.821)	(48.255)	(45.821)	(48.255)
OUTROS CRÉDITOS (NOTA 9)	238.688	188.898	295.761	257.348
Diversos	238.688	188.898	295.761	257.348
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 10)	34.705	32.836	34.705	32.836
Outros Valores e Bens	35.322	33.985	35.322	33.985
Provisões para Desvalorizações	(2.757)	(2.664)	(2.757)	(2.664)
Despesas Antecipadas	2.140	1.515	2.140	1.515
PERMANENTE	105.606	69.672	103.280	94.180
INVESTIMENTOS (NOTA 11)	34.029	1.364	6	6
Participação em Coligadas e Controladas	34.023	1.358	-	-
Outros Investimentos	454	454	454	454
Provisões para Perdas	(448)	(448)	(448)	(448)
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 12)	56.772	51.598	86.966	76.734
Imóveis de Uso	56.403	56.185	73.682	71.528
Outras Imobilizações de Uso	111.839	97.943	143.675	124.165
Depreciações Acumuladas	(111.470)	(102.530)	(130.391)	(118.959)
INTANGÍVEL (NOTA 13)	14.805	16.710	16.308	17.440
Ativos Intangíveis	63.032	59.681	67.576	63.334
Amortização Acum. de Ativos Intangíveis	(48.227)	(42.971)	(51.268)	(45.894)
TOTAL	5.494.550	5.215.459	5.786.259	5.429.371

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Financeiras.

BALANÇO PATRIMONIAL - Em Reais mil

Balanço Patrimonial - Em Reais mil

PASSIVO	BANESE MÚLTIPLO		BANESE CONSOLIDADO	
	30.06.2019	30.06.2018	30.06.2019	30.06.2018
CIRCULANTE	3.681.162	3.601.307	3.982.704	3.805.246
DEPÓSITOS (NOTA 14)	3.406.130	3.238.478	3.405.885	3.238.395
Depósitos à Vista	705.739	644.991	704.615	643.969
Depósitos de Poupança	1.376.009	1.268.429	1.376.009	1.268.429
Depósitos Interfinanceiros	111.974	193.693	111.974	193.693
Depósitos a Prazo	1.212.408	1.131.365	1.213.287	1.132.304
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	30.782	25.303	31.155	25.303
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	30.782	25.303	31.155	25.303
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO (NOTA 14)	-	35.186	-	35.186
Carteira Própria	-	35.186	-	35.186
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS (NOTA 14)	38.439	58.813	38.439	58.813
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	38.439	58.813	38.439	58.813
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	2.154	1.749	2.154	1.749
Recursos em Trânsito de Terceiros	2.154	1.749	2.154	1.749
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS (NOTA 14)	19.330	21.871	19.330	21.871
BNDES	2.751	5.198	2.751	5.198
FINAME	1.592	3.200	1.592	3.200
Outras Instituições	14.987	13.473	14.987	13.473
OUTRAS OBRIGAÇÕES (NOTA 15)	184.327	219.907	485.741	423.929
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	20.495	17.771	20.767	18.390
Sociais e Estatutárias	11.789	592	11.789	592
Fiscais e Previdenciárias	74.030	73.723	81.730	81.847
Dívidas Subordinadas	-	67.728	-	67.728
Diversas	78.013	60.093	371.455	255.372
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	1.437.573	1.213.998	1.393.375	1.198.166
DEPÓSITOS (NOTA 14)	1.024.447	994.947	968.377	967.084
Depósitos a Prazo	1.024.447	994.947	968.377	967.084
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO (NOTA 14)	46.562	1.269	46.562	1.269
Carteira Própria	46.562	1.269	46.562	1.269
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS (NOTA 14)	59.020	36.794	59.020	36.794
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	59.020	36.794	59.020	36.794
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS (NOTA 14)	49.589	50.731	49.589	50.731
BNDES	306	3.546	306	3.546
FINAME	1.803	3.478	1.803	3.478
Outras Instituições	47.480	43.707	47.480	43.707
OUTRAS OBRIGAÇÕES (NOTA 15)	257.955	130.257	269.827	142.288
Dívidas Subordinadas	93.408	84.192	93.408	84.192
Diversas	164.547	46.065	176.419	58.096
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS (NOTA 17)	11.264	11.875	11.264	11.875
Resultados de Exercícios Futuros	11.264	11.875	11.264	11.875
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (NOTA 19)	364.551	388.279	398.916	414.084
Capital:	348.000	232.000	348.000	232.000
- De Domiciliados no País	348.000	232.000	348.000	232.000
Reservas de Lucros	63.864	146.180	63.864	146.180
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(75.205)	-	(75.205)	-
JCP Pagos Antecipadamente	(11.400)	-	(11.400)	-
Lucros ou Prejuízos Acumulados	39.292	10.099	39.292	10.099
Participação de Não Controladores (NOTA 18)	-	-	34.365	25.805
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5.494.550	5.215.459	5.786.259	5.429.371

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - EM REAIS MIL

	BANESE MÚLTIPLO		BANESE CONSOLIDADO	
	30.06.2019	30.06.2018	30.06.2019	30.06.2018
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	335.547	313.227	336.948	310.266
Operações de Crédito (NOTA 8 h.)	260.888	245.818	258.893	242.857
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (NOTA 6 b.).....	67.664	59.847	71.060	59.847
Resultado das Aplicações Compulsórias (NOTA 7 b.)	6.995	7.562	6.995	7.562
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(130.198)	(133.337)	(140.894)	(146.713)
Operações de Captações no Mercado (NOTA 14 d)	(107.208)	(103.564)	(105.470)	(101.902)
Operações de Empréstimos e Repasses (NOTA 14 d)	(2.087)	(2.583)	(2.087)	(2.583)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (NOTA 8 f)	(20.903)	(27.190)	(20.903)	(27.190)
Provisão para Empréstimo Rotativo Cartão de Crédito (NOTA 8 f)	-	-	(12.434)	(15.038)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	205.349	179.890	196.054	163.553
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(136.833)	(123.187)	(110.511)	(93.329)
Receitas de Prestação de Serviços (NOTA 20 a)	26.136	30.059	61.957	57.411
Receitas de Tarifas Bancárias (NOTA 20 b)	38.525	31.300	38.525	31.300
Despesas de Pessoal (NOTA 20 c).....	(86.776)	(84.933)	(101.919)	(99.139)
Outras Despesas Administrativas (NOTA 20 d).....	(83.942)	(73.359)	(106.707)	(92.592)
Despesas Tributárias (NOTA 20 e).....	(19.916)	(17.690)	(29.587)	(25.896)
Resultado de Participações em Coligadas e Controlada (NOTA 11)	6.896	385	-	-
Outras Receitas Operacionais (NOTA 20 f).....	5.943	6.943	53.400	55.206
Outras Despesas Operacionais (NOTA 20 g).....	(23.699)	(15.892)	(26.180)	(19.619)
RESULTADO OPERACIONAL	68.516	56.703	85.543	70.224
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (NOTA 21).....	844	350	623	510
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	69.360	57.053	86.166	70.734
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(21.799)	(22.699)	(31.640)	(29.062)
Provisão para Imposto de Renda (NOTA 23)	(11.949)	(14.590)	(15.400)	(16.554)
Provisão para Contribuição Social (NOTA 23)	(7.555)	(12.333)	(9.718)	(13.951)
Ativo Fiscal Diferido.....	(2.295)	4.224	(6.522)	1.443
PARTICIPAÇÕES DE EMPREGADOS E ADMINISTRADORES NO LUCRO	(6.201)	(4.457)	(6.201)	(4.457)
LUCRO LÍQUIDO ANTES DA PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLADORES	41.360	29.897	48.325	37.215
PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLADORES (NOTA 18)	-	-	(6.965)	(7.318)
LUCRO LÍQUIDO	41.360	29.897	41.360	29.897
JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	-	(10.294)	-	(10.294)
Número de Ações em Circulação	15.285.090	15.285.090		
Lucro líquido por Ação do Capital Social (em R\$)	2,71	1,96		

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Financeiras.



DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA - EM REAIS MIL

	BANESE MÚLTIPLO		BANESE CONSOLIDADO	
	30.06.2019	30.06.2018	30.06.2019	30.06.2018
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro Líquido Ajustado	76.628	66.184	101.153	84.935
Lucro Líquido.....	41.360	29.897	41.360	29.897
Ajuste ao Lucro Líquido	35.268	36.287	59.793	55.038
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	20.903	27.190	20.903	27.190
Provisão/(Reversão) para Créditos Vinculados-FCVS	239	216	239	216
Depreciações e Amortizações	7.439	8.378	8.997	9.561
Crédito de Pis e Cofins sobre Depreciações na coligada	-	-	(141)	(118)
Ajuste de Provisões Passivas	8.414	3.719	8.734	4.394
Outras Provisões Operacionais	5.426	3.289	5.722	3.291
Despesa com prêmio de fidelização	424	131	680	261
Outras Provisões Não Operacionais	361	276	361	276
Provisão para Desvalorização de Outros Valores e Bens	-	235	-	235
TVM Ajuste ao Valor de Mercado	(22)	312	(22)	312
Ativo Fiscal Diferido	2.295	(4.224)	6.522	(1.443)
Perda de Capital	353	553	1.148	1.246
Reversão de Outras Provisões Operacionais	(2.106)	(3.403)	(3.368)	(4.471)
Reversão de Outras Provisões Não Operacionais	(1.562)	-	(2.416)	(950)
Resultado de Participação em controladas	(6.896)	(385)	-	-
Provisão para Empréstimo Rotativo Cartão de Crédito	-	-	12.434	15.038
Varição de Ativos e Obrigações	25.303	268.019	(1.978)	242.828
(Aumento) Redução em Aplicações Financeiras de Liquidez	(113.124)	(126.730)	(113.124)	(126.730)
(Aumento) Redução em T.V.M. e Instrumentos Financeiros Derivativos	(9.150)	46.934	(51.092)	46.934
(Aumento) Redução em Rel. Interfinanceiras/Interdependência (Ativos/Passivos) ..	43.704	(20.933)	39.317	(20.933)
(Aumento) Redução em Operações de Crédito	(105.560)	70.092	(117.994)	55.054
(Aumento) Redução em Outros Valores e Bens	1.201	(5.068)	1.370	(4.904)
(Aumento) Redução em Outros Créditos	(30.737)	33.875	(53.161)	19.783
Aumento (Redução) em Depósitos	166.117	307.599	172.589	340.839
Aumento (Redução) em Captações no Mercado Aberto	(1.844)	(31.283)	(1.844)	(31.283)
Aumento (Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses	3.790	(5.821)	3.790	(5.821)
Ganhos/(Perdas) Atuariais	(71.349)	11.415	(71.349)	11.415
Aumento (Redução) em Resultados de Exercícios Futuros	(368)	(345)	(368)	(345)
Aumento (Redução) em Outras Obrigações	142.623	(11.716)	189.888	(41.181)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADE OPERACIONAIS	101.931	334.203	99.175	327.763
FLUXO DE CAIXA ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Transferência de Imobilizado de Uso p/Comodato	1	292	1	292
Aquisição de Imobilizado de Uso.....	(8.506)	(2.708)	(16.230)	(5.275)
Baixa de Imobilizado de Uso.....	55	62	3.678	430
Aplicações no Intangível	(2.327)	(459)	(2.525)	(539)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS ..	(10.777)	(2.813)	(15.076)	(5.092)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Participação de não controladores	-	-	6.965	4.913
Dividendo Adicionais Propostos Pagos	-	(3.805)	-	-
Juros Sobre o Capital Próprio Não Pagos	(11.400)	(10.294)	(11.400)	(10.294)
Aumento (Redução) em Recursos de Letras Imobiliárias	(1.362)	19.044	(1.362)	19.044
Dívidas Subordinadas	(65.430)	5.488	(65.430)	5.488
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(78.192)	10.433	(71.227)	19.151
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	12.962	341.823	12.872	341.822
Caixa e equivalente de caixa no início do período	830.240	489.938	830.331	489.940
Caixa e equivalente de caixa no fim do período	843.202	831.761	843.203	831.762
	-	-	-	-

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS VALORES ADICIONADOS - EM REAIS MIL

APURAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	BANESE MÚLTIPLO		BANESE CONSOLIDADO	
	30.06.2019	30.06.2018	30.06.2019	30.06.2018
Receita da intermediação financeira	335.547	313.227	336.948	310.266
Despesa da intermediação financeira	(130.198)	(133.337)	(140.894)	(146.713)
Outras receitas/despesas operacionais	(17.756)	(8.949)	27.220	35.587
Resultado não operacional	844	350	623	510
Receita da prestação de serviços	64.661	61.359	100.482	88.711
Materias, energia, serviço de terceiros e outros	(74.520)	(62.804)	(94.210)	(79.717)
Valor Adicionado Bruto	178.578	169.846	230.169	208.644
Retenções	(7.439)	(8.378)	(8.856)	(9.561)
Amortização	(2.544)	(3.001)	(2.621)	(3.006)
Depreciação	(4.895)	(5.377)	(6.235)	(6.555)
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade	171.139	161.468	221.313	199.083
Valor Adicionado Recebido em Transferência	6.896	385	-	-
Resultado de Equivalência Patrimonial	6.896	385	-	-
Valor Adicionado a Distribuir	178.035	161.853	221.313	199.083
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Governo	41.715	40.389	61.227	54.958
Despesas Tributárias	22.211	13.466	36.109	24.453
Imposto de renda e contribuição social.	19.504	26.923	25.118	30.505
Empregados	92.977	89.390	108.120	103.596
Salários e honorários	52.704	50.372	61.855	59.048
Encargos sociais	20.402	19.275	23.491	22.140
Previdência privada	2.173	4.140	2.173	4.140
Benefícios e treinamentos	11.497	11.146	14.400	13.811
Participação nos resultados	6.201	4.457	6.201	4.457
Aluguéis	1.983	1.977	2.211	2.162
Taxas e Contribuições	-	200	1.430	1.152
Acionistas	-	10.294	-	10.294
Juros sobre o capital próprio	-	10.294	-	10.294
Participação não Controladores	-	-	6.965	7.318
(Prejuízo)/Lucro Retido	41.360	19.603	41.360	19.603
Valor Adicionado Distribuído	178.035	161.853	221.313	199.083

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Financeiras.



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EM REAIS MIL

EVENTOS	CAPITAL REALIZA- DO	RESERVAS DE LUCROS			JUROS SOBRE O CAPI- TAL PRÓPRIO	AJUSTE DE AVA- LIAÇÃO PATRIMO- NIAL	LUCROS (PREJUI- ZOS) ACUMU- LADOS	TOTAL BANESE MÚLTI- PLO	PARTICI- PAÇÃO DE NÃO CONTRO- LADORES	TOTAL BANESE CONSO- LIDADO
	CAPITAL SOCIAL	LEGAL	ESTATU- RÁRIA	OUTRAS						
SALDOS EM 31.12.2017 REAPRESENTADO.....	232.000	28.430	116.255	3.805	-	(11.415)	(8.009)	361.066	18.487	379.553
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	-	-	-	-	-	-	29.897	29.897	-	29.897
- Ganhos/(Perdas) Atuariais.....	-	-	-	-	-	11.415	-	11.415	-	11.415
- Variação na Participação de Não Controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	7.318	7.318
DESTINAÇÕES:										
- Reservas	-	1.495	-	-	-	-	(1.495)	-	-	-
- Dividendos Adicionais Propostos de R\$ 0,25 por ação	-	-	-	(3.805)	-	-	-	(3.805)	-	(3.805)
- Juros sobre o Capital Próprio de R\$ 0,67 por ação	-	-	-	-	-	-	(10.294)	(10.294)	-	(10.294)
SALDOS EM 30.06.2018.....	232.000	29.925	116.255	-	-	-	10.099	388.279	25.805	414.084
MUTAÇÕES DO SEMESTRE	-	1.495	-	(3.805)	-	11.415	18.108	27.213	7.318	34.531
SALDOS EM 31.12.2018.....	348.000	31.557	30.239	-	-	(3.856)	-	405.940	27.400	433.340
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	-	-	-	-	-	-	41.360	41.360	-	41.360
- Variação na Participação de Não Controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	6.965	6.965
- Ganhos/(Perdas) Atuariais.....	-	-	-	-	-	(71.349)	-	(71.349)	-	(71.349)
- Juros sobre o Capital Pró- prio.....	-	-	-	-	(11.400)	-	-	(11.400)	-	(11.400)
DESTINAÇÕES:										
- Reservas	-	2.068	-	-	-	-	(2.068)	-	-	-
SALDOS EM 30.06.2019	348.000	33.625	30.239	-	(11.400)	(75.205)	39.292	364.551	34.365	398.916
MUTAÇÕES DO SEMESTRE	-	2.068	-	-	(11.400)	(71.349)	39.292	(41.389)	6.965	(34.424)

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Financeiras.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2019 E 30 DE JUNHO DE 2018
(EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco do Estado de Sergipe S.A. - Banese, ("Instituição" ou "Banco") é uma sociedade anônima de capital aberto controlada pelo Governo do Estado de Sergipe. Opera na forma de banco múltiplo e disponibiliza produtos e serviços bancários, por meio das carteiras de crédito comercial, desenvolvimento e imobiliário, além de contar com 63 agências no Estado de Sergipe.

Como fonte de financiamento de suas operações, o Banese utiliza-se, além dos recursos dos acionistas (Patrimônio Líquido), de recursos obtidos principalmente com captações de depósitos à vista, poupança e depósitos a prazo, que incluem os depósitos judiciais.

O Banese atua como banco oficial do Governo do Estado de Sergipe na administração dos recursos do Estado, assim como na prestação de serviços referentes às folhas de pagamento da administração direta e indireta.

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SEMESTRAIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

As demonstrações contábeis semestrais individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições reguladas pelo Banco Central do Brasil, que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/1976, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), no que for aplicável.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência ao padrão contábil internacional, porém nem todos foram homologados pelo BACEN. Desta forma, a instituição, na elaboração das suas demonstrações contábeis semestrais individuais e consolidadas, adotou os seguintes pronunciamentos homologados pelo BACEN:

- » CPC 00(R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro – Resolução CMN nº 4.144/2012;
- » CPC 01(R1) - Redução ao valor recuperável de ativos - Resolução CMN nº 3.566/2008;
- » CPC 02(R2) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis – Resolução CMN nº 4.524/2016;
- » CPC 03(R2) - Demonstrações dos fluxos de caixa - Resolução CMN nº 3.604/2008;
- » CPC 04 (R1) – Ativo Intangível – Resolução CMN nº 4.534/2016;
- » CPC 05(R1) - Divulgação sobre partes relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/2009;
- » CPC 10(R1) - Pagamento baseado em ações - Resolução CMN nº 3.989/2011;
- » CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro - Resolução CMN nº 4.007/2011;
- » CPC 24 - Eventos subsequentes - Resolução CMN nº 3.973/2011;
- » CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - Resolução CMN nº 3.823/2009;
- » CPC 27 – Ativo Imobilizado – Resolução CMN nº 4.535/2016;
- » CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados - Resolução CMN nº 4.424/2015.

As demonstrações contábeis semestrais individuais e consolidadas incluem estimativas e premissas, tais como: a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisões cíveis, fiscais, trabalhistas e outras provisões, crédito tributário e passivo atuarial. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

2.1 Principais práticas adotadas na consolidação

As informações semestrais consolidadas foram elaboradas de acordo com os princípios de consolidação previstos na legislação em vigor, abrangendo as informações semestrais do Banese - Banco do Estado de Sergipe S.A. e de sua controlada SEAC - Sergipe Administradora de Cartões e Serviços Ltda., conforme Resolução CMN nº 2.723/2000.

Relatório de Resultados 2T19
Banco do Estado de Sergipe S.A. - BANESE

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma horizontal dos saldos das contas do ativo, do passivo, das receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementada com as seguintes eliminações:

- » Das participações no capital, reservas e resultados acumulados;
- » Dos saldos de contas integrantes do ativo e/ou passivo, mantidas entre as empresas cujos balanços patrimoniais foram consolidados; e
- » Dos efeitos decorrentes das transações realizadas entre essas instituições.

O Conselho Fiscal e o Conselho de Administração do Banese autorizaram a conclusão das presentes demonstrações financeiras semestrais individuais e consolidadas em 13 de agosto de 2019, as quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que pudessem ter efeito sobre estas demonstrações contábeis semestrais individuais e consolidadas.

Para melhor entendimento das demonstrações contábeis semestrais individuais e consolidadas, segue de forma resumida o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019 e 2018:

	Banese 30.06.2019	SEAC 30.06.2019	Eliminações 30.06.2019	Banese Consolidado 30.06.2019	30.06.2018
Ativo circulante	3.576.996	345.588	(108.626)	3.813.958	3.717.597
Disponibilidades	78.206	1.124	(1.123)	78.207	96.767
Aplicações interfinanceiras de liquidez	1.136.785	-	-	1.136.785	1.130.479
Títulos e valores mobiliários	1.123.774	108.105	(56.070)	1.175.809	1.116.672
Relações interfinanceiras	318.025	4.760	-	322.785	377.682
Operações de crédito	696.966	-	-	696.966	675.537
Provisão para perdas de operações de crédito	(33.178)	-	-	(33.178)	(44.256)
Outros créditos	252.784	231.024	(51.433)	432.375	361.097
Outros valores e bens	3.634	575	-	4.209	3.619
Realizável a longo prazo	1.811.948	57.073	-	1.869.021	1.617.594
Títulos e valores mobiliários	22.913	-	-	22.913	25.932
Relações interfinanceiras	28.512	-	-	28.512	27.375
Operações de crédito	1.532.951	-	-	1.532.951	1.322.358
Provisão para perdas de operações de crédito	(45.821)	-	-	(45.821)	(48.255)
Outros créditos	238.688	57.073	-	295.761	257.348
Outros valores e bens	34.705	-	-	34.705	32.836
Ativo permanente	105.606	31.698	(34.024)	103.280	94.180
Total do ativo	5.494.550	434.359	(142.650)	5.786.259	5.429.371
Passivo Circulante	3.681.162	354.098	(52.556)	3.982.704	3.805.246
Depósitos	3.406.130	878	(1.123)	3.405.885	3.238.395
Relações interfinanceiras	30.782	49.382	(49.009)	31.155	25.303
Captações no mercado aberto	-	-	-	-	35.186
Recursos de aceites e emissão de títulos	38.439	-	-	38.439	58.813
Relações interdependências	2.154	-	-	2.154	1.749
Obrigações por empréstimos e repasses	19.330	-	-	19.330	21.871
Outras obrigações	184.327	303.838	(2.424)	485.741	423.929
Exigível a longo prazo	1.437.573	11.872	(56.070)	1.393.375	1.198.166
Depósitos	1.024.447	-	(56.070)	968.377	967.084
Captações no mercado aberto	46.562	-	-	46.562	1.269
Recursos de aceites e emissão de títulos	59.020	-	-	59.020	36.794
Obrigações por empréstimos e repasses	49.589	-	-	49.589	50.731
Outras obrigações	257.955	11.872	-	269.827	142.288
Resultado de exercícios futuros	11.264	-	-	11.264	11.875
Patrimônio líquido	364.551	68.389	(34.024)	398.916	414.084
Capital Social	348.000	54.528	(54.528)	348.000	232.000
Reserva de Lucro	63.864	-	-	63.864	146.180
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(75.205)	-	-	(75.205)	-
JCP Pagos Antecipadamente	(11.400)	-	-	(11.400)	-
Lucros ou Prejuízos Acumulados	39.292	13.861	(13.861)	39.292	10.099
Participação de Não Controladores	-	-	34.365	34.365	25.805
Total do passivo e patrimônio líquido	5.494.550	434.359	(142.650)	5.786.259	5.429.371

Segue de forma resumida a demonstração do resultado consolidada em 30 de junho de 2019 e 2018:

	Banese	SEAC	Eliminações	Banese Consolidado	
	30.06.2019	30.06.2019	30.06.2019	30.06.2019	30.06.2018
Receitas de intermediação financeira	335.547	5.135	(3.734)	336.948	310.266
Despesas de intermediação financeira	(130.198)	(12.434)	1.738	(140.894)	(146.713)
Resultado bruto da intermediação financeira	205.349	(7.299)	(1.996)	196.054	163.553
Outras receitas/despesas operacionais	(136.833)	31.222	(4.900)	(110.511)	(93.329)
Resultado operacional	68.516	23.923	(6.896)	85.543	70.224
Resultado não operacional	844	(221)	-	623	510
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participação	69.360	23.702	(6.896)	86.166	70.734
Imposto de renda e contribuição social	(21.799)	(9.841)	-	(31.640)	(29.062)
Participações estatutárias no lucro	(6.201)	-	-	(6.201)	(4.457)
Lucro líquido antes da participação de não controladores	41.360	13.861	(6.896)	48.325	37.215
Participação de não controladores	-	-	(6.965)	(6.965)	(7.318)
Lucro líquido	41.360	13.861	(13.861)	41.360	29.897
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(10.294)

3 RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis semestrais individuais e consolidadas estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Banese e sua controlada.

b. Receitas e despesas

As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência, observando o critério *pro rata die*. As operações de natureza financeira são atualizadas pelo método exponencial, com exceção daquelas relativas a títulos descontados, as quais são atualizadas pelo método linear. A atualização das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas de operações de crédito. As receitas a partir do 60º dia de atraso são reconhecidas no resultado quando de seu efetivo recebimento.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Para fins de demonstrações dos fluxos de caixa (conforme disposto na Resolução – CMN nº3.604/2008), caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez imediatamente conversíveis, ou com prazo de vencimento original igual ou inferior a 90 dias da data de contratação e apresentem risco insignificante de mudança em seu valor justo.

d. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez estão registradas pelo custo de aquisição, acrescidas das rendas auferidas e ajustadas por provisão para desvalorização, quando aplicável.

e. Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular BACEN nº 3.068/2001 e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação pela Administração. Os títulos e valores mobiliários possuem as seguintes classificações e formas de valorização:

- » **Títulos para negociação** - incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos incorridos até a data do balanço e ajustados a valor de mercado, tendo o ajuste a valor de mercado como contrapartida o resultado do período. São classificados no ativo circulante, independentemente da data do seu vencimento;



- » **Títulos Disponíveis para Venda** - são os títulos que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com a finalidade ativa e frequente de negociação. São avaliados pelo valor de mercado, líquidos dos efeitos tributários, em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido;
- » **Títulos mantidos até o vencimento** - incluem os títulos e valores mobiliários para os quais haja intenção e capacidade financeira do Banese para sua manutenção em carteira até o vencimento, conforme estudo realizado internamente, registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos incorridos até a data do balanço.

O Banese não possui títulos e valores mobiliários classificados na categoria “Títulos Disponíveis para Venda”.

f. Instrumentos financeiros derivativos

De acordo com a Circular BACEN nº 3.082/2002 e regulamentações posteriores, os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da administração para fins ou não de proteção (*hedge*).

O Banese não opera com instrumentos financeiros derivativos, exceto nos fundos exclusivos que possuem em sua carteira opções de futuro (dólar, IDI e DI) e opções de ações.

g. Relações interfinanceiras

Os créditos junto ao Fundo de Compensação das Variações Salariais (FCVS), decorrentes de saldos residuais e/ou quitações antecipadas de financiamentos imobiliários com desconto, estão registrados pelo seu valor nominal atualizados pelos rendimentos até a data do balanço e ajustados por provisão para perdas por negativa de cobertura total ou parcial dos créditos por parte do FCVS.

Os créditos são mantidos ao seu valor nominal atualizado, dada a intenção por parte da Administração, de manter até seu vencimento os títulos CVS a que esses créditos serão convertidos.

h. Operações de crédito e outros créditos com característica de concessão de crédito

As operações de crédito, bem como as respectivas provisões constituídas, em curso normal são registradas no ativo circulante ou realizável a longo prazo obedecendo aos prazos contratuais.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada e registrada observando-se os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, que determina:

- » A classificação das operações de crédito em nove níveis de risco AA (risco mínimo) até H (risco máximo), que levam em consideração o valor das operações, as garantias existentes, as características dos clientes, o nível de atraso das operações, a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais da carteira, entre outros fatores;
- » As operações de crédito em atraso classificadas em “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas a prejuízo e controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial;
- » As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como nível “H”, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação, ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco;
- » Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, admite-se a contagem em dobro dos prazos previstos no inciso I do artigo 4º (prazo dobrado);

- » Com base no artigo 5º da Resolução CMN nº 2.682/1999, a Instituição adota critério interno de classificação e constituição de provisão para as operações com pessoas físicas da carteira comercial, com responsabilidade total do devedor inferior a R\$ 50, considerando informações pessoais, financeiras, históricas e externas dos clientes.

Nas operações de crédito rural, industrial e financiamento habitacional com essas características, a classificação individual é feita de acordo com seu respectivo nível de risco (AA - H), conforme a Resolução CMN nº 2.682/1999.

A Administração revisa periodicamente os riscos e as estimativas de perda em relação à carteira de créditos, conforme previsto na Resolução CMN nº 2.682/1999. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada levando-se em consideração a classificação das operações de crédito em seus respectivos níveis de risco.

i. Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos".

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

O Banco está sujeito ao regime de tributação do lucro real e procede ao pagamento mensal do imposto de renda e contribuição social pela estimativa com base em balancete de suspensão / redução. A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 120 no período. A contribuição social sobre o lucro foi calculada considerando a alíquota de 15%. Até dezembro de 2018, a alíquota era de 20% de acordo com a MP 675/2015, convertida na Lei 13.169/2015.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

j. Outros valores e bens

Os bens não de uso próprio, são registrados pelo custo de aquisição, apurado entre o valor contábil da dívida e o valor de mercado do bem, o que for menor e, quando aplicável, ajustado por provisão para perdas.

As despesas antecipadas registram os valores decorrentes de pagamentos antecipados ou de acordos de cooperação, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo amortizadas conforme a duração contratual, associada à expectativa de geração dos resultados futuros desses acordos.

k. Ativo permanente

Demonstrado ao custo de aquisição ou construção, considerando os seguintes aspectos:

- » Avaliação dos investimentos em controlada pelo método da equivalência patrimonial, tomando por base as informações mensais individuais levantadas, observando as mesmas práticas contábeis do controlador, ou seja, práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras. Os outros investimentos são registrados pelos seus valores de custo e, quando aplicável, são ajustados por provisões para perdas;
- » Depreciação do Imobilizado de uso calculada pelo método linear de acordo com a vida útil dos bens considerando as seguintes taxas anuais:

Edificações	4%
Equipamentos de uso	10%
Sistemas de processamento de dados	20%
Outros	10 a 20%



- » Ativos Intangíveis correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Esse grupo está representado por aquisições de licença de *software*. A amortização é calculada pelo método linear durante as suas vidas úteis estimadas, considerando os benefícios econômicos futuros gerados.

l. Redução do valor recuperável de ativos financeiros - (impairment)

É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do período.

Os valores dos ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por *impairment*.

m. Depósitos, captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissão de títulos, obrigações por empréstimos e obrigações por repasses do país - instituições oficiais

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e incluem, quando aplicável, os encargos até a data do balanço, reconhecidos de forma *pro rata die*.

n. Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

Para os processos judiciais em que o Banese e sua controlada figuram como réus, os assessores jurídicos classificam as ações em perda provável, possível ou remota, sendo constituída provisão para aquelas de perda provável, de acordo com a estimativa do valor da perda.

As provisões para perdas prováveis nos processos judiciais são constituídas considerando-se a opinião dos assessores jurídicos do Banese e sua controlada, a natureza das ações, sua complexidade, o posicionamento dos tribunais para causas de natureza semelhantes, de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009 e pela Deliberação CVM nº 594/2009.

Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível. Para os ativos reconhecidos em períodos anteriores, que estão em fase de cálculo pericial, e gerem expectativa de ganho de valor inferior aos reconhecidos, foram constituídas provisões.

As obrigações legais são integralmente provisionadas qualquer que seja a probabilidade de perda da ação judicial.

o. Dívidas subordinadas

As dívidas subordinadas estão registradas pelo custo de aquisição, atualizadas diariamente pela taxa de emissão da operação.

p. Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas (em base *pro rata die*) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos (em base *pro rata die*).

q. Lucro por ação

A divulgação do lucro por ação é apresentada pela divisão do lucro líquido do período pela quantidade total de ações.

r. Benefício a empregados

O Banese mantém dois planos previdenciários: (a) de Benefício Definido, Benefício Sergus Saldado (PBSS), aprovado pela PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar em novembro/2018, para os seus empregados e ex-empregados (aposentados, participantes vinculados a falecidos), administrado pelo Instituto Banese de Seguridade Social – SERGUS, cujo objetivo é assegurar aos participantes, pensionistas e dependentes benefícios suplementares ou assemelhados aos da Previdência Social. Conforme o regulamento do plano, os benefícios contemplados são: (i) suplementação de aposentadoria por invalidez, (ii) suplementação de aposentadoria por idade, (iii) suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição, (iv) suplementação de pensão, (v) pecúlio por morte e (vi) suplementação de abono anual; (b) de Contribuição Definida (CD), onde cada participante tem valor do benefício programado e constantemente atualizado de acordo com o saldo da sua conta.

O Banese possui planos de benefícios a empregados incluindo benefícios de curto prazo, planos de previdência privada, assistência médica, assistência odontológica e de participação nos lucros.

s. JCP e Dividendos

Os acionistas têm direito de receber como dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, a importância de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, conforme disposto no Estatuto do Banco. O Banco por deliberação do Conselho de Administração pode declarar dividendos adicionais.

A distribuição de dividendos aos acionistas do Banco é reconhecida como um passivo nas informações semestrais do Banese no período em que os dividendos são aprovados.

De acordo com o Estatuto os juros sobre capital próprio deverão ser imputados aos dividendos mínimos obrigatórios.

4 CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	30.06.2019	30.06.2018	30.06.2019	30.06.2018
Disponibilidades	78.206	96.766	78.207	96.767
Disponibilidade em moeda nacional	78.206	96.766	78.207	96.767
Equivalente de caixa (1)	764.996	734.995	764.996	734.995
Aplicações no mercado aberto (Nota 5)	764.996	734.995	764.996	734.995
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	-	-	-
Total	843.202	831.761	843.203	831.762

(1) Operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação for igual ou inferior a 90 dias.

5 APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	Banese Múltiplo e Consolidado	
	30.06.2019	30.06.2018
Aplicações no Mercado Aberto	764.996	734.995
Letras Financeiras do Tesouro Nacional – LFT	69.999	-
Letras do Tesouro Nacional – LTN	514.999	444.999
Notas do Tesouro Nacional – NTN	179.998	289.996
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	371.789	395.484
Depósitos Interfinanceiros – Pós	360.342	200.316
Depósitos Interfinanceiros – Pré Rural	11.447	195.168
Total	1.136.785	1.130.479

6 TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

A carteira de Títulos e Valores Mobiliários tem a seguinte composição:

a. Títulos e valores mobiliários

a.1 Carteira do Banese Múltiplo e Banese Consolidado por natureza e faixas de vencimentos:

Banese Múltiplo

	Sem Venci-mento	Até 3 Meses	3 a 12 Meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	TOTAL	
							30.06.2019	30.06.2018
Para negociação	104.045	31.936	7.101	325.887	455.592	199.213	1.123.774	1.021.426
Letras Financeiras do Tesouro	-	193	-	325.887	455.592	199.213	980.885	913.980
Certificado de Depósito Bancário (1)	-	31.743	7.101	-	-	-	38.844	38.329
Fundos exclusivos multimercado (NOTA a.3)	44.565	-	-	-	-	-	44.565	28.543
Fundos abertos multimercado	10.498	-	-	-	-	-	10.498	3
Fundos abertos de renda fixa	48.982	-	-	-	-	-	48.982	40.571
Mantidos até o vencimento	-	-	-	-	-	22.913	22.913	121.178
Letras de Crédito Imobiliário (LCI)	-	-	-	-	-	-	-	95.246
CVS - Títulos do FCVS (2)	-	-	-	-	-	22.913	22.913	25.932
Total de TVM	104.045	31.936	7.101	325.887	455.592	222.126	1.146.687	1.142.604
Ativo circulante							1.123.774	1.116.672
Ativo realizável a longo prazo							22.913	25.932

(1) Títulos emitidos pelo Banco Industrial do Brasil S.A.

(2) Título emitido pelo Tesouro Nacional.

Banese Consolidado

	Sem Venci-mento	Até 3 Meses	3 a 12 Meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	TOTAL	
							30.06.2019	30.06.2018
Para negociação	156.080	31.936	7.101	325.887	455.592	199.213	1.175.809	1.021.426
Letras Financeiras do Tesouro	-	193	-	325.887	455.592	199.213	980.885	913.980
Certificado de Depósito Bancário (1)	-	31.743	7.101	-	-	-	38.844	38.329
Fundos exclusivos multimercado (NOTA a.3)	44.565	-	-	-	-	-	44.565	28.543
Fundos abertos multimercado	10.498	-	-	-	-	-	10.498	3
Fundos exclusivo de renda fixa (NOTA a.3)	52.035	-	-	-	-	-	52.035	-
Fundos abertos de renda fixa	48.982	-	-	-	-	-	48.982	40.571
Mantidos até o vencimento	-	-	-	-	-	22.913	22.913	121.178
Letras de Crédito Imobiliário (LCI)	-	-	-	-	-	-	-	95.246
CVS - Títulos do FCVS (2)	-	-	-	-	-	22.913	22.913	25.932
Total de TVM	156.080	31.936	7.101	325.887	455.592	222.126	1.198.722	1.142.604
Ativo circulante							1.175.809	1.116.672
Ativo realizável a longo prazo							22.913	25.932

(1) Títulos emitidos pelo Banco Industrial do Brasil S.A.

(2) Título emitido pelo Tesouro Nacional.

a.2 Carteira do Banese Múltiplo e Banese Consolidado por natureza, valor do custo de aquisição e de mercado e parâmetros utilizados:

Banese Múltiplo

	30.06.2019				30.06.2018			
	Custo Atualizado	Valor de Mercado	Ajuste a valor de Mercado	Valor contábil	Custo Atualizado	Valor de Mercado	Ajuste a valor de Mercado	Valor contábil
Títulos para negociação	1.123.473	1.123.774	301	1.123.774	1.007.132	1.021.426	14.294	1.021.426
Letras Financeiras do Tesouro	933.872	934.168	296	934.168	836.058	850.357	14.299	850.357
Letras Financeiras do Tesouro - Vinculado a compromissos de recompra (1)	46.712	46.717	5	46.717	63.628	63.623	(5)	63.623
Certificado de Depósito Bancário	38.844	38.844	-	38.844	38.329	38.329	-	38.329
Fundos exclusivos multimercado (NOTA a.3)	44.565	44.565	-	44.565	28.543	28.543	-	28.543
Fundos abertos multimercado	10.498	10.498	-	10.498	3	3	-	3
Fundos de renda fixa	48.982	48.982	-	48.982	40.571	40.571	-	40.571
Títulos mantidos até o vencimento	22.913	22.394	(519)	22.913	121.178	130.859	9.681	121.178
LCI – Letras de Créditos Imobiliários	-	-	-	-	95.246	106.694	11.448	95.246
CVS - Títulos do FCVS (2)	22.913	22.394	(519)	22.913	25.932	24.165	(1.767)	25.932
Total	1.146.386	1.146.168	(218)	1.146.687	1.128.310	1.152.285	23.975	1.142.604

Nos casos de títulos de renda fixa, refere-se ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis semestrais individuais e consolidadas.

- (1) O valor de mercado dos títulos públicos federais é obtido a partir dos preços do mercado secundário divulgados pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais;
(2) Os CVS são apurados a partir do preço unitário divulgado pela B3 SA. – Brasil, Bolsa, Balcão, através de metodologia de cálculo definida no seu caderno de fórmulas.

Banese Consolidado

	30.06.2019				30.06.2018			
	Custo Atualizado	Valor de Mercado	Ajuste a valor de Mercado	Valor contábil	Custo Atualizado	Valor de Mercado	Ajuste a valor de Mercado	Valor contábil
Títulos para negociação	1.175.508	1.175.809	301	1.175.809	1.007.132	1.021.426	14.294	1.021.426
Letras Financeiras do Tesouro	933.902	934.198	296	934.198	836.058	850.357	14.299	850.357
Letras Financeiras do Tesouro - Vinculado a compromissos de recompra (1)	46.712	46.717	5	46.717	63.628	63.623	(5)	63.623
Certificado de Depósito Bancário	38.844	38.844	-	38.844	38.329	38.329	-	38.329
Fundos exclusivos multimercado (NOTA a.3)	44.565	44.565	-	44.565	28.543	28.543	-	28.543
Fundos abertos multimercado	10.498	10.498	-	10.498	3	3	-	3
Fundos exclusivo de Direito Creditório (NOTA a.3)	52.005	52.005	-	52.035	-	-	-	-
Fundos de renda fixa	48.982	48.982	-	48.982	40.571	40.571	-	40.571
Títulos mantidos até o vencimento	22.913	22.394	(519)	22.913	121.178	130.859	9.681	121.178
LCI – Letras de Créditos Imobiliários	-	-	-	-	95.246	106.694	11.448	95.246
CVS - Títulos do FCVS (2)	22.913	22.394	(519)	22.913	25.932	24.165	(1.767)	25.932
Total	1.198.421	1.198.203	(218)	1.198.722	1.128.310	1.152.285	23.975	1.142.604

- (1) O valor de mercado dos títulos públicos federais é obtido a partir dos preços do mercado secundário divulgados pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais;
(2) Os CVS são apurados a partir do preço unitário divulgado pela B3 SA. – Brasil, Bolsa, Balcão, através de metodologia de cálculo definida no seu caderno de fórmulas.

O Banese declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria mantidos até o vencimento. Para os títulos nesta categoria, o ajuste a valor de mercado é meramente informativo, não está registrado na contabilidade.

Não houve reclassificação entre as categorias de títulos durante o período.



a.3 Banese Múltiplo e Banese Consolidado - Composição dos fundos exclusivos:

Banese Múltiplo

	Sem Venci-mento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 Anos	3 a 5 anos	TOTAL	
						30.06.2019	30.06.2018
Títulos públicos	-	48	-	29.929	3.034	33.011	24.727
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	29.929	3.034	32.963	19.012
Letras do Tesouro Nacional	-	48	-	-	-	48	-
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	-	5.715
Títulos privados	11.127	-	-	131	-	11.258	4.562
Certificado de Crédito Bancário	-	-	-	131	-	131	131
Cota de fundo de investimento multimercado	11.127	-	-	-	-	11.127	4.431
Caixa	505	-	-	-	-	505	12
Outras Obrigações	(10)	(28)	(24)	(147)	-	(209)	(758)
Valores a pagar/receber	(10)	(28)	(24)	(16)	-	(78)	(40)
Provisões	-	-	-	(131)	-	(131)	(718)
Total	11.622	20	(24)	29.913	3.034	44.565	28.543

Banese Consolidado

	Sem Venci-mento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 Anos	3 a 5 anos	TOTAL	
						30.06.2019	30.06.2018
Títulos públicos	-	48	-	29.929	4.102	34.079	24.727
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	29.929	4.102	34.031	19.012
Letras do Tesouro Nacional	-	48	-	-	-	48	-
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	-	5.715
Títulos privados	12.448	39.039	10.315	131	-	61.933	4.562
Certificado de Crédito Bancário	-	-	-	131	-	131	131
Cota de fundo de investimento multimercado	12.448	-	-	-	-	12.448	4.431
Direitos Creditórios a receber	-	39.039	10.315	-	-	49.354	-
Caixa	1.007	-	-	-	-	1.007	12
Outras Obrigações	(10)	(238)	(24)	(147)	-	(419)	(758)
Valores a pagar/receber	(10)	(238)	(24)	(16)	-	(288)	(40)
Provisões	-	-	-	(131)	-	(131)	(718)
Total	13.445	38.849	10.291	29.913	4.102	96.600	28.543

As aplicações em cotas de fundos de investimento multimercado classificadas como títulos para negociação, estão sendo apresentadas de acordo com os papéis que compõem suas carteiras por vencimento.

b. Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	30.06.2019	30.06.2018	30.06.2019	30.06.2018
Rendas de aplicações em operações compromissadas	22.892	15.005	22.892	15.005
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	11.415	9.851	11.415	9.851
Rendas de títulos de renda fixa	31.379	34.164	31.379	34.164
Rendas de aplicações em fundos de investimentos	5.269	1.264	8.665	1.264
Prejuízo de aplicações em fundos de investimentos	(3.312)	-	(3.312)	-
Prejuízos com títulos de renda fixa	-	(125)	-	(125)
Ajuste positivo ao valor de mercado	90	5	90	5
Ajuste negativo ao valor de mercado	(69)	(317)	(69)	(317)
Total	67.664	59.847	71.060	59.847



7 RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

Estão compostas por pagamentos e recebimentos a liquidar, representados por cheques e outros papéis remetidos ao serviço de compensação, por créditos vinculados representados por cumprimentos das exigibilidades dos compulsórios sobre depósitos à vista, depósitos de poupança e outros recursos, por créditos junto ao Sistema Financeiro da Habitação - SFH e por correspondentes, conforme demonstrados a seguir:

a. Relações interfinanceiras

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	30.06.2019	30.06.2018	30.06.2019	30.06.2018
Compulsório sobre depósitos à vista (1)	26.888	92.055	26.888	92.055
Compulsório sobre depósitos de poupança (2)	274.603	253.284	274.603	253.284
Créditos junto ao FCVS (3)	43.734	42.125	43.734	42.125
Provisão para perda de créditos junto ao FCVS (3)	(15.222)	(14.750)	(15.222)	(14.750)
BACEN - outros depósitos	-	17.120	-	17.120
Bancos oficiais	215	-	215	-
Direitos junto participação sistema de liquidação	6.895	6.619	11.655	6.619
Relações com Correspondentes	9.424	8.604	9.424	8.604
Total	346.537	405.057	351.297	405.057
Ativo circulante	318.025	377.682	322.785	377.682
Ativo realizável a longo prazo	28.512	27.375	28.512	27.375

(1) Não remunerado;

(2) Remunerado pela mesma taxa da poupança. Conforme Circular BACEN 3.890/2018 a exigibilidade de encaixe obrigatório para cada modalidade de poupança é apurada aplicando-se a alíquota de 20% (vinte por cento) sobre a base de cálculo;

(3) Remunerado conforme a origem dos recursos (TR + 6,17% para poupança e TR + 3,12% para FGTS) e registrados pelo valor nominal atualizado pelos respectivos rendimentos até a data do balanço; O saldo corresponde a R\$ 14.541 (R\$ 13.858 – 30.06.2018) contratos validados pelo FCVS, R\$ 27.942 (R\$ 27.035 – 30.06.2018) contratos em processo de validação e R\$ 1.251 (R\$ 1.232 – 30.06.2018) contratos negados pelo FCVS. O Banco constituiu provisão de 100% para os contratos negados e 50% para os contratos em validação. Na avaliação da Administração a provisão constituída é suficiente para cobrir possíveis perdas.

b. Resultado das aplicações compulsórias

	Banese Múltiplo e Consolidado	
	30.06.2019	30.06.2018
Atualização monetária e juros sobre créditos vinculados ao SFH	816	769
Atualização monetária e juros sobre recolhimentos compulsórios	6.418	7.009
Valorização / Desvalorização de créditos vinculados	(239)	(216)
Total	6.995	7.562



8 OPERAÇÕES DE CRÉDITO E OUTROS CRÉDITOS COM CARACTERÍSTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

a. Composição por tipo de operação

	Banese Múltiplo	
	30.06.2019	30.06.2018
Adiantamentos a depositantes	248	149
Empréstimos	1.689.656	1.471.284
Títulos descontados	42	397
Financiamentos	72.734	63.462
Financiamentos rurais e agroindustriais	94.223	61.029
Financiamentos imobiliários	373.014	401.574
Subtotal de Operações de Crédito	2.229.917	1.997.895
Outros títulos com característica de concessão de crédito (Nota 9)	203.044	173.682
Total Geral	2.432.961	2.171.577
Ativo circulante	900.010	849.219
Ativo realizável a longo prazo	1.532.951	1.322.358

	Banese Consolidado	
	30.06.2019	30.06.2018
Adiantamentos a depositantes	248	149
Empréstimos	1.689.656	1.471.284
Títulos descontados	42	397
Financiamentos	72.734	63.462
Financiamentos rurais e agroindustriais	94.223	61.029
Financiamentos imobiliários	373.014	401.574
Subtotal de Operações de Crédito	2.229.917	1.997.895
Outros títulos com característica de concessão de crédito (Nota 9)	203.044	173.682
Valores a receber por transações de pagamento (Nota 9)	177.215	126.462
Total Geral	2.610.176	2.298.039
Ativo circulante	1.077.225	975.681
Ativo realizável a longo prazo	1.532.951	1.322.358



b. Composição por nível de risco e prazo de vencimentos

Banese Múltiplo – 30.06.2019										
Operações em Curso Normal										
Parcelas Vencidas	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	TOTAL
01 a 30 dias	23.481	24.271	26.329	7.537	943	47	50	81	313	83.052
31 a 60 dias	9.130	272.909	5.027	3.910	2.121	216	123	168	565	294.169
61 a 90 dias	9.141	11.753	14.534	3.657	800	32	32	61	312	40.322
91 a 180 dias	41.881	46.673	61.790	15.711	3.994	347	103	432	782	171.713
181 a 360 dias	47.969	73.886	63.044	18.820	4.828	679	181	672	586	210.665
Acima de 360 dias	262.262	607.764	357.295	177.442	29.723	13.148	1.319	15.796	6.082	1.470.831
Parcelas Vencidas										
Até 14 dias	574	2.035	4.871	1.328	127	28	19	12	25	9.019
Subtotal Normal	394.438	1.039.291	532.890	228.405	42.536	14.497	1.827	17.222	8.665	2.279.771
Operações em Curso Anormal (1)										
Parcelas Vencidas	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	TOTAL
01 a 30 dias	-	-	2.413	1.418	342	204	100	139	402	5.018
31 a 60 dias	-	-	19.142	3.051	2.231	1.786	1.670	1.143	6.150	35.173
61 a 90 dias	-	-	1.597	949	370	117	81	128	290	3.532
91 a 180 dias	-	-	4.579	2.620	988	314	181	296	799	9.777
181 a 360 dias	-	-	8.354	4.100	937	482	985	1.338	1.415	17.611
Acima de 360 dias	-	-	30.373	17.398	3.037	2.028	402	520	5.800	59.558
Parcelas Vencidas										
01 a 14 dias	-	-	4.144	983	262	87	57	48	150	5.731
15 a 30 dias	-	-	1.374	1.882	196	129	74	96	300	4.051
31 a 60 dias	-	-	104	1.282	425	237	148	207	450	2.853
61 a 90 dias	-	-	-	85	670	281	213	383	674	2.306
91 a 180 dias	-	-	-	42	82	312	296	782	2.248	3.762
181 a 360 dias	-	-	-	-	-	32	33	80	3.523	3.668
Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	150	150
Subtotal Anormal	-	-	72.080	33.810	9.540	6.009	4.240	5.160	22.351	153.190
Total – 30.06.2019	394.438	1.039.291	604.970	262.215	52.076	20.506	6.067	22.382	31.016	2.432.961
Total – 30.06.2018	431.000	894.099	513.073	182.479	52.019	18.841	11.392	22.303	46.371	2.171.577

(1) Carteira em Curso Anormal é composta por operações de crédito que apresentam parcelas vencidas há mais de 14 dias, as demais operações são consideradas de Curso Normal.



Relatório de Resultados 2T19 Banco do Estado de Sergipe S.A. - BANESE

Banese Consolidado – 30.06.2019

Operações em Curso Normal

Parcelas Vincendas	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	TOTAL
01 a 30 dias	23.481	151.960	37.282	7.938	1.164	95	51	81	313	222.365
31 a 60 dias	9.130	272.909	5.027	4.821	2.124	217	123	168	565	295.084
61 a 90 dias	9.141	11.753	14.534	3.657	1.189	33	32	61	312	40.712
91 a 180 dias	41.881	46.673	61.790	15.711	3.916	540	265	483	782	172.041
181 a 360 dias	47.969	73.886	63.044	13.125	28	679	181	672	620	200.204
Acima de 360 dias	262.262	607.764	357.295	177.442	29.723	13.148	1.319	15.796	6.082	1.470.831
Parcelas Vencidas										
Até 14 dias	574	3.643	2.296	3.056	1.341	683	316	253	3.133	15.295
Subtotal Normal	394.438	1.168.588	541.268	225.750	39.485	15.395	2.287	17.514	11.807	2.416.532

Operações em Curso Anormal (1)

Parcelas Vincendas	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	TOTAL
01 a 30 dias	-	-	5.005	1.426	346	204	101	139	402	7.623
31 a 60 dias	-	-	19.142	4.579	2.231	286	215	250	4.518	31.221
61 a 90 dias	-	-	1.597	949	1.494	117	81	128	290	4.656
91 a 180 dias	-	-	4.579	2.620	988	409	954	702	807	11.059
181 a 360 dias	-	-	8.354	4.100	937	482	985	1.338	2.197	18.393
Acima de 360 dias	-	-	30.373	17.398	3.037	2.028	402	520	5.800	59.558
Parcelas Vencidas										
01 a 14 dias	-	-	4.144	983	262	87	57	48	150	5.731
15 a 30 dias	-	-	4.750	2.273	622	337	177	169	1223	9.551
31 a 60 dias	-	-	104	4.746	1.091	505	250	329	1828	8.853
61 a 90 dias	-	-	-	85	3.621	482	322	493	1851	6.854
91 a 180 dias	-	-	-	42	82	2.837	3.690	3.143	5.547	15.341
181 a 360 dias	-	-	-	-	-	32	33	80	14.509	14.654
Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	150	150
Subtotal Anormal	-	-	78.048	39.201	14.711	7.806	7.267	7.339	39.272	193.644
Total – 30.06.2019	394.438	1.168.588	619.316	264.951	54.196	23.201	9.554	24.853	51.079	2.610.176

Total – 30.06.2018 **458.862** **913.207** **526.503** **195.219** **64.095** **27.382** **14.861** **25.499** **72.411** **2.298.039**

(1) Carteira em Curso Anormal é composta por operações de crédito que apresentam parcelas vencidas há mais de 14 dias, as demais operações são consideradas de Curso Normal.

c. Composição da carteira classificada

Banese Múltiplo 30.06.2019

Nível de Risco	Total	Comercial	Industrial	Rural	Imobiliário	Outros Créditos	Valor da Provisão
AA	394.438	394.438	-	-	-	-	-
A	1.039.291	437.469	3.407	56.848	343.032	198.535	5.196
B	604.970	536.903	27.701	13.220	23.605	3.541	6.050
C	262.215	239.033	13.719	5.775	3.218	470	7.866
D	52.076	22.496	27.402	1.128	812	238	5.208
E	20.506	18.227	-	1.759	384	136	6.152
F	6.067	5.641	-	312	50	64	3.033
G	22.382	10.953	505	10.899	-	25	15.668
H	31.016	24.786	-	4.282	1.913	35	31.017
Total	2.432.961	1.689.946	72.734	94.223	373.014	203.044	80.190

Banese Múltiplo 30.06.2018

Nível de Risco	Total	Comercial	Industrial	Rural	Imobiliário	Outros Créditos	Valor da Provisão
Total	2.171.577	1.471.830	63.462	61.029	401.574	173.682	93.609



Banese Consolidado – 30.06.2019

Nível de Risco	Total	Comercial	Industrial	Rural	Imobiliário	Outros Créditos	Valor da Provisão
AA	394.438	394.438	-	-	-	-	-
A	1.168.588	437.469	3.407	56.848	343.032	327.832	5.968
B	619.316	536.903	27.701	13.220	23.605	17.887	6.267
C	264.951	239.033	13.719	5.775	3.218	3.206	8.119
D	54.196	22.496	27.402	1.128	812	2.358	5.908
E	23.201	18.227	-	1.759	384	2.831	7.592
F	9.554	5.641	-	312	50	3.551	5.504
G	24.853	10.953	505	10.899	-	2.496	18.023
H	51.079	24.786	-	4.282	1.913	20.098	52.712
Total	2.610.176	1.689.946	72.734	94.223	373.014	380.259	110.093

Banese Consolidado – 30.06.2018

Nível de Risco	Total	Comercial	Industrial	Rural	Imobiliário	Outros Créditos	Valor da Provisão
Total	2.298.039	1.471.830	63.462	61.029	401.574	300.144	128.003

d. Composição da carteira por setor de atividade econômica

Banese Múltiplo

Descrição	30.06.2019		30.06.2018	
	Valor	%	Valor	%
Pessoas físicas	1.943.087	79,87	1.702.076	78,38
Pessoas jurídicas	194.829	8,01	161.652	7,44
Indústria	72.837	2,99	62.846	2,89
Comércio	121.992	5,02	98.806	4,55
Rural	94.223	3,87	61.029	2,81
Habitação	51.436	2,11	86.203	3,97
Outros serviços	149.386	6,14	160.617	7,40
Total	2.432.961	100,00	2.171.577	100,00

Banese Consolidado

Descrição	30.06.2019		30.06.2018	
	Valor	%	Valor	%
Pessoas físicas	2.120.302	81,23	1.828.538	79,57
Pessoas jurídicas	194.829	7,46	161.652	7,03
Indústria	72.837	2,79	62.846	2,73
Comércio	121.992	4,67	98.806	4,30
Rural	94.223	3,61	61.029	2,66
Habitação	51.436	1,97	86.203	3,75
Outros serviços	149.386	5,72	160.617	6,99
Total	2.610.176	100,00	2.298.039	100,00

e. Concentração de crédito

Banese Múltiplo						
	30.06.2019			30.06.2018		
	Saldo	%	Provisão	Saldo	%	Provisão
10 maiores devedores	145.248	5,97	15.724	159.450	7,34	25.869
11 a 60 maiores devedores	152.155	6,25	6.426	183.868	8,47	14.305
61 a 160 maiores devedores	82.637	3,40	6.395	72.352	3,33	5.874
Demais clientes	2.052.921	84,38	51.645	1.755.907	80,86	47.561
Total	2.432.961	100,00	80.190	2.171.577	100,00	93.609

Banese Consolidado						
	30.06.2019			30.06.2018		
	Saldo	%	Provisão	Saldo	%	Provisão
10 maiores devedores	145.248	5,56	15.724	159.450	6,94	25.869
11 a 60 maiores devedores	152.155	5,83	6.426	183.868	8,00	14.305
61 a 160 maiores devedores	82.637	3,17	6.395	72.352	3,15	5.874
Demais clientes	2.230.136	85,44	81.547	1.882.369	81,91	84.659
Total	2.610.176	100,00	110.093	2.298.039	100,00	130.707

f. Movimentação da provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	30.06.2019	30.06.2018	30.06.2019	30.06.2018
Saldo em dezembro do exercício anterior - da provisão de operações de crédito de liquidação duvidosa	79.640	91.767	79.640	91.767
(+) Constituição de provisão líquida no período	19.721	25.255	19.721	25.255
(-) Baixas de operações de crédito no período	(20.362)	(24.511)	(20.362)	(24.511)
Saldo final da provisão de operações de crédito de liquidação duvidosa	78.999	92.511	78.999	92.511
Saldo em dezembro do exercício anterior - da provisão de outros créditos com característica de concessão	1.217	1.117	1.217	1.117
(+) Constituição de provisão líquida no período	1.182	1.935	1.182	1.935
(-) Baixas de operações de crédito no período	(1.208)	(1.954)	(1.208)	(1.954)
Saldo final da provisão de outros créditos com característica de concessão	1.191	1.098	1.191	1.098
Saldo em dezembro do exercício anterior - da provisão sobre transações de pagamento	-	-	32.013	37.098
(+) Constituição de provisão líquida no período	-	-	12.434	15.038
(-) Baixas de operações de crédito no período	-	-	(14.544)	(17.742)
Saldo final da provisão sobre transações de pagamento (Nota 9)	-	-	29.903	34.394
Saldo final da provisão de operações de crédito de liquidação duvidosa, outros créditos com característica de concessão e transações de pagamento	80.190	93.609	110.093	128.003
Ativo circulante	34.369	45.354	64.272	79.748
Ativo realizável a longo prazo	45.821	48.255	45.821	48.255

g. Montante de operações renegociadas e recuperadas

	Banese Múltiplo	
	30.06.2019	30.06.2018
Dívidas renegociadas	20.220	30.423
Recuperação de créditos	8.800	10.702
Total	29.020	41.125

h. Rendas de operações de crédito

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	30.06.2019	30.06.2018	30.06.2019	30.06.2018
Empréstimos	228.388	210.943	226.393	207.982
Títulos descontados	21	76	21	76
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	8.800	10.702	8.800	10.702
Financiamentos e empreendimentos imobiliários	20.021	21.230	20.021	21.230
Financiamentos rurais	3.428	2.747	3.428	2.747
Outros financiamentos	230	120	230	120
Total	260.888	245.818	258.893	242.857

9 OUTROS CRÉDITOS

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	30.06.2019	30.06.2018	30.06.2019	30.06.2018
Rendas a receber	2.705	2.129	10.687	8.457
Serviços prestados a receber	2.705	2.125	10.128	7.858
Outras rendas a receber	-	4	559	599
Diversos	488.767	427.531	717.449	609.988
Crédito tributário - diferenças temporárias (Nota 23)	123.532	87.615	127.901	109.044
Crédito tributário – base fiscal negativa (Nota 23)	-	-	23.710	19.963
Devedores por depósitos em garantia (Nota 9.1)	117.745	113.776	150.671	145.253
Impostos e contribuições a compensar (Nota 9.2)	7.595	11.630	23.406	26.051
Adiantamentos e antecipações	4.785	4.204	5.463	4.788
Pagamentos a ressarcir	2.792	3.141	2.792	3.141
Devedores diversos	4.905	4.635	8.769	6.913
Adiantamentos para pagamentos por nossa conta	25.560	29.946	25.763	30.183
Títulos e créditos a receber com característica de concessão de crédito (Nota 8a)	203.044	173.682	203.044	173.682
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa com característica de concessão de crédito (1)	(1.191)	(1.098)	(1.191)	(1.098)
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa sem característica de concessão de crédito (1)	-	-	(191)	-
Valores a receber relativos a transações de pagamento (Nota 8a)	-	-	177.215	126.462
Provisão para Valores a receber relativos a transações de pagamento (Nota 8f)	-	-	(29.903)	(34.394)
Total	491.472	429.660	728.136	618.445
Ativo circulante	252.784	240.762	432.375	361.097
Ativo realizável a longo prazo	238.688	188.898	295.761	257.348

(1) Provisão sobre títulos e créditos a receber da SEAC.



Relatório de Resultados 2T19 Banco do Estado de Sergipe S.A. - BANESE

9.1 Devedores por depósito em garantia

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	30.06.2019	30.06.2018	30.06.2019	30.06.2018
Interposição de recursos previdenciários (1)	37.589	36.346	37.589	36.346
Interposição de recursos fiscais - Receita Federal (2)	41.540	40.099	73.632	70.876
Interposição de recursos municipais (3)	16.481	12.438	16.481	12.438
Interposição de recursos trabalhistas (4)	14.641	17.900	15.368	18.433
Interposição de recursos cíveis	7.494	6.993	7.601	7.160
Total	117.745	113.776	150.671	145.253

- (1) Depósitos para interposição de recursos previdenciários os quais pretendem a inclusão de algumas verbas pagas pelo banco à funcionários, autônomos e prestadores de serviços no salário de contribuição;
- (2) Depósitos para interposição de recursos fiscais decorrentes do alargamento da base de cálculo do Pis e Cofins – Lei nº 9.718/98;
- (3) Depósitos para interposição de recursos fiscais municipais, onde alguns municípios pretendem o alargamento da base de cálculo do ISS, incluindo todas as receitas operacionais;
- (4) Depósitos para interposição de recursos trabalhistas decorrente de ações ajuizadas por empregados, ex-empregados e sindicato com o objetivo de obter indenizações relativas às violações alegadas de direitos trabalhistas como pagamento de horas extras, equiparação salarial e diferenças nos reajustes salariais.

9.2 Impostos e contribuições a compensar

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	30.06.2019	30.06.2018	30.06.2019	30.06.2018
COFINS - Lei nº 9.718/1998 (1)	3.213	3.213	3.213	3.213
CSLL (repetição de indébito ano 1989) (2)	8.779	8.779	8.779	8.779
PIS - Decretos nºs 2.445/1988 e 2.449/1988 (2)	13.070	13.070	13.070	13.070
Provisão PIS – Decretos / CSLL / COFINS (-) (3)	(17.467)	(17.574)	(17.467)	(17.574)
IRRF	-	-	993	746
IRPJ	-	2.154	12.351	12.707
CSLL	-	1.988	2.066	4.916
Outros impostos	-	-	401	194
Total	7.595	11.630	23.406	26.051

- (1) COFINS - crédito decorrente do alargamento da base de cálculo introduzida pela Lei 9.718/1998, art. 3º, parágrafo 1º, declarado inconstitucional pelo STF.
- (2) CSLL e PIS - Processos judiciais transitados em julgado com sentença favorável ao Banco, aguardando execução de sentença.
- (3) Provisão constituída para créditos fiscais do PIS – Decretos, CSLL e COFINS referente as parcelas em discussão sobre os cálculos periciais e julgamento de recurso de apelação em andamento.

10 OUTROS VALORES E BENS

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	30.06.2019	30.06.2018	30.06.2019	30.06.2018
Bens não de uso (1)	32.636	31.390	32.636	31.390
Material em estoque	1.351	1.301	1.688	1.621
Outros bens (2)	2.686	2.595	2.686	2.595
Despesas antecipadas	4.423	3.215	4.661	3.513
Provisão para desvalorização	(2.757)	(2.664)	(2.757)	(2.664)
Total	38.339	35.837	38.914	36.455
Ativo circulante	3.634	3.001	4.209	3.619
Ativo realizável a longo prazo	34.705	32.836	34.705	32.836

- (1) Os bens não alienados no prazo regulamentar ou com pendências judiciais são registrados no ativo e a provisão é constituída com base em laudo de avaliação emitido por avaliadores independentes. Para este grupo de contas a provisão no Banese Múltiplo e Consolidado em 30.06.2019 - R\$ 114 (R\$ 114 – 30.06.2018).
- (2) Para os bens dados em comodato é constituída provisão correspondente a 100% do valor contábil residual do bem no Banese Múltiplo e Consolidado em 30.06.2019 - R\$ 2.643 (R\$ 2.550 – 30.06.2018).



11 INVESTIMENTOS

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	30.06.2019	30.06.2018	30.06.2019	30.06.2018
Participações de capitais p/incentivos fiscais	91	91	91	91
Outros investimentos p/incentivos fiscais	332	332	332	332
Provisão para perdas investimentos p/incentivos fiscais	(423)	(423)	(423)	(423)
Títulos patrimoniais - Anbima	6	6	6	6
Participação em coligadas e controladas (1)	34.023	1.358	-	-
Outros investimentos	25	25	25	25
Provisão para perdas em outros investimentos	(25)	(25)	(25)	(25)
Total	34.029	1.364	6	6

(1) Em 31.08.2018, a participação do Banco na SEAC passou de 5% para 49,75%, através do aporte de capital no montante de R\$ 22.000, aprovados pelos órgãos da Administração e BACEN.

	Participação %	PL em 31.12.2018	Saldo do Investimento 31.12.2018	Lucro de 01.01.2019 a 30.06.2019	PL em 30.06.2019	Equivalência patrimonial 01.06.2019 a 30.06.2019	Saldo do Investimento 30.06.2019
SEAC	49,75%	54.528	27.127	13.861	68.389	6.896	34.023

12 IMOBILIZADO DE USO

a) Composição dos saldos

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	30.06.2019	30.06.2018	30.06.2019	30.06.2018
Edificações e terrenos	7.899	8.486	22.415	21.362
Móveis, máquinas e equipamentos	24.306	17.058	39.023	28.485
Outras imobilizações (1)	24.567	26.054	25.528	26.887
Total	56.772	51.598	86.966	76.734

(1) Representado principalmente por imobilização em curso, equipamentos de comunicação, processamento de dados, segurança, instalações e benfeitorias em imóveis de terceiros.

b) Demonstração do custo de aquisição

Banese Múltiplo

	Valor líquido 31.12.2018	Aquisições	Baixas	Transferências	Depreciação	Valor líquido 30.06.2019	Taxa anual
Imóveis de uso:							
- Imobilização em curso	2.235	55	-	(708)	-	1.582	-
- Terrenos	5.000	-	-	-	-	5.000	-
- Edificações	3.033	-	-	-	(133)	2.900	4%
- Instalação e adaptação de dependências	4.761	95	-	-	(1.103)	3.753	20%
- Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.580	64	-	708	(400)	1.952	20%
Móveis e equipamentos em estoque	13.084	5.897	-	(1.940)	-	17.041	-
Móveis e equipamentos de uso	7.101	-	-	880	(715)	7.266	10%
Sistema de comunicação	265	-	(55)	-	(4)	206	20%
Sistema de processamento de dados	14.685	2.395	-	1.059	(2.389)	15.750	20%
Sistema de segurança	1.471	-	-	2	(151)	1.322	20%
Total	53.215	8.506	(55)	1	(4.895)	56.772	

Banese Consolidado

	<u>Valor líquido</u> 31.12.2018	Aquisições	Baixas	Transferências	Depreciação	<u>Valor líquido</u> 30.06.2019	Taxa anual
Imóveis de uso:							
- Imobilização em curso	3.985	789	-	(708)	-	4.066	-
- Terrenos	13.933	-	-	-	-	13.933	-
- Edificações	5.638	-	-	-	(187)	5.451	4%
- Instalação e adaptação de dependências	4.761	95	-	-	(1.103)	3.753	20%
- Benfeitorias em imóveis de terceiros	2.099	200	-	708	(505)	2.502	20%
Móveis e equipamentos em estoque	13.084	10.121	(2.969)	(1.940)	-	18.296	-
Móveis e equipamentos de uso	9.208	310	(163)	880	(954)	9.281	10%
Móveis e equipamentos de uso em comodato	216	-	-	-	(23)	193	10%
Equipamentos arrendados	10.265	2.183	(331)	-	(863)	11.254	-
Sistema de comunicação	265	-	(55)	-	(4)	206	20%
Sistema de processamento de dados	15.619	2.513	(101)	1.059	(2.468)	16.622	20%
Sistema de segurança	1.575	19	(6)	2	(181)	1.409	20%
Total	80.648	16.230	(3.625)	1	(6.288)	86.966	

13 INTANGÍVEL

a) Composição dos saldos

	<u>Banese Múltiplo</u>		<u>Banese Consolidado</u>	
	30.06.2019	30.06.2018	30.06.2019	30.06.2018
Outros ativos intangíveis (1)	63.032	59.681	67.576	63.334
Amortização acumulada	(48.227)	(42.971)	(51.268)	(45.894)
Total	14.805	16.710	16.308	17.440

(1) São compostos por softwares adquiridos e/ou desenvolvidos por empresas especializadas. São amortizados pelo prazo estimado de benefício econômico à taxa de 20% a.a.

b) Demonstração do custo de aquisição

Banese Múltiplo

	31.12.2018	Aplicação	Amortização	<u>Valor residual</u> 30.06.2019	Taxa anual
Intangível:					
Custo com implantação e desenvolvimentos de sistema	15.024	2.325	(2.544)	14.805	20%
Total	15.024	2.325	(2.544)	14.805	

Banese Consolidado

	31.12.2018	Aplicação	Amortização	<u>Valor residual</u> 30.06.2019	Taxa anual
Intangível:					
Custo com implantação e desenvolvimentos de sistema	16.406	2.523	(2.621)	16.308	20%
Total	16.406	2.523	(2.621)	16.308	

14 DEPÓSITOS, CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO, RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS, OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS

a) Composição por modalidade

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	30.06.2019	30.06.2018	30.06.2019	30.06.2018
Depósitos à vista (Nota 14b)	705.739	644.991	704.615	643.969
Depósitos pessoas físicas	327.287	442.688	327.287	442.688
Depósitos pessoas jurídicas	217.214	173.867	216.090	172.845
Depósitos de governos	152.779	22.427	152.779	22.427
Depósitos vinculados	6.052	4.096	6.052	4.096
Outros valores	2.407	1.913	2.407	1.913
Depósitos de poupança (Nota 14b)	1.376.009	1.268.429	1.376.009	1.268.429
Depósitos de poupança livres - Pessoas físicas	1.318.075	1.210.387	1.318.075	1.210.387
Depósitos de poupança livres - Pessoas jurídicas	57.540	57.523	57.540	57.523
Depósitos de poupança de ligadas	394	519	394	519
Depósitos interfinanceiros (Nota 14b)	111.974	193.693	111.974	193.693
Depósitos judiciais (Nota 14b)	1.038.368	974.612	1.038.368	974.612
Depósitos à prazo (Nota 14b)	1.198.248	1.151.488	1.142.179	1.123.625
Depósitos especiais com remuneração (Nota 14b)	239	212	239	212
Outros depósitos (Nota 14b)	-	-	878	939
Captações no mercado aberto	46.562	36.455	46.562	36.455
Recursos de aceites e emissão de títulos	97.459	95.607	97.459	95.607
Letras financeiras (Nota 14 a.1)	49.176	50.167	49.176	50.167
Letras de crédito imobiliário	48.283	45.440	48.283	45.440
Obrigações por repasses do país – BNDES (Nota 14c)	3.057	8.744	3.057	8.744
Obrigações por repasses do país – FINAME (Nota 14c)	3.395	6.678	3.395	6.678
Obrigações por repasses do país – BNB (Nota 14c)	57.670	57.180	57.670	57.180
Obrigações por repasses do país – FUNGETUR (Nota 14c)	4.797	-	4.797	-
Total	4.643.517	4.438.089	4.587.202	4.410.143
Passivo circulante	3.463.899	3.354.348	3.463.653	3.354.265
Passivo exigível a longo prazo	1.179.618	1.083.741	1.123.549	1.055.878

a.1) Letras Financeiras

Papel	Banese Múltiplo e Consolidado				Data de Emissão	Data de Vencimento
	Valor de Emissão	Valor Atual em				
		30.06.2019	30.06.2018			
Letra Financeira	17.640	-	18.209	10.01.2017	10.01.2019	
Letra Financeira	21.900	-	21.945	19.06.2017	19.06.2019	
Letra Financeira	10.000	10.666	10.013	22.06.2018	22.06.2020	
Letra Financeira	20.850	21.484	-	11.01.2019	11.01.2021	
Letra Financeira	17.000	17.026	-	19.01.2019	11.01.2021	
Total	87.390	49.176	50.167			

b) Composição de depósitos por prazos
Banese Múltiplo

	Sem vencimento	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	30.06.2019	30.06.2018
Depósitos à vista	705.739	-	-	-	705.739	644.991
Depósitos de poupança	1.376.009	-	-	-	1.376.009	1.268.429
Depósitos interfinanceiros	-	70.757	41.217	-	111.974	193.693
Depósitos judiciais	1.038.368	-	-	-	1.038.368	974.612
Depósitos a prazo (1)	-	75.688	98.113	1.024.447	1.198.248	1.151.488
Depósitos especiais com remuneração	-	239	-	-	239	212
Total	3.120.116	146.684	139.330	1.024.447	4.430.577	4.233.425

(1) Considera os vencimentos estabelecidos nas aplicações.

Banese Consolidado

	Sem vencimento	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	30.06.2019	30.06.2018
Depósitos à vista	704.615	-	-	-	704.615	643.969
Depósitos de poupança	1.376.009	-	-	-	1.376.009	1.268.429
Depósitos interfinanceiros	-	70.757	41.217	-	111.974	193.693
Depósitos judiciais	1.038.368	-	-	-	1.038.368	974.612
Depósitos a prazo (1)	-	75.688	98.113	968.377	1.142.178	1.123.625
Depósitos especiais com remuneração	-	239	-	-	239	212
Outros depósitos	-	879	-	-	879	939
Total	3.118.992	147.563	139.330	968.377	4.374.262	4.205.479

(1) Considera os vencimentos estabelecidos nas aplicações.

c) Composição de obrigações por repasses por prazos
Banese Múltiplo e Consolidado

	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	30.06.2019	30.06.2018
BNDES	950	1.801	306	3.057	8.744
FINAME	428	1.164	1.803	3.395	6.678
BNB	1.472	8.718	47.480	57.670	57.180
FUNGETUR	4.797	-	-	4.797	-
Total	7.647	11.683	49.589	68.919	72.602

As captações em depósitos a prazo são realizadas com clientes da instituição, predominantemente na modalidade de encargos pós fixados, tendo apenas duas operações na modalidade pré-fixada, correspondente a menos de 0,01% da carteira.

A taxa média de captação para os depósitos pós-fixados corresponde a 94,64% (95,20 % - 30.06.2018) da variação do CDI e os pré-fixados 99,56% - 3,06% acumulada até junho/2019 (95,55% - 3,13% acumulada até junho/2018).

As captações através de operações compromissadas - carteira própria - no mercado aberto, realizadas com instituições financeiras, têm taxa média de captação de 100,00% da variação do CDI.



Os recursos internos para repasses representam, basicamente, captações de Instituições Oficiais (BNB, BNDES e Ministério do Turismo/FUNGETUR). Essas obrigações têm vencimentos mensais, trimestrais, semestrais ou anuais até dezembro de 2031. Os encargos financeiros para as operações não-rurais pós-fixadas com recursos oriundos do BNB até 30.06.2019 IPCA + 0,5801% a IPCA + 2,8362% a.a., (30.06.2018 - IPCA + 1,4269% a IPCA + 2,5683% a.a.), já o encargo financeiro para as operações rurais pré-fixadas com recursos oriundos do BNB até 30.06.2019 foi de 5,41% a.a. (30.06.2018 – 6,65% a.a.). Os encargos financeiros para as operações pós-fixadas com recursos oriundos do BNDES/FINAME até 30.06.2019 variam de TLP + 4,5% a TLP + 7,5% a.a. (30.06.2018 – TLP + Taxa do BNDES de 1,5% a.a. + Remuneração da IF credenciada de 3 a 6% a.a.). Os encargos financeiros para as operações com recursos oriundos do BNDES-Automático (PROGEREN) até 30.06.2019 é uma composição de encargos pós-fixados (TJLP ou Selic) + 7,5% a 13,5% a.a. (30.06.2018 – (TJLP ou Selic) + Taxa do BNDES de 1,5% a.a. + Remuneração da IF credenciada de 3 a 6% a.a.). Os encargos financeiros para as operações pós-fixadas com recursos oriundos do Ministério do Turismo/FUNGETUR até 30.06.2019 variam de INPC + 5,0% a INPC + 6,0% a.a. (30.06.2018 - INPC + 5,0% a INPC + 6,0% a.a.).

d) Despesas de captação

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	30.06.2019	30.06.2018	30.06.2019	30.06.2018
Depósitos judiciais	(24.499)	(21.247)	(24.499)	(21.247)
Depósitos de poupança	(30.802)	(29.476)	(30.802)	(29.476)
Depósitos a prazo	(33.414)	(33.997)	(31.676)	(32.335)
Operações compromissadas - carteira própria e de terceiros	(1.048)	(902)	(1.048)	(902)
Fundo Garantidor de Créditos - FGC	(1.938)	(2.108)	(1.938)	(2.108)
Letras financeiras subordinadas - LFS	(7.479)	(7.366)	(7.479)	(7.366)
Letras financeiras – LF	(1.689)	(1.342)	(1.689)	(1.342)
Letras de crédito imobiliária - LCI	(1.378)	(1.198)	(1.378)	(1.198)
Depósitos interfinanceiros	(4.954)	(5.922)	(4.954)	(5.922)
Depósitos especiais com remuneração	(7)	(6)	(7)	(6)
Despesas com captações no mercado	(107.208)	(103.564)	(105.470)	(101.902)
Despesas de repasses BNDES	(254)	(744)	(254)	(744)
Despesas de repasses FINAME	(60)	(126)	(59)	(126)
Despesas de repasses BNB	(1.773)	(1.713)	(1.773)	(1.713)
Despesas com empréstimos e repasses	(2.087)	(2.583)	(2.087)	(2.583)
Total das despesas de captação	(109.295)	(106.147)	(107.557)	(104.485)

15 OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	30.06.2019	30.06.2018	30.06.2019	30.06.2018
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	20.495	17.771	20.767	18.390
Recebimento de tributos federais	17.302	15.016	17.302	15.016
Outros tributos e assemelhados	3.193	2.755	3.465	3.374
Sociais e estatutárias - Dividendos e bonificações a pagar	11.789	592	11.789	592
Provisão para impostos e contribuições sobre lucros	634	6.172	6.249	9.754
Impostos e contribuições a recolher	73.396	67.550	75.481	72.092
Dívidas subordinadas (Nota 15 a)	93.408	151.920	93.408	151.920
Diversas	242.560	106.159	547.874	313.469
Provisão para contingências trabalhistas (Nota 16 b)	13.543	15.722	16.103	18.260
Provisão para contingências cíveis (Nota 16 b)	9.214	8.158	9.750	8.850
Provisão para contingências fiscais (Nota 16 b)	22.857	22.168	30.495	29.645
- Contestação judicial constitucionalidade da Lei – PIS/COFINS	8.463	8.295	16.101	15.772
- Outras contingências fiscais - INSS	14.394	13.873	14.394	13.873
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	24	22	24	22
Provisão para pagamentos - Despesas de pessoal	33.053	30.739	36.573	34.086
Provisão para pagamentos - Fornecedores	16.646	16.147	26.540	18.279
Passivo Atuarial (Nota 26)	125.341	-	125.341	-
Credores diversos – País	6.960	4.915	10.414	15.248
Recursos do FGTS para Amortizações	404	531	404	531
Credores por recursos a liberar	2.584	834	2.584	834
Obrigações por convênios oficiais	2.452	2.220	2.452	2.220
Outros valores	9.482	4.703	9.482	4.703
Obrigações por transações de pagamentos	-	-	277.712	180.791
Total	442.282	350.164	755.568	566.217
Passivo circulante	184.327	219.907	485.741	423.929
Passivo exigível a longo prazo	257.955	130.257	269.827	142.288

a) Dívidas Subordinadas

As captações efetuadas mediante emissão de títulos de dívida subordinada, observadas as condições determinadas pela Resolução CMN nº 4.192/2013, são as seguintes:

Papel	Banese Múltiplo e Consolidado				
	Valor de Emissão	Valor Atual em		Data de Emissão	Data de Vencimento
		30.06.2019	30.06.2018		
Letras Financeiras Subordinadas	46.997	77.451	68.223	24.07.2015	24.07.2023
Letras Financeiras Subordinadas	15.445	15.957	15.970	30.07.2015	31.07.2023
Letras Financeiras Subordinadas	20.000	-	20.897	07.01.2013	07.01.2019
Letras Financeiras Subordinadas	7.000	-	13.140	26.04.2013	26.04.2019
Letras Financeiras Subordinadas	3.000	-	5.632	26.04.2013	26.04.2019
Letras Financeiras Subordinadas	10.000	-	18.772	26.04.2013	26.04.2019
Letras Financeiras Subordinadas	5.000	-	9.286	28.05.2013	28.05.2019
Total	107.442	93.408	151.920		

16 PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

a. Contingências ativas

O Banese possui registrado contingências ativas transitadas em julgado pelo Supremo Tribunal Federal, assim como possui, neste momento, processo judicial que gera expectativa de ganhos futuros e estão sob análise de peritos para conclusão dos montantes envolvidos a receber, conforme Nota 9.2.

b. Contingências passivas

O Banese e suas controladas figuram como réus em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

- » Os processos trabalhistas em sua maioria referem-se a ações ajuizadas por empregados, ex-empregados e sindicato com o objetivo de obter indenizações relativas às violações alegadas de direitos trabalhistas como pagamento de horas extras, equiparação salarial e diferenças nos reajustes salariais. Em 30 de junho de 2019, o montante provisionado a título de contingências trabalhistas é de R\$ 13.543 (R\$ 15.722 – 30.06.2018) no Banese Múltiplo e R\$ 16.103 (R\$ 18.260 – 30.06.2018) no Banese Consolidado.
- » Os processos cíveis referem-se, principalmente, a pedidos de ressarcimento e indenização por dano moral e patrimonial - R\$ 6.448, e correção dos saldos de poupança referente aos planos econômicos - Bresser, Verão e Collor I e II – R\$ 2.766 sendo o montante provisionado em 30 de junho de 2019 de R\$ 9.214 (R\$ 8.158 – 30.06.2018) no Banese Múltiplo e R\$ 9.750 (R\$ 8.850 – 30.06.2018) no Banese Consolidado.
- » Os processos fiscais são decorrentes de alguns tributos e contribuições que o Banese vem discutindo judicialmente, tais como autuações fiscais previdenciárias as quais pretende a inclusão de algumas verbas pagas pelo banco à funcionários, autônomos e prestadores de serviços no salário de contribuição - R\$ 14.394 (R\$ 13.873 – 30.06.2018) no Banese Múltiplo e Consolidado, e deduções consideradas indevidas pelo fisco decorrentes do alargamento da base de cálculo do Pis e Cofins – Lei nº 9.718/98 – sendo o montante provisionado em 30 de junho de 2019 R\$ 8.463 (R\$ 8.295 – 30.06.2018) no Banese Múltiplo e R\$ 16.101 no Banese Consolidado (R\$ 15.772 – 30.06.2018), totalizando R\$ 22.857 (R\$ 22.168 – 30.06.2018) no Banese Múltiplo e R\$ 30.495 no Banese Consolidado (R\$ 29.645 – 30.06.2018)

O procedimento utilizado pelo Banese para reconhecimento destas obrigações apresenta-se de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009 e pela Deliberação CVM nº 594/2009. Os processos judiciais são classificados por probabilidade de perda em provável, possível e remota, por meio de avaliação na qual se utilizam parâmetros como as decisões judiciais e o histórico de perdas em ações semelhantes, são provisionados os processos classificados como probabilidade de perda provável.

A movimentação da provisão está assim demonstrada:

Banese Múltiplo					
				Total	
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	30.06.2019	30.06.2018
Saldo inicial - dezembro do exercício anterior	15.218	7.372	22.509	45.099	45.417
Atualização monetária	-	159	348	507	466
Constituição líquida de reversões e baixas	2.967	4.359	-	7.326	2.739
Pagamentos	(4.642)	(2.676)	-	(7.318)	(2.574)
Saldo final do período	13.543	9.214	22.857	45.614	46.048

Banese Consolidado				Total	
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	30.06.2019	30.06.2018
Saldo inicial - dezembro do exercício anterior	17.767	7.856	29.980	55.603	55.985
Atualização monetária	-	159	515	674	641
Constituição líquida de reversões e baixas	3.071	4.801	-	7.872	3.266
Pagamentos	(4.735)	(3.066)	-	(7.801)	(3.137)
Saldo final do período	16.103	9.750	30.495	56.348	56.755

Os processos enquadrados na categoria de perda possível são assim classificados em decorrência de incertezas geradas quanto ao seu desfecho. São ações para cujo objeto ainda não foi estabelecida jurisprudência ou que dependem da verificação e análise dos fatos, ou, ainda, apresentam aspectos específicos que reduzem a probabilidade de perda. As estimativas de perda para os processos assim classificados, de possível mensuração, montam os seguintes valores em 30 de junho de 2019: trabalhista - R\$ 37.573 (R\$ 36.412 – 30.06.2018), cíveis - R\$ 40.012 (R\$ 16.428 – 30.06.2018) e fiscais R\$ 67.210. Nestes grupos encontram-se causas de naturezas diversas, principalmente: indenização por danos morais, além de reclamações de natureza trabalhista, tais como isonomia salarial, reintegração de demitidos, indenização por LER, e processos previdenciários, PIS, COFINS e compensações de tributos não homologados pela Secretaria da Receita Federal.

17 RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS

	Banese Múltiplo e Consolidado	
	30.06.2019	30.06.2018
Rendas Antecipadas	25	29
Rendas Antecipadas – Icatu (1)	11.239	11.846
Total	11.264	11.875

(1) Refere-se à receita em decorrência do convênio, celebrado pelo Banese com a Icatu Seguros e a Icatu Capitalização, em caráter de exclusividade, pelo prazo de 20 anos, para distribuição de produtos de previdência e capitalização.

18 PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLADORES

	30.06.2019	30.06.2018
Participação de 49,75% na Sergipe Administradora de Cartões e Serviços Ltda	(34.024)	(1.358)
Patrimônio Líquido da Sergipe Administradora de Cartões e Serviços Ltda	68.389	27.163
Total de participação de não controladores	34.365	25.805

O Banese possui preponderância nas deliberações sociais, poder de eleger ou destituir seus administradores e controle operacional efetivo.

19 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social

O Capital Social, totalmente integralizado, está representado por 7.642.545 ações ordinárias e 7.642.545 ações preferenciais. O acionista majoritário, o Estado de Sergipe, detém 93,63% das ações ordinárias e 86,09% das preferenciais.

b. Reservas de Lucros

O Lucro Líquido do Exercício, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, terá as seguintes destinações:

b.1 Legal - é constituída à base de 5% sobre o lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social.

b.2 Reservas Estatutárias – são constituídas do lucro líquido do exercício após as deduções legais e dividendos até atingir o limite de 100% do Capital Social, conforme estabelecido no Estatuto Social. Estão compostas por:

- » **Reserva estatutária para margem operacional** - com a finalidade de garantir a manutenção da margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da sociedade, limitada a até 80% do capital social.
- » **Reserva estatutária para equalização de dividendos** – com a finalidade de assegurar recursos para o pagamento de dividendos intermediários, limitada a até 20% do capital social.

c. Dividendos e juros sobre o capital próprio

c.1 Dividendos – o estatuto social confere direitos a dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado do exercício social.

c.2 Juros sobre o capital próprio – conforme estatuto social, poderão ser pagos aos acionistas, Juros sobre o Capital Próprio, mediante proposta da Diretoria Executiva, aprovada pelo Conselho de Administração, “ad referendum” da Assembleia Geral Ordinária. O Banese registrou no período JCP no montante de R\$ 11.400 (R\$ 10.294 - 30.06.2018). O JCP reduziu o impacto tributário no período na ordem de R\$ 4.560 (R\$ 4.117 - 30.06.2018).

c.3 Dividendos obrigatórios – de acordo com o estatuto social do Banco, art. 44, parágrafo único, os juros sobre capital próprio pagos ou creditados aos acionistas, deverão ser imputados aos dividendos mínimos obrigatórios.

20 OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS

a. Receitas de Prestações de Serviços

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	30.06.2019	30.06.2018	30.06.2019	30.06.2018
Rendas de serviços prestados a correntistas	3.649	10.037	39.470	37.389
Administração de fundos de investimento	14	21	14	21
Convênios de arrecadação/pagamento	20.188	17.422	20.188	17.422
Cobrança	2.199	2.483	2.199	2.483
Rendas de garantias prestadas	86	96	86	96
Total	26.136	30.059	61.957	57.411

b. Receitas de Tarifas Bancárias

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	30.06.2019	30.06.2018	30.06.2019	30.06.2018
Devoluções de cheques	696	798	696	798
Transações com cheques	619	802	619	802
Tarifa de saques	1.304	1.063	1.304	1.063
Tarifas de Manutenção de conta	23.419	17.429	23.419	17.429
Tarifa de convênio – pagamento de salário	678	671	678	671
Tarifa de confecção de cartões	139	148	139	148
Outras tarifas bancárias	11.670	10.389	11.670	10.389
Total	38.525	31.300	38.525	31.300

Total de receita de prestação de serviços + tarifas bancárias

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	30.06.2019	30.06.2018	30.06.2019	30.06.2018
	64.661	61.359	100.482	88.711



Relatório de Resultados 2T19 Banco do Estado de Sergipe S.A. - BANESE

c. Despesas de Pessoal

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	30.06.2019	30.06.2018	30.06.2019	30.06.2018
Salários	(50.510)	(48.721)	(58.859)	(56.536)
Encargos sociais	(8.338)	(10.021)	(9.100)	(10.680)
INSS sobre salários	(14.237)	(13.394)	(16.564)	(15.600)
Remuneração dos Administradores	(1.930)	(1.239)	(2.646)	(1.978)
Benefícios	(10.953)	(10.406)	(13.786)	(12.943)
Treinamento	(544)	(740)	(614)	(868)
Estagiários	(264)	(412)	(350)	(534)
Total	(86.776)	(84.933)	(101.919)	(99.139)

d. Outras Despesas Administrativas

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	30.06.2019	30.06.2018	30.06.2019	30.06.2018
Processamento de dados	(12.787)	(10.138)	(13.969)	(10.684)
Serviços do sistema financeiro	(3.015)	(2.751)	(3.015)	(2.751)
Depreciações e amortizações	(7.439)	(8.378)	(8.856)	(9.561)
Comunicação	(1.827)	(1.991)	(5.299)	(5.347)
Serviços de vigilância e segurança	(5.537)	(5.791)	(5.902)	(6.238)
Serviços técnicos especializados	(6.985)	(5.993)	(14.521)	(12.875)
Aluguéis	(1.983)	(1.977)	(2.211)	(2.162)
Manutenção e conservação de bens	(4.005)	(3.397)	(4.915)	(4.090)
Propaganda e publicidade	(1.299)	(151)	(2.825)	(1.692)
Material	(737)	(733)	(1.653)	(1.683)
Serviços de terceiros	(24.126)	(18.543)	(26.346)	(19.652)
Água, energia e gás	(3.055)	(2.767)	(3.304)	(3.005)
Transporte	(4.031)	(3.880)	(4.288)	(4.192)
Seguro	(1.870)	-	(1.870)	-
Promoções e relações públicas	(1.205)	(834)	(1.324)	(966)
Doações	-	(200)	(1.430)	(1.152)
Outras	(4.041)	(5.835)	(4.979)	(6.542)
Total	(83.942)	(73.359)	(106.707)	(92.592)

e. Despesas Tributárias

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	30.06.2019	30.06.2018	30.06.2019	30.06.2018
Contribuição ao Cofins	(11.447)	(10.472)	(17.563)	(15.385)
Contribuição ao PIS - Pasep	(1.871)	(1.711)	(3.168)	(2.747)
Imposto sobre serviços de qualquer natureza	(5.065)	(4.792)	(6.986)	(6.269)
Tributos federais	(789)	(129)	(789)	(129)
Tributos estaduais	(14)	(19)	(14)	(19)
Tributos municipais	(148)	(286)	(335)	(451)
Outras	(582)	(281)	(732)	(896)
Total	(19.916)	(17.690)	(29.587)	(25.896)

f. Outras Receitas Operacionais

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	30.06.2019	30.06.2018	30.06.2019	30.06.2018
Recuperação de encargos e despesas	382	367	382	367
Recuperação de créditos baixados para prejuízo	-	-	2.594	4.283
Reversão de Provisões Operacionais	2.106	3.403	2.321	4.471
Atualização monetária de tributos	540	680	540	680
Juros, multas e descontos obtidos na operação de cartão	-	-	38.002	33.405
Cessão de crédito – SEAC	2.607	2.062	-	-
Descontos Financeiros com Antecipação de Repasse	-	-	7.785	11.569
Outras	308	431	1.776	431
Total	5.943	6.943	53.400	55.206

g. Outras Despesas Operacionais

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	30.06.2019	30.06.2018	30.06.2019	30.06.2018
Contribuição ao SFH	(45)	(24)	(45)	(24)
Operações de crédito - descontos concedidos	(62)	(312)	(1.407)	(2.492)
Variação Monetária INSS	(79)	(83)	(79)	(83)
Despesas Financeiras	-	-	(97)	(740)
Despesa Convênio TJ (1)	(9.249)	(8.334)	(9.249)	(8.334)
Despesa com prêmio de fidelização (2)	(424)	-	(680)	-
Despesas de provisões Passivas – outras	(8.414)	(3.719)	(8.901)	(4.394)
Outras despesas operacionais	(5.426)	(3.420)	(5.722)	(3.552)
Total	(23.699)	(15.892)	(26.180)	(19.619)

(1) Referem-se às despesas decorrentes do convênio firmado com o Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe.

(2) Referem-se às despesas com fidelização dos clientes oriundos da cessão da carteira de crédito da SEAC.

21 RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	30.06.2019	30.06.2018	30.06.2019	30.06.2018
Receitas não operacionais	1.765	1.518	2.854	2.576
Lucro na alienação de valores, bens e investimentos	-	29	-	29
Ganhos de capital	203	76	203	76
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	1	-	1	-
Atualização monetária	1.561	1.413	2.415	2.363
Outras receitas não operacionais	-	-	235	108
Despesas não operacionais	(921)	(1.168)	(2.231)	(2.066)
Prejuízo na alienação de valores, bens e investimentos	(3)	(23)	(39)	(26)
Perdas de capital	(555)	(629)	(1.351)	(1.322)
Provisões não operacionais	(361)	(511)	(361)	(511)
Outras despesas não operacionais	(2)	(5)	(480)	(207)
Total	844	350	623	510

22 EXIGIBILIDADES DE CAPITAL E LIMITES DE IMOBILIZAÇÃO

A Resolução CMN 4.192/2013 dispõe sobre os critérios de apuração dos Requerimentos Mínimos de Patrimônio de Referência de Nível I e de Capital Principal, enquanto a Resolução CMN 4.193/2013 institui o Adicional de Capital Principal. Para os cálculos das parcelas de risco, foram observados os procedimentos das Circulares BACEN 3.644/2013, 3.652/2013, 3.679/2013 e 3.696/2014 para risco de crédito; das Circulares BACEN 3.634, 3.635, 3.636, 3.637, 3.638, 3.639, 3.641 e 3.645, de 04/03/2013, e das Cartas-Circulares BACEN 3.499/2011 e 3.498/2011 para risco de mercado e das Circulares BACEN 3.640/2013, além da Carta-Circular BACEN 3.625/2013 para risco operacional.

Para a parcela de risco operacional, o BANESE utiliza a Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada (APAS). Em conformidade com a Resolução CMN nº 2.669/1999, o Índice de Imobilização apurado em relação ao Patrimônio de Referência do Conglomerado Prudencial foi de 23,63%, estando, portanto, em conformidade com o máximo permitido pelo BACEN, que é de 50%.

O Patrimônio de Referência utilizado para o cálculo dos índices, bem como os Ativos Ponderados de Risco, em 28/06/2019, estão demonstrados abaixo:

	30.06.2019
Patrimônio de Referência	368.031
Patrimônio de referência nível I (Capital Principal + Capital Complementar)	293.305
Capital Principal – CP	293.305
Capital Social +Participação de Não Controladores	382.365
Reservas De Capital, Reavaliação e de Lucros	63.864
Ganhos Não Realizados de Ajustes de Avaliação Patrimonial Exceto de Hedge de Fluxo de Caixa	-
Sobras ou Lucros Acumulados	27.892
Contas de Resultado Credoras	-
Contas de Resultado Devedoras	-
Perdas ou Prejuízos Acumulados	-
Depósito Para Suficiência de Capital	-
Outros Instrumentos Elegíveis ao Capital Principal	-
Deduções do Capital Principal Exceto Ajustes Prudenciais	75.205
Total de Deduções de Ajustes Prudenciais	180.816
Não Realizadas - Avaliação Patrimonial e TVM	75.205
Ajustes Prudenciais Exceto Participações Não Consolidadas e Crédito Tributário	62.421
Ajuste Prudencial II - Ativos Intangíveis	16.308
Ajuste Prudencial VIII - Demais Créditos Tributários de Prejuízo Fiscal e relacionados à CSLL	11.748
Ajuste Prudencial XIV – Participação de não Controladores em Subsidiárias não Autorizadas Pelo BCB	34.365
Ajuste Prudencial XV - Diferença a Menor - Ajustes da Resolução 4.277/13	-
Ajustes Prudenciais V, VII e X - Créditos Tributários e Investimentos Superiores em Assemblhadas e Instituições Financeiras	43.190
Ajuste prudencial VII antes da Glosa de 15% - Crédito Tributário de Diferença temporária	43.190
Capital Complementar	
Patrimônio de referência nível II	74.726
Instrumentos Elegíveis ao Nível II	74.726
Autorizados com Base em Normas Anteriores a Resolução CMN 4.192/13 - Com redutor	-
Redutor 0%	-
Redutor 20%	-
Redutor 40%	-
Redutor 60%	-
Redutor 80%	-
Redutor 100%	-
Autorizados com Base em Normas Anteriores a resolução 4.192	-
Autorizados em conformidade com a Resolução CMN 4.192/13 - Com redutor	74.726
Redutor 0%	-
Redutor 20%	72.338
Redutor 40%	-
Redutor 60%	-
Redutor 80%	-
Redutor 100%	-
Ativos Ponderados de Risco:	3.282.372
Ativos Ponderados de Risco de Crédito (RWA CPAD)	2.762.612
a) Por Fator de Ponderação (FPR):	
FPR de 2%	62
FPR de 20%	13.489
FPR de 35%	109.120
FPR de 50%	193.578
FPR de 75%	1.245.167
FPR de 85%	-
FPR de 100%	976.505
FPR de 150%	-
FPR de 250%	84.124
FPR de 300%	-
FPR de 909,09%	-
FPR de 1.250%	-
FPR 1.081,08%	-
FPR 1.159,42%	-
FPR 1.250%	140.567
b) Por Tipo:	

Ativos Ponderados de Risco de Mercado (RWA MPAD)	85.408
Prefixadas denominadas em real (RWAJUR1)	15.992
Cupons de moedas estrangeiras (RWAJUR2)	8.300
Cupom de índices de preços (RWAJUR3)	9.933
Cupons de taxas de juros (RWAJUR4)	-
Operações sujeitas à variação do preço de commodities (RWACOM)	-
Operações sujeitas à variação do preço de ações (RWAACS)	34.713
Ouro, moeda estrangeira e operações sujeitas à variação cambial (RWACAM)	16.469
Ativos Ponderados de Risco Operacional (RWAOPAD)	434.352
RWA	3.282.372
Fator Mínimo Requerido + Adicionais de Capital Principal	10,50%
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	344.649
Capital Principal Mínimo requerido para o RWA	147.707
Mínimo Capital Principal + ACP / RWA	168.222
Rban	19.103
Fator F	11,21%
Sobra FATOR	0,71%
Margem sobre o Patrimônio de Referência considerando o capital para cobertura do risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária e o ACP	4.279
Nível I / RWA	8,94%
Mínimo Nível I + ACP / RWA	8,50%
Folga de Mínimo Nível I / RWA	0,44%
Capital Principal / RWA	8,94%
Mínimo Capital Principal / RWA	7,00%
Folga Capital Principal / RWA	1,94%

23 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O Banco está sujeito ao regime de tributação do lucro real e procede ao pagamento mensal do imposto de renda e contribuição social pela estimativa com base em balancete de suspensão / redução. A despesa de imposto de renda registrada no Banese Múltiplo em 30 de junho de 2019 foi de R\$ 13.383 (R\$ 12.243 – 30.06.2018) e no Consolidado foi de R\$ 19.462 (R\$ 15.752 – 30.06.2018), e a de contribuição social no Banese Múltiplo foi de R\$ 8.416 (R\$ 10.456 – 30.06.2018) e no consolidado R\$ 12.178 (R\$ 13.310 – 30.06.2018), estando sua conciliação a seguir demonstrada:

Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado		Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	Imposto de Renda				Contribuição Social			
	30.06.2019	30.06.2018	30.06.2019	30.06.2018	30.06.2019	30.06.2018	30.06.2019	30.06.2018
Resultado antes da tributação e participações	69.360	57.053	86.166	70.733	69.360	57.053	86.166	70.733
Participações estatutárias	(6.201)	(4.457)	(6.201)	(4.457)	(6.201)	(4.457)	(6.201)	(4.457)
Juros sobre o capital próprio	-	(10.294)	-	(10.294)	-	(10.294)	-	(10.294)
Adições líquidas de caráter permanente	(9.776)	6.909	(4.154)	8.099	(10.000)	6.909	(4.378)	8.099
Adições líquidas de caráter temporário	(2.793)	12.454	(4.621)	8.948	(2.793)	12.454	(4.621)	8.948
Lucro tributável antes das compensações	50.590	61.665	71.190	73.029	50.366	61.665	70.966	73.029
Compensação prejuízo fiscal e base negativa CSLL	-	-	(6.180)	(3.409)	-	-	(6.180)	(3.409)
Lucro tributável após compensações	50.590	61.665	65.010	69.620	50.366	61.665	64.786	69.620
Valores devidos pela alíquota normal	(7.588)	(9.250)	(9.751)	(10.478)	(7.555)	(12.333)	(9.718)	(13.951)
Adicional de imposto de renda (10%)	(5.047)	(6.154)	(6.477)	(6.937)	-	-	-	-
Incentivos fiscais	686	814	828	861	-	-	-	-
Tributos devidos	(11.949)	(14.590)	(15.400)	(16.554)	(7.555)	(12.333)	(9.718)	(13.951)
Crédito tributário sobre as diferenças temporárias	(1.434)	2.347	(2.517)	1.654	(861)	1.877	(1.533)	1.323
Crédito tributário prejuízo fiscal / base negativa CSLL	-	-	(1.545)	(852)	-	-	(927)	(682)
Valor registrado efetivamente no resultado	(13.383)	(12.243)	(19.462)	(15.752)	(8.416)	(10.456)	(12.178)	(13.310)
% da despesa efetiva em relação ao lucro antes do IRPJ e CSLL	19,30%	21,46%	22,59%	22,27%	12,13%	18,33%	14,13%	18,82%

Em 21 de maio de 2015, foi publicada a Medida Provisória nº 675 (MP 675/15), convertida na Lei 13.169 de 06 de outubro 2015, que elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL dos setores financeiro e segurador de 15% para 20% do lucro tributável, entre de 1º de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018, retornando para 15% a partir de 01 de janeiro de 2019.

A movimentação dos créditos está a seguir demonstrada:

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
	Diferenças	Diferenças	Diferenças	Diferenças
	Temporárias	Temporárias	Temporárias	Temporárias
Saldo em 31.12.2018	48.913	29.348	68.622	41.173
(+) Constituição de Créditos – Passivo Atuarial	29.729	17.837	29.729	17.837
(+) Constituição de Créditos – Outras Adições	1.906	1.143	4.765	3.696
(-) Realização de Créditos – Outras Adições	(3.340)	(2.004)	(7.296)	(4.443)
(-) Realização de Créditos - Prejuízo Fiscal/Base Negativa CSLL	-	-	(1.545)	(927)
Saldo em 30.06.2019	77.208	46.324	94.725	57.336

O crédito tributário de imposto de renda e contribuição social, registrado em “Outros créditos-diversos”, apresenta a seguinte composição:

	Banese Múltiplo				Banese Consolidado			
	Imposto de Renda		Contribuição Social		Imposto de Renda		Contribuição Social	
	30.06.2019	30.06.2018	30.06.2019	30.06.2018	30.06.2019	30.06.2018	30.06.2019	30.06.2018
Adições Temporárias - base de cálculo	308.830	194.703	308.830	194.699	349.658	242.320	349.656	242.320
- Créditos Tributários adições temporárias	77.208	48.675	46.324	38.940	87.415	60.580	52.448	48.464
-Prejuízo Fiscal/Base Negativa IRPJ/CSLL	-	-	-	-	27.440	44.360	32.587	44.361
-Créditos Tributários de Prejuízo Fiscal/ Base Negativa IRPJ/CSLL	-	-	-	-	6.860	11.090	4.888	8.872
Total de Créditos Tributários Ativados	77.208	48.675	46.324	38.940	94.275	71.670	57.336	57.336
Créditos Tributários Não Ativados	3.805	3.688	2.283	2.950	3.805	3.688	2.283	2.950

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos são realizados à medida que as diferenças temporárias sobre as quais são calculados sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal, cujo cronograma de realização se apresenta a seguir, devidamente fundamentado em estudo técnico, no qual há expectativa de geração de resultados positivos futuros, com a consequente geração de obrigações com impostos e contribuições, já considerando o disposto no artigo 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.249/1995.

Os créditos não ativados são provenientes das provisões para cobertura de perdas no recebimento do FCVS, considerando a falta de definição de prazo tanto para a homologação pela Caixa Econômica Federal, como para emissão dos títulos pelo Tesouro Nacional.

O quadro abaixo demonstra os valores previstos de realização na data de 30 de junho de 2019, comparativamente com o valor presente do crédito, calculado com base na taxa de Depósitos Interfinanceiros - DI projetada para os períodos correspondentes.

Banese Múltiplo

Período	Realização do Crédito de IR		Realização do Crédito de CSLL		Total	
	Valor Previsto	Valor Presente	Valor Previsto	Valor Presente	Valor Previsto	Valor Presente
2019	4.801	4.512	2.881	2.708	7.682	7.220
2020	6.159	5.476	3.696	3.287	9.855	8.763
2021	6.160	5.188	3.696	3.113	9.856	8.301
2022	6.160	4.896	3.696	2.938	9.856	7.834
2023	6.090	4.550	3.654	2.730	9.744	7.280
Acima de 5 anos	47.838	33.494	28.701	20.095	76.539	53.589
Total – 30.06.2019	77.208	58.116	46.324	34.871	123.532	92.987
Total – 30.06.2018	48.675	38.098	38.940	31.548	87.615	69.646

Foram constituídos, no período, créditos tributários no montante de R\$ 47.566, sobre o Passivo Atuarial (Déficit Atuarial do Plano Sergus Saldado BD - R\$ 125.341, apurado em conformidade com a Deliberação CVM nº 695/2012)

Banese Consolidado

Período	Realização do Crédito de IR		Realização do Crédito de CSLL		Total	
	Valor Previsto	Valor Presente	Valor Previsto	Valor Presente	Valor Previsto	Valor Presente
2019	7.259	6.823	4.356	4.095	11.615	10.918
2020	10.512	9.347	6.308	5.609	16.820	14.956
2021	9.271	7.808	6.334	5.335	15.605	13.143
2022	7.181	5.707	4.308	3.425	11.489	9.132
2023	7.111	5.313	4.267	3.188	11.378	8.501
Acima de 5 anos	52.941	37.067	31.763	22.239	84.704	59.306
Total – 30.06.2019	94.275	72.065	57.336	43.891	151.611	115.956
Total – 30.06.2018	71.670	55.819	57.336	46.263	129.006	102.082

O total do valor presente dos créditos tributários em 30 de junho de 2019, para Banese Múltiplo, é de R\$ 92.987 (R\$ 69.646 – 30.06.2018), e para Banese Consolidado R\$ 115.956 (R\$ 102.082 – 30.06.2018), calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias pela taxa de Depósitos Interfinanceiros - DI projetada para os períodos correspondentes.

A capacidade de realização do crédito tributário da SEAC, no montante de R\$ 28.079, está baseada em projeções de resultados positivos futuros, decorrentes da: i) reestruturação organizacional da SEAC; (ii) redução de custos operacionais e aumento das receitas através de parceria com empresa de recuperação de crédito e empresas de tecnologia na área automação de cartões de créditos.

24 GESTÃO DE RISCOS, CONTROLES INTERNOS E AUDITORIA

A Gestão de Riscos do Banese é supervisionada pela Superintendência de Controles e Gestão de Riscos, com unidades específicas para gestão dos riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental e de capital, devidamente segregadas das áreas relacionadas aos negócios. Todas as informações pertinentes ao tema estão acessíveis na página da internet do Banese, www.banese.com.br.

Gestão de Capital

Em atendimento à Resolução CMN nº 4.557/2017, o Banco dispõe de processo contínuo de monitoramento e controle do capital, bem como de planejamento de metas e avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a organização está sujeita, considerando suas metas e objetivos estratégicos. Nesse sentido, conta com estrutura interna responsável por acompanhar de forma integrada os riscos que podem impactar no capital da Instituição.

Risco de Crédito

Entende-se por Risco de Crédito a possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, assim como o da depreciação da classificação de risco do tomador do contrato de crédito, da redução de ganhos ou remunerações, das vantagens concedidas na renegociação, dos custos de recuperação e a outros valores relativos ao descumprimento das obrigações pela contraparte, pautados nos preceitos da Resolução CMN nº 4.557/2017.

Risco de Mercado

Compreende a possibilidade de perdas financeiras resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, que inclui os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities), pautada nos preceitos da Resolução CMN nº 4.557/2017.

Risco de Liquidez

Abrange a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, bem como a possibilidade da instituição não conseguir negociar, a preço de mercado, uma posição, por causa de seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado, pautado nos preceitos da Resolução CMN nº 4.557/2017.

Risco Operacional

A estrutura de gerenciamento do risco operacional do Banese está capacitada a identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos operacionais próprios e do Conglomerado, conforme determina a Resolução CMN 4.557/2017. Essa estrutura, aprovada pelo Conselho de Administração, tem como missão cumprir as estratégias e política de risco operacional, refletir sobre o papel e as responsabilidades das unidades, disseminar a cultura da gestão de risco operacional, bem como promover a capacitação do corpo funcional e a comunicação interna e externa.

Risco Socioambiental

É definido como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais. É pautado nos princípios da Relevância, Proporcionalidade, Eficiência, Transparência, Ética, Conformidade e Combate à Corrupção, sendo ratificado por meio da Resoluções CMN nºs 4.327/2014 e 4.557/2017.

GERENCIAMENTO DE RISCOS

A atividade de gerenciamento de riscos tem cunho estratégico em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos e da globalização dos negócios do Banco, motivo pelo qual está constantemente sendo aprimorada em seus processos.

O Banese, visando proporcionar uma alocação de capital mais eficiente, de forma a otimizar o investimento dos acionistas e respeitar uma relação risco/retorno, elabora as suas políticas objetivando estabelecer limites operacionais e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco em níveis considerados aceitáveis pela Instituição.

Risco Operacional

Com base nos preceitos estabelecidos pela Resolução CMN 4.557/2017 e nos princípios do Acordo de Basileia III, a Política de Risco Operacional representa um conjunto de diretrizes globais estabelecidas pela administração do Banco, que delinea o modelo adotado para proporcionar, além do cumprimento da legislação vigente, a adoção de práticas de identificação de riscos e controles mitigadores, capazes de manter todos os processos, produtos e serviços oferecidos pelo Banese seguros e competitivos, minimizando perdas relativas aos riscos operacionais aprovadas por alçadas competentes. Com relação à alocação de capital oriunda da apuração da parcela dos Ativos Ponderados para Risco Operacional, o Banese adota o modelo da Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada – APAS.

Risco de Crédito

Visando mitigar as posições expostas a esse tipo de risco na carteira de crédito, o Banese estabeleceu metodologias de avaliação de risco de crédito que ponderam aspectos do risco do cliente e do risco da operação, objetivando a mensuração adequada do risco final da operação.

Também visam traçar perfis de comportamento dos clientes, notadamente através de informações pessoais, financeiras e históricas, a fim de separá-los em “bons” e “maus”, minimizando o risco de perda para a Instituição. Após os devidos processamentos, as pontuações obtidas através dos modelos de risco de crédito da Instituição são convertidas em nota de risco, conforme estabelecido na Resolução CMN nº 2.682/1999. De acordo com os procedimentos do Banco, os referidos modelos estão em constante monitoramento, objetivando as adequações pertinentes, sempre que necessárias.

Em referência às regras estabelecidas para a realização de provisões de créditos de liquidação duvidosa, o Banese obedece aos critérios positivados na citada Resolução e utiliza-se da faculdade disposta no parágrafo 1º do art. 4º, a qual permite a contagem em dobro dos prazos elencados no inciso I do mesmo artigo, nas operações cujo o prazo a decorrer seja superior à 36 (trinta e seis) meses.

Além das medidas prudenciais retro mencionadas, que minimizam o risco de default das operações de crédito, as exposições financeiras do Banese, que são incorridas ao risco de crédito, são minimizadas devido ao fato de serem realizadas por servidores públicos, com créditos vinculados ou consignados à folha de pagamento e de financiamento ao cartão de crédito, correspondendo a cerca de 78% da carteira de crédito pessoa física, representando assim um portfólio de baixo risco.

Destaca-se ainda que cerca de 90,35% do portfólio de Títulos e Valores Mobiliários é aplicado em títulos públicos federais. As posições em caixa ou equivalente de caixa não possuem exposição ao risco de crédito, haja vista se tratar de recursos em espécie ou de aplicação em títulos públicos federais. O volume de contas a receber está representado pelas operações de crédito apresentadas na tabela abaixo:

Banese Consolidado

	30.06.2019	30.06.2018
- Operações de crédito	2.150.918	1.905.384
- TVM	1.198.722	1.142.604
- Depósitos Interfinanceiros	371.789	395.484

Risco de Liquidez

O Banese mantém níveis de liquidez adequados aos compromissos assumidos pela Instituição, resultado da alta capilaridade da sua rede de agências, como também da sua ampla e diversificada base de depositantes e da qualidade dos seus ativos. O controle do risco de liquidez do Banese está em consonância com suas políticas internas e às exigências da supervisão bancária, em especial à Resolução CMN nº 4.557/2017.

Este controle é realizado por área responsável distinta à gestão direta da tesouraria do Banco, a qual envia relatório diário contendo informações sobre os cenários de normalidade e estressado da nossa liquidez, bem como faz uma análise econômico-financeira com base na liquidez interna e nos indicadores do mercado.

A seguir, estão as maturidades contratuais de ativos e passivos financeiros:

Título	S/ Vencimento	até 3 meses	de 3 a 12 meses	de 1 a 5 anos	acima de 5 anos	Total
LFTs e LFT-A	-	193	-	781.479	199.213	980.885
Operações Compromissadas TPF	-	764.996	-	-	-	764.996
CVSA/CVSC	-	-	-	-	22.913	22.913
Fundos exclusivos multimercado	44.565	-	-	-	-	44.565
Fundos abertos multimercado	10.498	-	-	-	-	10.498
Fundos exclusivo de renda fixa	52.035	-	-	-	-	52.035
Fundos abertos de renda fixa	48.982	-	-	-	-	48.982
CDB	-	31.743	7.101	-	-	38.844
Depósitos Interfinanceiros	-	173.587	186.754	-	-	360.341
DIs Vinculados ao Crédito Rural	-	11.448	-	-	-	11.448
Operações de crédito	-	266.425	397.363	1.487.130	-	2.150.918
Total de Ativos	156.080	1.248.392	591.218	2.268.609	222.126	4.486.425
Depósito à vista	704.615	-	-	-	-	704.615
Depósito à prazo	-	75.688	98.113	968.377	-	1.142.178
Depósito de poupança	1.376.009	-	-	-	-	1.376.009
Depósito Judicial	1.038.368	-	-	-	-	1.038.368
Depósito Interfinanceiro	-	70.757	41.217	-	-	111.974
Depósitos especiais com remuneração	-	239	-	-	-	239
Outros Depósitos	-	879	-	-	-	879
Letra Financeira Subordinada	-	-	-	93.408	-	93.408
Letra Financeira	-	-	10.665	38.511	-	49.176
Letra de Crédito Imobiliário	-	7.745	20.029	20.509	-	48.283
LFT – Operações compromissadas	-	-	-	46.562	-	46.562
Obrigações por Repasse FNE	-	1.472	8.718	47.480	-	57.670
Obrigações por Repasse FINAME	-	428	1.164	1.803	-	3.395
Obrigações por Repasse BNDES	-	950	1.801	306	-	3.057
Obrigações por Repasse FUNGETUR	-	4.797	-	-	-	4.797
Total de Passivos	3.118.992	162.955	181.707	1.216.956	-	4.680.610

Risco de Mercado

O Conglomerado Prudencial utiliza um sistema integrado para aferição do risco, determinação das exposições e acompanhamento dos limites determinados em suas políticas/normativos internos. Os limites internos são acompanhados diariamente e preveem travas de exposição global aos riscos, em moedas estrangeiras, fundos de investimento multimercados, de ações e de renda fixa. Como forma de acompanhar a exposição do Conglomerado às variações de ativos e passivos sujeitos ao risco de mercado, periodicamente são realizadas análises de sensibilidade, como forma de estimar o comportamento de nossa carteira em condições de estresse de mercado, bem como supondo quebras de premissas. O controle do risco de mercado do Banese está em consonância com suas políticas internas e às exigências da supervisão bancária, em especial à Resolução CMN nº 4.557/2017.

Em atendimento à Instrução Normativa CVM 475/2008, o Conglomerado realizou análise de sensibilidade por fator de risco de mercado considerado relevante, aos quais a instituição estava exposta. Nessa análise, o fator Pré, CDI e Cupom de TR representam 91,44% do total de exposições ativas e 83,14% passivas, sendo, portanto, as posições predominantes em função da expressividade das operações de crédito pré-fixadas, bem como da captação em poupança e da aplicação em crédito imobiliário no total das exposições da empresa.

A Carteira Trading consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, detidas com intenção de negociação e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à revenda, obtenção de benefícios dos movimentos de preços, efetivos ou esperados, ou realização de arbitragem.

A Carteira Banking se refere às operações não classificadas na carteira de negociação. Consiste nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio da Organização. O quadro, a seguir, demonstra a análise de sensibilidade das exposições financeiras (Carteiras Trading e Banking) e não reflete o modo como os riscos de mercado dessas exposições são administrados no dia a dia da Organização.

Banese Consolidado – 30.06.2019

Operação	Exposição	Risco de Variação	Cenário Provável (I)	Cenário II	Cenário III
Operações de crédito e demais exposições sujeitas a variações das taxas de juros pré-fixadas em real	2.973.278	Taxas de juros (pré-fixadas)	(21.532)	(27.050)	(32.115)
Operações de crédito imobiliário, captações em poupança e demais exposições sujeitas a variações nas taxas	(2.097.835)	Taxas de cupom de TR	(10.481)	(13.108)	(15.499)
Exposições sujeitas às variações do Cupom de IPCA	(137.943)	Taxas de cupom de inflação (IPCA)	10.202	12.527	14.770

Fonte: Sistema Plataforma de Riscos (SPR), Março 2019.

Para efeito dos cálculos apresentados acima, considerou-se no Cenário I a situação mais provável, com a projeção de um cenário de redução das taxas de juros, com base em dados do mercado, quais sejam, as curvas de contratos de DI1 com negociação no dia na B3 e nas taxas médias de swap DI X PRE para o prazo de um ano (vértice 252 du). Em relação à TR (taxa Referencial), utilizou-se as cotações médias de swap ou as curvas de cupom para esta taxa informada pela B3 para o prazo de um ano (vértice 252 du). Já para o IPCA, utilizou-se a taxa média para o prazo de um ano (vértice 252 du). Para a construção dos Cenários II e III aplicaram-se variações de 25% e 50%, respectivamente, nos fatores de risco levados em conta, estimando-se novas posições estressadas. Os cenários da tabela acima representam o resultado financeiro estimado, considerando a marcação a mercado das exposições feitas em função da análise de sensibilidade apresentada.

Risco Socioambiental

O Banese adota procedimentos de avaliação e gerenciamento dos riscos socioambientais em seus processos, produtos, negócios e serviços para assegurar:

- » A classificação, identificação, avaliação, monitoramento, mitigação e controle do risco socioambiental nas atividades e operações do Banese;
- » Os registros de perdas efetivas em função de danos socioambientais, pelo prazo de cinco anos, incluindo valores, tipo, localização e setor econômico relacionado ao caso;
- » A análise e avaliação dos clientes que possam estar em desacordo com a legislação socioambiental vigente;
- » A análise prévia dos potenciais impactos e oportunidades socioambientais causados pela criação de novas linhas de crédito;
- » Que as operações de crédito sejam realizadas de forma consciente objetivando o não endividamento excessivo e a uma possível inadimplência, para que haja qualidade na carteira através do crédito consciente;
- » Recebimento de garantias reais em favor de operações, que não estão localizadas em áreas de preservação ambiental;
- » Oportunidades profissionais aos colaboradores, inclusive quanto à qualificação técnica, garantia da liberdade de expressão, combate a práticas discriminatórias e ações de combate ao assédio moral;
- » O combate ao trabalho infantil, escravo, exploração sexual de crianças e adolescentes;
- » A qualificação dos colaboradores acerca da Responsabilidade Socioambiental tanto no ambiente externo quanto interno;
- » A análise dos fornecedores quanto à conduta ética, social e ambiental, repudiando práticas em desconformidade com as imposições legais;
- » A inclusão em seus contratos de cláusulas que preveem o cumprimento de práticas socioambientais em conformidade com a legislação vigente;
- » Manter o compromisso com o desenvolvimento do Estado através de ações que promovam o desenvolvimento socioambiental da região;
- » A análise e desenvolvimento de serviços e produtos que estimulem as práticas socioambientais;
- » O apoio a projetos desenvolvidos por entidades que promovam o desenvolvimento social e cultural do Estado;

- » A promoção de ações educativas para incentivar práticas de consumo sustentável no ambiente de trabalho, incentivando o consumo consciente de energia e recursos naturais;
- » O desenvolvimento de projetos que favoreçam a destinação adequada de recursos sólidos, objetivando a redução de impactos ao meio ambiente;
- » A implementação de equipamentos mais eficientes que promovam a redução de energia;
- » A aplicação de conceitos de ecoeficiência nas obras e serviços de engenharia realizadas pelo Banco, atendendo a critérios socioambientais;
- » O apoio a mecanismos de mercado, políticas públicas e iniciativas que promovam melhorias contínuas para a sociedade e mitiguem desafios sociais e ambientais;
- » O incentivo a projetos e investimentos a clientes que promovam o desenvolvimento socioambiental;
- » O incentivo a educação financeira e consumo do crédito consciente perante a sociedade;
- » O estímulo dos clientes ao envolvimento com a sustentabilidade e responsabilidade socioambiental.

25 REMUNERAÇÃO PAGA A EMPREGADOS E ADMINISTRADORES

Os valores máximos, médios e mínimos da remuneração mensal paga pelo Banco aos seus empregados e administradores são os seguintes em R\$ 1,00:

Remuneração Bruta	Empregados (1) R\$	Administradores (2) R\$
Máxima	15.977,92	35.417,26
Média	6.563,21	32.980,04
Mínima	2.302,52	32.197,21

(1) Inclui remuneração de horas extras (inclusive adicional noturno), quando efetivamente prestadas.

(2) Inclui honorários, verba de representação e direitos individuais atribuídos a empregados.

Em 30 de junho de 2019, o número de empregados do Banco do Estado de Sergipe totalizava 975, (1.008 – 30.06.2018), registrando-se, no período, um decréscimo de 3,27% no quadro de pessoal do Banco.

O Banco custeia plano de Benefício Sergus Saldado (PBSS) e de Contribuição Definida (CD) e patrocina o plano de assistência à saúde para seus empregados. O valor acumulado até 30 de junho de 2019 e 2018 das contribuições está demonstrada a seguir:

	30.06.2019	30.06.2018
Plano de Previdência Complementar	2.173	4.139
Plano de Assistência à Saúde	1.746	1.686

26 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Na forma preconizada pela Deliberação CVM nº 695/2012, e Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, sobre a contabilização de benefícios a empregados, bem como os procedimentos contábeis adotados pelo Banese, no reconhecimento de suas obrigações:

Para fins de atendimento da supracitada Deliberação, os valores calculados por atuário externo, na data-base de 30 de junho de 2018 conforme relatório técnico de 26 de julho de 2019, apresentou déficit atuarial no montante de R\$ 125.341. Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes pela experiência e/ou nas mudanças de premissas atuariais bem como as variações no limite para reconhecimento de ativo (baixado no exercício corrente) são registradas, respectivamente, como ativos ou passivos nas demonstrações contábeis tendo como contrapartida o patrimônio líquido. O efeito da aplicação dessa norma no Banese impactou negativamente o patrimônio líquido no valor de R\$ 75.205, líquido dos créditos tributários no montante de R\$ 50.136.

Características do plano de previdência dos empregados do Banco do Estado de Sergipe

O Banco é patrocinador do Instituto Banese de Seguridade Social - SERGUS, constituído em 13.06.1980, entidade fechada de previdência complementar, dotada de autonomia administrativa, tendo como finalidade instituir planos de benefícios de natureza previdenciária, custeada por contribuições dos participantes ativos, participantes assistidos e de patrocinadoras, abrangendo os seguintes benefícios: suplementação de aposentadoria por invalidez, idade, por tempo de contribuição e especial, suplementação de benefício diferido por desligamento, pecúlio por morte, auxílio doença, auxílio reclusão, suplementação de pensão e abono anual.

A Política Previdenciária executada pelo Instituto Banese de Seguridade Social, tem como fundamentação legal o artigo 202 da Constituição Federal de 5 de outubro de 1988, as Leis Complementares de nos 108 e 109 de 29 de maio de 2001, demais normas legais em vigor emanadas por órgãos reguladores da Previdência Social ligada ao Ministério da Economia, como a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc e o Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, o Estatuto Social da Entidade Gestora e respectivos regulamentos dos Planos de Benefícios. Os Planos de Benefícios que dão suporte à Política de Previdência Complementar do Banese se fundamentam nos respectivos Regulamentos dos Planos, nos quais constam todos os direitos e obrigações dos Participantes e, das Patrocinadoras, o Plano de Custeio Atuarial, os prazos legais, a forma de pagamento das contribuições mensais e dos benefícios, o tempo de contribuição mínima e outros parâmetros necessários para o dimensionamento atuarial.

Descrição geral das características do plano previdenciário de benefício definido saldado

O Banese mantém um plano previdenciário para os seus empregados e ex-empregados (aposentados e participantes vinculados a falecidos), administrado pelo Instituto Banese de Seguridade Social - SERGUS, cujo objetivo é assegurar aos participantes, pensionistas e dependentes benefícios suplementares ou assemelhados aos da Previdência Social. O processo de Saldamento Universal do Plano SERGUS BD foi aprovado em 07.11.18 pela PREVIC através do Parecer nº 656/2018 publicado no DOU em 09.11.18, onde, a partir do mês dezembro/2018, houve o fechamento do Plano para novas adesões e a suspensão da cobrança das Contribuições Normais. Com a aprovação desse processo o plano passa a ser denominado Plano de Benefícios SERGUS Saldado – PBSS. O Saldamento do Plano SERGUS BD não cria novos compromissos previdenciários para a Entidade. Pelo contrário, a operação proposta visa à mitigação de determinados riscos que podem, de uma forma ou outra, afetar futuramente o equilíbrio econômico e financeiro do plano de benefícios, dos quais destaca-se à premissa de crescimento real dos salários, que não mais afeta os compromissos previdenciários do Plano Saldado, já que os benefícios são definidos em valor constante e atualizados anualmente pela variação do INPC.

Plano de Custeio

O valor das contribuições normais necessários às coberturas dos custos dos planos de benefícios e a constituição de reservas com a finalidade de prover o pagamento dos benefícios dos planos de benefícios, foram calculadas de acordo com a metodologia definida na nota técnica atuarial realizada por empresa especializada, respeitando-se o regime financeiro e o método de financiamento adotado. Sua definição contemplou o fluxo de contribuições de participantes (ativos e assistidos) e patrocinadores. Para o Plano de Benefício Definido Saldado o custeio administrativo do foi definido como um percentual sobre o benefício saldado. Para o Plano de Contribuição Definida o custeio previdenciário foi definido como um percentual sobre o salário de contribuição. Todas as informações pertinentes ao tema estão acessíveis na página da internet do SERGUS, www.portalsergus.banese.com.br

Gerenciamento de riscos

Liquidez: A definição de Risco de Liquidez consiste na possibilidade da ocorrência de perdas resultantes da falta de recursos líquidos suficientes para fazer frente às obrigações de pagamentos, num horizonte de tempo definido e, também, na impossibilidade de negociar a preços de mercado uma determinada posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade do próprio mercado. O SERGUS estabelece limites operacionais para o Risco de Liquidez consistente com as futuras obrigações da Entidade, para os instrumentos financeiros e demais exposições, cujos cumprimentos dos parâmetros de grandeza são analisados regularmente por comitês e submetidos a instâncias diretivas, visando garantir sua operacionalidade de forma eficaz pelos gestores.



Operacional: O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. A metodologia de gestão do Risco Operacional prevê a realização de análises para identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos riscos operacionais aos quais o SERGUS está exposto. O objetivo do seu gerenciamento é obter controle sobre os riscos, buscando minimizá-los para proteger a instituição e, consequentemente, salvaguardar o patrimônio e os interesses dos participantes e da patrocinadora.

Mercado: O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição. Esta definição inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações. O SERGUS está exposto aos riscos de mercado decorrentes da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição.

Crédito: O risco de crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados; desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador; reestruturação de instrumentos financeiros; ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

Atuarial: O risco atuarial está relacionado à possibilidade de os fluxos futuros não serem suficientes para assegurar a cobertura das obrigações atuariais do plano, logo o risco é decorrente da adoção de metodologias inadequadas, ou de premissas atuariais agressivas e pouco aderentes à massa de participantes. As principais premissas utilizadas na avaliação atuarial são: (i) Premissas demográficas, relacionadas aos eventos de vida, morte e invalidez a que os participantes estão expostos; (ii) Premissas econômicas, relacionadas à inflação e à taxa de juros que impactam os recursos garantidores; e (iii) Premissas administrativas, relacionadas ao custo de administração do plano.

Gestão de Investimentos

A Gestão dos investimentos do SERGUS possui como foco principal a preservação de capital, mínima exposição à ativos de risco, diversificação e busca sempre ativos com taxas esperadas de retorno que façam frente à sua meta de rentabilidade. Atualmente, a Entidade possui uma estratégia de risco das aplicações financeiras mista, em que parte dos recursos, 71,30% encontra-se sob a gestão da carteira própria e 28,70% sob a gestão terceirizada. No entanto, o SERGUS sempre acompanha, monitora e controla de forma contínua todos os recursos obtidos pela gestão terceirizada de forma integral.

Nesse sentido, o direcional segue apontado no estudo de ALM, que possui como principal objetivo obter uma carteira ótima de ativos que forneça: (i) O cumprimento dos objetivos atuariais; (ii) Liquidez adequada à carteira; (iii) Geração de resultados compatíveis em termos de risco e retorno.

Premissas atuariais

Premissas Biométricas:

Tábua de mortalidade geral de válidos: BREMSsb-2015 (por sexo) suavizada em 10% (dez por cento); tábua de mortalidade de inválidos: AT-83 IAM (por sexo); tábua de entrada em invalidez – TASA 1927; tábua de rotatividade - nula.

Premissas Econômicas:

Taxa de desconto de longo prazo da obrigação atuarial: 3,79% a.a.; taxa de inflação futura 4,00% a.a.; índice de aumento salarial real estimado: não aplicável; taxa de crescimento real dos benefícios: 0% a.a.; fator de determinação do valor real dos salários e dos benefícios da entidade: 98%; índice de reajuste do plano: INPC/IBGE.

Relatório de Resultados 2T19

Banco do Estado de Sergipe S.A. - BANESE

Os resultados da avaliação atuarial CVM 695 são demonstrados a seguir:

	Banese Múltiplo	
	30.06.2019	30.06.2018
Valor presente das obrigações com cobertura	905.391	759.986
Valor presente das obrigações a descoberto	125.341	-
Valor justo dos ativos do plano	(905.391)	(785.130)
(Superávit)/Déficit	125.341	(25.144)
Efeito do limite de reconhecimento do Ativo Atuarial	-	-
(Ativo)/Passivo Atuarial	125.341	(25.144)

As movimentações do saldo do Passivo/Ativo atuarial são as seguintes:

	Banese Múltiplo	
	30.06.2019	30.06.2018
Passivo/(ativo) atuarial líquido do exercício anterior (1)	16.549	-
Despesa do exercício (2)	743	6.213
Contribuições pagas	-	(2.890)
(Ganho)/Perda atuarial reconhecida imediatamente em Outros Resultados Abrangentes	108.049	-
Variação do efeito do limite de reconhecimento do Ativo Atuarial	-	25.144
Passivo (ativo) atuarial líquido integral	125.341	(25.144)

(1) Após a aplicação do limitador de ativo.

(2) Rateio de despesas previstas pelo atuário para o exercício de 2019.

A reconciliação do valor da obrigação atuarial é demonstrada a seguir:

	Banese Múltiplo	
	30.06.2019	30.06.2018
Valor presente da obrigação em 31 de dezembro do exercício anterior	853.898	811.679
Custo dos juros	38.340	37.256
Custo do serviço corrente	-	6.819
Benefícios pagos pelo fundo	(14.000)	(13.209)
(Ganhos)/perdas atuariais sobre a obrigação atuarial	(152.493)	(82.559)
Valor presente da obrigação	1.030.731	759.986

A reconciliação do valor justo dos ativos do plano é demonstrada a seguir:

	Banese Múltiplo	
	30.06.2019	30.06.2018
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro do exercício anterior	837.349	759.345
Rendimento esperado do valor justo dos ativos do plano	37.597	34.854
Contribuições recebidas pelo fundo	-	5.898
Benefícios pagos pelo fundo	(14.000)	(13.209)
Ganhos/(perdas) atuariais sobre o valor justo dos ativos	44.445	(1.758)
Valor justo dos ativos do plano	905.391	785.130

O detalhamento das despesas é demonstrado a seguir:

	Banese Múltiplo	
	30.06.2019	30.06.2018
Custo do serviço corrente	-	3.811
Contribuições de participantes ativos	-	(5.898)
Juros sobre a obrigação atuarial	38.340	37.256
Rendimento esperado dos ativos do plano	(37.597)	(34.854)
Juros sobre o efeito do teto de ativo (<i>asset Ceiling</i>)	-	-
Despesa líquida do exercício	743	315



Relatório de Resultados 2T19 Banco do Estado de Sergipe S.A. - BANESE

O Reconhecimento de Outros Resultados Abrangentes do exercício é demonstrado a seguir:

	Banese Múltiplo	
	30.06.2019	30.06.2018
Outros Resultados Abrangentes – saldo inicial	(6.189)	35.928
Perdas (ganhos) atuariais reconhecidos no exercício	108.048	(80.800)
Variação no teto de reconhecimento do ativo	-	25.144
Juros sobre o efeito do teto de ativo (<i>asset Ceiling</i>)	-	-
Efeito em outros resultados abrangentes	(101.859)	(19.728)

As categorias do valor justo dos ativos do plano estão demonstradas a seguir:

	Banese Múltiplo	
	30.06.2019	30.06.2018
Títulos de renda fixa	88 %	86 %
Investimentos estruturados	1 %	6 %
Títulos de renda variável	6 %	3 %
Imóveis	4 %	4 %
Empréstimos	1 %	1 %

O montante das contribuições do Banese no período totalizou R\$ 2.173 (R\$ 4.139 – 30.06.2018), e foi imputado às despesas operacionais.

O demonstrativo da análise de sensibilidade por alteração da taxa de juros é demonstrado a seguir:

	Banese Múltiplo		
	Taxa de Juros de 3,79%a.a	Taxa de Juros de 4,79%a.a	Taxa de Juros de 2,79%a.a
Valor presente da obrigação em 31.12.2018	1.030.732	895.953	1.201.320

O resultado abrangente, registrado no Banese, é demonstrado a seguir:

	30.06.2019	30.06.2018
Lucro Líquido do Período	41.360	29.735
Passivo Atuarial	(125.341)	-
Crédito Tributário sobre Passivo Atuarial	75.205	-
Total do Resultado Abrangente	(8.776)	29.735

a) Planos de assistência à saúde e odontológico

O Banco patrocina o Plano de Assistência à Saúde e o Plano Odontológico, obedecendo a relação contributiva de 1 por 1,3, os quais são destinados aos empregados ativos e dependentes, não assumindo nenhuma responsabilidade após a aposentadoria.

27 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS (BANCO)

a) Transações do Banese Múltiplo com controlador e com as controladas:

As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução CMN nº 3.750/2009, e do Pronunciamento Técnico CPC 05. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

As transações do Banese Múltiplo com as controladas estão relacionadas a seguir:

Banese Múltiplo e Consolidado

	Ativo (Passivo)		Receita (Despesa)	
	30.06.2019	30.06.2018	30.06.2019	30.06.2018
Empresa consolidada				
Depósitos à vista				
SEAC - Sergipe Administradora de Cartões e Serviços Ltda	(1.123)	(1.022)	-	-
Depósitos à prazo (1)				
SEAC - Sergipe Administradora de Cartões e Serviços Ltda	(56.070)	(27.863)	(1.738)	(1.662)
Outros créditos				
SEAC - Sergipe Administradora de Cartões e Serviços Ltda	(51.433)	(51.936)	-	-
Outras obrigações (2)				
SEAC - Sergipe Administradora de Cartões e Serviços Ltda	(2.424)	(2.173)	-	-
Investimentos				
SEAC - Sergipe Administradora de Cartões e Serviços Ltda	(34.024)	(1.358)	(6.896)	(385)
Outras despesas operacionais (2)				
SEAC - Sergipe Administradora de Cartões e Serviços Ltda	-	-	(6.605)	(5.134)
Outras receitas operacionais (3)				
SEAC - Sergipe Administradora de Cartões e Serviços Ltda	-	-	(2.186)	(2.062)
Controladores e pessoal chave da administração				
Depósitos à vista				
Controladores	(124.300)	(109.430)	-	-
Pessoal chave da administração	(178)	(222)	-	-
Depósitos a prazo				
Controladores	(205.523)	(166.052)	-	-
Pessoal chave da administração	(870)	(1.091)	(24)	(29)

(1) As transações com partes relacionadas foram efetuadas pelas taxas médias praticadas no mercado, vigentes nas datas das respectivas operações;

(2) Refere-se a receita de tarifa a qual é cobrada de acordo com o contrato mantido entre as partes.

(3) Refere-se a receita de desconto concedido na operação da cessão da carteira de cartão de crédito.

(4) Refere-se a venda de imobilizado.

Os valores envolvendo o Banese e sua empresa controlada foram eliminados nas demonstrações consolidadas.

b) Remuneração do Pessoal-Chave da Administração:

O Banco dispõe de um plano de remuneração fixa e variável aplicável aos membros do Conselho de Administração e diretores estatutários, observando as disposições da Resolução CMN nº 3.921/2010.

Este plano tem como principais objetivos: (i) alinhar a política de remuneração ao gerenciamento da gestão de risco; (ii) adequar a política de remuneração às melhores práticas de mercado; (iii) compatibilizar a política de remuneração com as metas e a situação financeira atual e esperada da instituição; (iv) ser formulada de modo a não incentivar comportamentos que elevem a exposição da instituição a riscos acima dos níveis considerados prudentes nas estratégias de curto, médio e longo prazos.

A remuneração variável é calculada da seguinte forma:

- i. 49% (quarenta e nove por cento) serão pagos em espécie, a partir do semestre seguinte ao da apuração; e
- ii. 51% (cinquenta e um por cento) apurado anualmente com base no 1º e 2º semestres, sendo esse valor diferido para pagamento em 03 (três) anos, escalonado em parcelas proporcionais, após deliberação de resultados pela Assembleia Geral Ordinária – AGO do exercício subsequente.

Em 30 de junho de 2019 e 2018, as remunerações do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, do Comitê de auditoria e da Diretoria Executiva do Banese Múltiplo estão representadas a seguir:

	30.06.2019	30.06.2018
Benefícios de Curto Prazo		
Remuneração	1.751	1.734
Encargos Sociais	439	421
Benefícios Pós-emprego		
Plano de Previdência Complementar	43	75
Total	2.233	2.230

O Banese possui benefício de remuneração baseada na cotação de ações para seu pessoal-chave da Administração, em 30/06/2019, no montante de R\$ 108, entretanto não possui benefícios de longo prazo e de rescisão de contrato de trabalho.

c) Outras Informações sobre partes relacionadas

Conforme Resolução CMN nº 4.693, de 29 de outubro de 2018, as instituições financeiras podem realizar operações de crédito com partes relacionadas, desde que observadas, cumulativamente, as condições previstas no art. 6º e os limites previstos no art. 7º.

Considera-se parte relacionada:

- » Seus controladores, pessoas naturais ou jurídicas, nos termos do art. 116 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976;
- » Seus diretores e membros de órgãos estatutários ou contratuais, assim como seus companheiros, parentes, consanguíneos ou afins, até o segundo grau;
- » As pessoas naturais com participação societária qualificada em seu capital;
- » As pessoas jurídicas:
 - a) Com participação qualificada em seu capital;
 - b) Em cujo capital, direta ou indiretamente, haja participação societária qualificada;
 - c) Nas quais haja controle operacional efetivo ou preponderância nas deliberações, independentemente da participação societária;
 - d) Que possuam diretor ou membro de conselho de administração em comum.

28 OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Garantias concedidas

O Banese concedeu garantias, por meio de fianças bancárias, cujo montante em 30 de junho de 2019 era de R\$ 3.500 (R\$ 3.500 – 30.06.2018).

b) Créditos cedidos

O Banese possui créditos cedidos com coobrigação (crédito rural), em 30 de junho de 2019 no montante de R\$ 96 (R\$ 119 – 30.06.2018).

c) Fundos de investimento

O Banese, atualmente, não possui nenhum fundo de investimento, sendo negociado nas suas agências, tendo liquidado o Fundo de Investimento Brasil Plural Banese Expert Fundo de Investimento Renda Fixa Referenciado DI em 13 de maio de 2019 (R\$ 11.020 – 30.06.2018).



29 AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SEMESTRAIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

O Conselho Fiscal e o Conselho de Administração do Banese autorizaram a conclusão das presentes demonstrações financeiras semestrais individuais e consolidadas em 13 de agosto de 2019, as quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que pudessem ter efeito sobre estas demonstrações contábeis semestrais individuais e consolidadas.

Fernando Soares da Mota
Presidente

Helom Oliveira da Silva
Diretor de Controles e Relações com Investidores
Diretor Administrativo - Em exercício

Renato Augusto Cruz Dantas
Diretor de Finanças e de Tecnologia

Olga Maria dos Santos Carvalhaes
Diretora de Crédito e Serviços

José Anderson Santos de Jesus
Contador - CRC-SE - 4458/0



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS



Ao Conselho de Administração, Acionistas e Administradores do
Banco do Estado de Sergipe S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco do Estado de Sergipe S.A. ("Banco"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, do Banco do Estado de Sergipe S.A. em 30 de junho de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Realização do crédito tributário na controlada

Conforme descrito na nota explicativa nº 23, a controlada Sergipe Administradora de Cartões e Serviços Ltda. possui créditos tributários diferidos ativos de imposto de renda e contribuição social no montante total de R\$ 28.079 mil, em 30 de junho de 2019, cuja realização está baseada em estudo de projeção de lucros tributáveis futuros aprovado pela administração. A realização desses créditos tributários diferidos ativos no período estimado depende da materialização das projeções e do plano de negócios aprovado pela administração. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de risco de distorções significativas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para a nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco.

1. Planos de benefício pós emprego

O Banco e sua controlada possuem passivos relevantes relacionados a plano de benefício pós-emprego que, conforme mencionado na nota explicativa 26, compreendem benefícios de aposentadoria. Consideramos esse assunto como relevante em nossa auditoria devido à magnitude dos valores envolvidos e à complexidade dos modelos de avaliação dos passivos atuariais, que contemplam a utilização de premissas de longo prazo, tais como: tábua de mortalidade geral; crescimento salarial; taxa de desconto e inflação.

Conforme descrito na nota explicativa 26, em 30 de junho de 2019, o saldo atuarial referente ao plano de benefício pós-emprego do Banco apresentou um déficit no montante de R\$ 125.341 mil.

Abordagem de auditoria:

Analizamos, com o suporte de nossos especialistas atuários, a metodologia e as principais premissas utilizadas pela Administração na avaliação das obrigações atuarias decorrentes dos planos de benefício pós emprego, atentando para a acurácia matemática do cálculo e analisando a coerência dos resultados face aos parâmetros utilizados e às avaliações anteriores. Também fez parte dos procedimentos de auditoria, entre outros, os testes das bases de dados cadastrais utilizadas nas projeções atuariais e a suficiência das divulgações relacionadas aos planos de benefício pós emprego. Adicionalmente avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pelo Banco na nota explicativas 26 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados para avaliação do passivo atuarial, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para apuração e reconhecimento do passivo atuarial, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

2. Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

A Administração exerce julgamento para fins da determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de acordo com o determinado pela Resolução 2.682/99 do Banco Central do Brasil. Conforme divulgado na nota explicativa 8, em 30 de junho de 2019 o saldo bruto de operações de crédito é de R\$ 2.432.961 mil (individual) e de R\$ 2.610.176 mil (consolidado), para os quais foram constituídas provisões para créditos de liquidação duvidosa de R\$ 80.190 mil (individual) e R\$ 110.093 mil (consolidado), respectivamente, sendo que durante o primeiro semestre de 2019 foi reconhecido, pelo Banco e sua controlada, despesa com créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 20.903 mil (individual) e R\$ 33.337 (consolidado).

Consideramos essa área como significativa em função: (i) da relevância do saldo de operações de crédito, sujeitas à avaliação de perda; (ii) das garantias recebidas para as operações de crédito concedidas, que podem impactar o nível de provisionamento a ser considerado; (iii) da situação econômica do País e do mercado em que os tomadores de crédito estão inseridos; (iv) julgamento da Administração em relação à atribuição de “ratings” que determinam o nível de provisão mínimo individual por operação, tomador de crédito ou grupo econômico; e (v) do processo de reconhecimento da receita de juros com as operações de crédito; entre outros.

Abordagem de auditoria:

Nossos procedimentos de auditoria, abordaram entre outros, o entendimento do processo estabelecido pela Administração, bem como a realização de testes de controles relacionados com: (i) a originação das operações; (ii) a análise e aprovação de operações de crédito considerando os níveis de alçadas estabelecidas; (iii) atribuição de níveis de “rating” por operação, tomador de crédito ou grupo econômico; (iv) análise de garantias recebidas; (v) atualização tempestiva de informações dos tomadores de crédito; (vi) reconhecimento de receitas de juros de operações em curso normal; (vii) suspensão do reconhecimento de receita sobre operações de crédito vencidas há mais de 59 dias; e (viii) a suficiência das divulgações em notas explicativas.

Também realizamos, com base em uma amostra de operações de crédito, testes relativos a análise da documentação que consubstancia o nível de provisionamento determinado para os itens selecionados, recálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa com base nos “ratings” atribuídos, confirmação de saldo diretamente com os tomadores de crédito selecionados, recálculo do saldo em aberto na data-base do procedimento, além de testes de soma para confronto do total da base de dados com os registros contábeis e recálculo do total da provisão para crédito de liquidação duvidosa. Adicionalmente avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pelo Banco na nota explicativas 8 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a carteira de operações de crédito e provisão para crédito de liquidação duvidosa, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para apuração e registro contábil das operações de créditos e da provisão para créditos de liquidação duvidosa, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

3. Ambiente de tecnologia

As operações do Banco e sua controlada são extremamente dependentes do funcionamento apropriado da estrutura de tecnologia e seus sistemas, razão pela qual consideramos o ambiente de tecnologia como um dos principais assuntos de auditoria. Devido à natureza do negócio e volume de transações, a estratégia de auditoria é baseada na eficácia do mesmo. O Banco considera que o sucesso de suas atividades depende da melhoria e do aperfeiçoamento contínuo e integração de seus sistemas.

Abordagem de auditoria:

Avaliamos, com o suporte de nossos especialistas em tecnologia, os controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes para o processo de auditoria, dando ênfase aos processos de gestão de mudanças e concessão de acessos. Também realizamos procedimentos quanto à efetividade dos controles automáticos relevantes que suportam os processos considerados significativos para as demonstrações financeiras.

Nossos testes no desenho e operação dos controles gerais de tecnologia, bem como dos controles automatizados considerados relevantes no processo de auditoria, nos forneceram uma base para que pudéssemos manter a natureza, época e extensão planejadas de nossos procedimentos substantivos de auditoria.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentadas como informação suplementar para fins de práticas contábeis aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras, e incluem a Administração e o Conselho Fiscal do Banco.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- » Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- » Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e sua controlada
- » Avaliamos a adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- » Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.
- » Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- » Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.



Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 13 de agosto de 2019

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

Flávio Serpejante Peppe
Contador CRC-1SP172167/O-6

PARECER DO CONSELHO FISCAL



Na qualidade de membros do Conselho Fiscal do Banco do Estado de Sergipe S.A. e, no exercício das atribuições legais e estatutárias, examinamos as demonstrações financeiras que compreendem: balanço patrimonial, demonstração de resultado, mutações do patrimônio líquido, fluxo de caixa, valor adicionado e notas explicativas, documentos esses relativos ao semestre findo em 30 de junho de 2019. Com base nesse exame e no relatório dos auditores independentes, concluímos que as citadas demonstrações financeiras estão adequadamente apresentadas em todos os seus aspectos relevantes.

Aracaju/SE, 13 de agosto de 2019.

Eliana de Matos
Conselheira

José Morais Monteiro
Conselheiro

Ricardo de Oliveira Nunes
Conselheiro



RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

O Comitê de Auditoria (COAUD) é órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração, composto por três membros independentes. O COAUD tem suas atribuições definidas pela Lei 13.303/2016 (Lei das Estatais), Resolução CMN 3.198/2004, Estatuto Social do Banese e por seu Regimento Interno.

O Comitê tem como atribuições principais supervisionar, monitorar e avaliar as atividades de auditoria interna e externa, a qualidade e integridade dos mecanismos de controle interno, das demonstrações financeiras e informações divulgadas pelo Banco. Além dessas, deve, ainda, avaliar e monitorar exposições de risco do Conglomerado e acompanhar as práticas contábeis e de transparência das informações.

Atividades Desenvolvidas

O Comitê promoveu reuniões com representantes de diversas Áreas da Instituição, tais como auditoria independente, auditoria interna, controles internos, gestão de riscos e contabilidade, ouvindo gestores, analisando relatórios e outras informações, bem como da empresa ligada ao conglomerado.

Nessas oportunidades, foram examinados assuntos pertinentes a planejamento estratégico, orçamento, riscos, controles, segurança, atendimento a demandas de órgãos reguladores e supervisores, provisões e desempenho operacional.

O Comitê, em nível de supervisão, acompanhou os trabalhos da Auditoria Interna e da Auditoria Independente, que se mostraram efetivas, não se identificando ocorrências que comprometessem a objetividade e a independência de ambas.

Nesse contexto, o COAUD analisou, avaliou e discutiu com o Auditor Independente (Ernst Young) a minuta do seu Relatório sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco, a qual se apresentava sem ressalvas.

Conclusão

O sistema de controle interno adotado busca atuar de forma eficiente e eficaz, visando a efetividade por meio da minimização dos riscos inerentes à Instituição.

A Auditoria Externa e a Auditoria Interna, no âmbito das suas responsabilidades, vêm desempenhando seu trabalho em padrões compatíveis com o porte, características e complexidade do Conglomerado Banese.

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 30 de junho de 2019 foram elaboradas em conformidade com as normas legais e regulamentares e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, entendendo o Comitê de Auditoria Estatutário que as referidas demonstrações são adequadas e estão livres de distorções relevantes, recomendando que sejam aprovadas pelo Conselho de Administração.

Aracaju, 13 de agosto de 2019.

Luciano Silva Reis
Coordenador

Emilio Roberto Monteiro Vieira
Membro Qualificado

Horino Joaquim do Carmo
Membro

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



DECLARAÇÃO

Conforme preconiza a Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, respaldado em seu artigo 25, § 1º, inciso VI, o corpo diretivo do Banco do Estado de Sergipe S.A. declara que reviu, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras referente ao semestre findo em 30 de junho de 2019.

Fernando Soares da Mota
Presidente

Helom Oliveira da Silva
Diretor de Controles e Relações com Investidores

José Marcelino Andrade
Diretor Administrativo

Olga Maria dos Santos Carvalhaes
Diretora de Crédito e Serviços

Renato Augusto Cruz Dantas
Diretor de Finanças e de Tecnologia



DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

DECLARAÇÃO

Conforme preconiza a Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, respaldado em seu artigo 25, § 1º, inciso V, o corpo diretivo do Banco do Estado de Sergipe S.A. declara que reviu, discutiu e concordou com as conclusões expressas no relatório dos auditores independentes emitidos pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S. referente ao semestre findo em 30 de junho de 2019.

Fernando Soares da Mota
Presidente

Helom Oliveira da Silva
Diretor de Controles e Relações com Investidores

José Marcelino Andrade
Diretor Administrativo

Olga Maria dos Santos Carvalhaes
Diretora de Crédito e Serviços

Renato Augusto Cruz Dantas
Diretor de Finanças e de Tecnologia

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE

Belivaldo Chagas Silva

Governador

Marco Antonio Queiroz

Secretário de Estado da Fazenda

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

José Augusto Chaves Resende

Presidente

José de Oliveira Júnior

Vice-Presidente

Fernando Soares da Mota

Conselheiro

Guilherme Maia Rebouças

Conselheiro

Marcos Venícius Nascimento

Conselheiro

Silvana Maria Lisboa Lima

Conselheira

Antônio José de Gois

Conselheiro representante dos empregados

DIRETORIA EXECUTIVA

Fernando Soares da Mota

Presidente

Helom Oliveira da Silva

Diretor de Controles e Relações com Investidores

José Marcelino Andrade

Diretor Administrativo

Renato Augusto Cruz Dantas

Diretor de Finanças e Tecnologia

Olga Maria dos Santos Carvalhaes

Diretora de Crédito e Serviços

José Anderson Santos de Jesus

Contador - CRC-SE - 4458/0

RELATÓRIO DE RESULTADOS DO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2019



Banese